



**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU  
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE  
JUNHO DE DOIS MILE NOVE.**

----- No dia vinte e dois de Junho de dois mil e nove, teve lugar no Solar dos Peixotos, a terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

----- A Sessão teve início às quinze horas e quarenta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Armando Nuno dos Santos Gomes (justificada), Francisco André Diniz Reis Mendes da Silva, José Hélder do Amaral, Luís Filipe Teixeira Nunes, Manuel Filipe Marques, Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes (justificada), Pedro Filipe dos Santos Alves e Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro. -----

- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, três exemplares das revistas, número cento e setenta e nove, referente ao mês de Abril e número cento e oitenta, referente ao mês de Maio; remeteu circular número cinquenta e seis/dois mil e nove, sobre Conferência Internacional “ROTEIRO LOCAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. MOBILIZAR, PLANEAR E AGIR”, que se realizou em Almada nos passados dias vinte e oito e vinte e nove de Maio; Remeteu circular número sessenta e nove/dois mil e nove, sobre a celebração do seu vigésimo quinto Aniversário. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Convocatória do Conselho Municipal de Segurança para a reunião ordinária que se realizou no passado dia quinze de Maio; Remeteu ficha para ser preenchida e devolvida com os elementos do representante desta AMV no Conselho Municipal da Juventude; Remeteu assunto para conhecimento - (Correcção de Erro Material na Representação Cartográfica da Planta de Ordenamento do PDM), do qual vai ser dada fotocópia a todos os Senhores Deputados Municipais, na Sessão desta AMV do dia vinte e dois de Junho de dois mil e nove; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, remeteu convocatória para a Sessão Ordinária que se realizou às vinte e uma horas do dia trinta e Abril de dois mil e nove, remeteu igualmente Prestação de Contas do exercício económico de dois mil e oito. --

- Diversas entidades remeteram ofício a agradecer o convite que lhes foi endereçado via oficiosa para as Comemorações do trigésimo quinto Aniversário do Vinte e Cinco de Abril. -----

- A MOVIJOVEM, remeteu a esta AMV Cartão de Alberguista de Grupo, bem como as respectivas condições de utilização da Rede Nacional de Turismo Juvenil. -----

- A Escola Profissional de Torredeita, remeteu a revista “Evoluir Aprendendo – Escola Profissional de Torredeita”. -----



- O Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas (Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas), remeteu ofício a informar sobre transferências de competências no âmbito dos Gabinetes Técnicos Florestais e informa que desta forma as transferências financeiras serão efectuadas a tempo e horas e assume o respeito pelo Poder Local. -----
- O Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares do Campus Universitário de Viseu, remeteu dois desdobráveis e um cartaz para afixação nesta Assembleia Municipal e divulgação. -----
- O Tribunal Judicial de Viseu (Juiz de Direito), solicitou a esta Assembleia Municipal que lhe fosse remetida, no prazo de cinco dias, a gravação integral da Sessão Ordinária da AMV de vinte e seis de Junho de dois mil e seis. -----
- A Inspeção-Geral de Finanças (Subinspector-Geral), remeteu ofício, sobre controlo de endividamento municipal, informando que prevêem iniciar em três de Junho de dois mil e nove, uma auditoria ao Município de Viseu. -----
- A Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, remeteu cópia da Moção sobre a Deslocalização da Direcção Regional da Economia (DRE-Centro). -----
- O Senhor Intendente Serafim José de Sousa Tavares, comunica que inicia as funções de Comandante Distrital da PSP de Viseu e expressa a total disponibilidade para colaborar com esta Assembleia Municipal sobre qualquer assunto. -----
- Os Senhores Deputados abaixo mencionados, remeteram justificação por escrito, das suas ausências às Sessões Ordinária e Extraordinária desta AMV, conforme a seguir se indica: António José Coelho Lopes (Sessão Ordinária de vinte e sete de Abril de dois mil e nove); - Custódio Figueiredo Ferreira (Sessão Extraordinária de vinte e cinco de Abril de dois mil e nove. de); - Maria Isabel de Almeida Fernandes (Sessão Ordinária de vinte e sete de Abril de dois mil e nove). -----
- O Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos (PS) remeteu fax a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- O Senhor Deputado Fernando Alberto Tomás Nascimento Girão (PS), enviou e-mail a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- O Senhor Deputado Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida (PSD), enviou e-mail a solicitar a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dado conhecimento por via oficiosa à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e sete de Abril de dois mil e nove. -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----
- Foi remetido ofício a diversas entidades, organismos, deputados municipais e empresas, a seguir indicadas, a agradecer a colaboração prestada aquando da realização da “Assembleia Municipal Jovem/dois mil e nove”: Câmara Municipal de Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu, Teatro Viriato; CPCJ, Nuclisol; Agrupamento de Escolas de Silgueiros, Agrupamento de Escolas de Abraveses, Agrupamento de Escolas de Mundão, Agrupamento de Escolas de Marzovelos, Agrupamento de Escolas do Viso, Agrupamento de Escolas Grão Vasco, Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, Senhor Deputado José Manuel Henriques Mota Faria, Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho, Senhor Deputado José Hélder do Amaral, Senhora Deputada Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto, Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, Senhor Deputado Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva, VIDIS- Distribuição de Produtos Alimentares, Limitada e Confeitaria Amaral. -----
- Foi remetido via oficiosa cópia da Moção apresentada pela Senhora Deputada Maria da



Graça Melo Cabral Marques Pinto na Sessão Ordinária desta AMV do dia vinte e sete de Abril de dois mil e nove, às seguintes entidades: Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Governador Civil de Viseu e Senhor Director Geral de Finanças. -----

- Foi remetido officio a FUTURBRAIN – Centro de Formação, Limitada, a comunicar que o salão desta Assembleia Municipal só é disponibilizado gratuitamente, para partidos políticos e instituições de utilidade pública. -----

- Por solicitação do Senhor Juiz do Primeiro Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Viseu, foi enviada a gravação integral da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal de vinte e seis de Junho de dois mil e nove. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia vinte e dois de Junho de dois mil e nove, para afixação na sede das mesmas, bem como aos partidos políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário para publicação. -----

- Foi enviada, via officiosa, aos Líderes Parlamentares a Actividade Municipal. -----

- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV no dia vinte e dois de Junho de dois mil e nove. -----

- Foram remetidos dois officio ao Partido Socialista, a comunicar que os Senhores Deputados António Fernando Correia de Campos e Fernando Alberto Tomás do Nascimento Girão, pediram a suspensão do mandato pelo período de um mês, sendo substituído pela Senhora Deputada Eugénia Cristina dos Santos Neto e Senhor Deputado Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro, respectivamente. -----

- Foi enviado officio a convocar a Senhora Deputada Eugénia Cristina dos Santos Neto para a Sessão desta AMV de vinte e dois de Junho de dois mil e nove, em virtude de o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- Foi enviado officio a convocar o Senhor Deputado Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro para a Sessão desta AMV de vinte e dois de Junho de dois mil e nove, em virtude de o Senhor Deputado Fernando Alberto Tomás do Nascimento Girão, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- Foi remetido officio ao Partido Social-Democrata, a comunicar que o Senhor Deputado Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida, pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, sendo substituído pelo Senhor Deputado José Mário Aguiar. -----

- Foi enviado officio a convocar o Senhor Deputado Municipal José Mário Aguiar para a Sessão desta AMV de vinte e dois de Junho de dois mil e nove, em virtude do Senhor Deputado Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados, acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Vamos dar início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Como sabem tem um ponto único, informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal. Vou desde já colocar a discussão e a aprovação as duas actas das duas últimas reuniões. Antes disso gostava só de fazer aqui uma referência à forma muito interessante como decorreu a nossa deslocação a Sesimbra, no âmbito do protocolo entre as duas Assembleias Municipais e a forma como a visita foi acompanhada pelo Senhor Primeiro Secretário a quem eu quero publicamente agradecer todo o empenhamento que teve neste programa da Assembleia Municipal Jovem. Queria-vos dar nota que de facto, tivemos uma recepção muito simpática em Sesimbra e que isto permitiu um estreitamento de relações entre os jovens do nosso concelho e os jovens do concelho de Sesimbra e aproveitar também para fazer aqui um agradecimento ao responsável das



Pousadas de Juventude, que também foi incansável na colaboração que deu a nossa Assembleia Municipal. Feita este agradecimento público, iria então pôr a votação e a consideração dos Senhores Deputados as duas actas. Portanto, temos duas actas para aprovar, temos a acta do Vinte e Cinco de Abril, esta foi enviada já depois da convocatória, de qualquer maneira era uma acta que também não oferece grandes dificuldades na medida em que todas as intervenções foram escritas e ela o que reflecte é exactamente as intervenções escritas dos Senhores Deputados que aqui o fizeram e do Presidente da Assembleia Municipal e também do nosso convidado. Portanto, eu perguntava em relação a acta de vinte e cinco de Abril, se há alguma questão que queiram levantar? Não tenho ninguém a pedir a palavra, eu iria colocar a votação. A acta de vinte e cinco de Abril é aprovada com uma abstenção. Temos depois também a acta do dia vinte e sete de Abril de dois mil e nove, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre a mesma. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho tem a palavra”. -----

- UM - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “É apenas para fazer duas pequenas correcções gramaticais que constam: uma a folha sessenta e dois, em que diz que fui eu quem redigiu, não, onde diz: eu nunca intervi sobre isso, eu peço desculpa mas é “intervim” e não “intervi” e está repetido duas vezes e gostava que se fizesse a correcção. Um bocado mais abaixo diz que o Teatro Viriato é demasiado sério e as pessoas sérias por vezes são penalizadas, isto é, se têm empolado o pedido provavelmente “teriam” e não “teria”, que é o que gramaticalmente está correcto. E ainda a página cento e doze duas pequenas correcções também, na quarta linha onde está escrito “laudes”, são “laudós” com o e não com e mais abaixo diz que o Senhor Presidente da Câmara que “mobilizou” ao ROC é evidentemente que é um lapso e isso era “disponibilizou”. Eu agradecia que fizessem estas correcções, porque assim fica correcto. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado, já uma vez tínhamos mais ou menos acertado nesta metodologia, quando os Senhores Deputados recebem a acta, sempre que se apercebam de alguma questão, porque a acta é feita pelos serviços e depois é revisionada pelo Senhor Primeiro Secretário. Sempre que se apercebam de alguma gralha destas, tenham só o cuidado, se mandarem directamente para aqui, para os serviços um e-mail a fazerem essa recomendação, os serviços têm orientações para de imediato fazerem correcções pontuais. Senhora Deputada tem a palavra, presumo que será pelo mesmo motivo não é? Faça o favor”. -----

- DOIS - SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Intervém para dizer o seguinte: “Eu vou fazer enfim, fazer uma pequena correcção que é de facto de ortografia, mas antes gostaria de saudar o esforço com que os serviços tentaram completar aquelas falhas de som que houve na última Assembleia. Eu estranho até que não haja mais gralhas, porque de facto, as condições foram muito más. Portanto, é na página sessenta e cinco, se não estou em erro, na linha trinta e quatro, diz-se: está tudo embrulhado na novelosa de falta de esclarecimento e rigor, onde se lê “novelosa”, deverá ler-se obviamente nublosa. Portanto, é só uma pequena correcção. De facto não é “novelosa”, mas sim “nublosa” de falta de esclarecimento. Obrigada”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte “Como se recordam, nós colocamos aqui um sistema de som Wireless. Há aqui duas situações que eu queria chamar a atenção dos Senhores Deputados que afectam muito o sistema, que são os telemóveis. Sempre um telemóvel toca dentro da sala interfere com o sistema Wireless, como é normal. Portanto, isso levou que na última Sessão tivéssemos algumas falhas que depois se reflectiram na gravação e que criaram umas certas dificuldades. Entretanto colocou-se ali um sistema diferente, que esperemos que agora consiga ultrapassar, mas eu queria pedir aos Senhores Deputados que evitassem o uso de telemóveis dentro da sala



durante a Sessão, visto que depois interfere com as gravações. Era um apelo que eu faria, também não custa muito desligar-se o telemóvel, ou colocar-se no silêncio e não deixarem tocar por muito tempo, porque isso interfere. Muito bem, então com estas correcções e se mais alguma houver poderão fazer chegar, eu iria colocar, se não houver mais nenhum dos Senhores Deputados que queira pronunciar-se sobre a Acta, eu ia colocar à votação. Portanto, a Acta do dia vinte e sete de Abril de dois mil e nove foi aprovada também com uma abstenção. Antes de começarmos com a nossa Ordem de Trabalhos, eu tenho aqui uma questão que gostava de colocar à consideração dos Senhores Deputados e se todos estiverem de acordo seguiremos este procedimento, basta que eu não esteja de acordo para não seguirem. O Senhor Presidente do Executivo informou-me que depois de termos marcado esta Assembleia, que foi marcada um compromisso ao qual não pode deixar de estar presente em Lisboa, o que implicará que o Senhor Presidente terá que sair por volta das seis horas e trinta minutos. Eu estou convencido que as dezoito e trinta nós já teremos os trabalhos finalizados ou pelo menos muito adiantados, só que o Senhor Presidente manifestou a vontade de eventualmente invertermos a Ordem de Trabalhos, isto é: começarmos pelo tratamento da actividade municipal, depois tratarmos a seguir o Período Antes da Ordem do Dia. Se nenhum dos Senhores Deputados se opuser, que a ordem dos factores, digamos que é um bocado arbitraria, não é? Agora a verdade é que a actividade municipal em tudo o que se questiona tenderá da resposta do Senhor Presidente da Câmara, já o Período Antes da Ordem do Dia, muitos assuntos até são tratados entre os Senhores Deputados Municipais. Portanto, a questão que eu colocava era se estivessem de acordo, se estivéssemos todos de acordo, se houvesse unanimidade em relação a esta matéria, eu penso que não vamos chegar às dezoito e trinta, estou convencido disso, mas preventivamente começávamos pelo período de informações da actividade municipal, depois das informações trataríamos do Período Antes da Ordem do Dia. Estamos todos de acordo, ninguém se opõe? Muito bem. Então nesse caso pedia aos partidos que durante a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, me fizessem chegar a lista dos inscritos para o Período Antes da Ordem do Dia. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar desde já do Ponto Um, informação sobre a Actividade Municipal nos termos da alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove, noventa e nove, na sua versão alterada e republicada pela Lei 5 - A de dois mil e dois”. -----

**- TRÊS - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -** Usa da palavra para fazer a apresentação da Actividade Municipal e responder a algumas questões, da seguinte forma: “Eu queria também fazer um esclarecimento prévio, que para além da minha intervenção escrita, queria fazer um outro esclarecimento e que digamos, vou juntar à minha intervenção e que decorreu já de algumas perguntas, nomeadamente de jornalistas que me esperavam à porta e que eu aproveite para esclarecer uma questão neste fórum, penso que vai mesmo a *talhe de foice*. Alguém me perguntava, ou vários jornalistas me perguntaram, por causa de uma notícia que saiu, sobre uns terrenos relvados, junto ao Hotel Montebelo, qual era a perspectiva da Câmara, já que uma associação publicou a possibilidade de aquele terreno ser urbanizado. Eu gostaria de dizer que aquele terreno está autorizado para urbanização até antes de eu chegar à Câmara. Desde há muito que o terreno em questão está, digamos, autorizado para ser urbanizado e decorrente desta urbanização, nomeadamente pela troca do terreno para a Circunvalação. Circunvalação que liga a Praça Paulo Sexto à Rotunda Carlos Lopes. Portanto, foi isso que deu origem a uma coisa, que naturalmente passou por esta Assembleia, muito antes de eu ser Presidente da Câmara. Agora, eu queria dizer, que a Câmara a que eu presido, tem o assunto resolvido para que não haja construção e portanto, isso é que me importa referir. Mais do que estar aqui a dar explicações, gostaria de estar numa posição de ter que responder, gostaria de estar numa posição de alguém que resolveu o assunto que encontrou naturalmente, inquinado, aliás, como também o Largo do Hospital, os terrenos em frente



ao antigo Hospital e que agora está resolvido. Portanto, eu gostaria de dizer aos Senhores Deputados e aos Senhores Jornalistas também, que o terreno em frente ao Hotel Montebelo, não será urbanizado, porque a Câmara encontrou maneira de estabelecer protocolo, com a firma, com os donos legítimos do terreno e eventualmente, fazer uma permuta do mesmo. Qualquer notícia sobre o efeito é especulativa e sobretudo, não tem em conta o esforço que os serviços estão a fazer, no sentido da permuta em apreço. E agora passaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, à intervenção escrita, exactamente nos termos que referiu. Um dos maiores desafios dos tempos modernos está directamente relacionado com *o aumento da esperança média de vida do Ser Humano*. Situada nos sessenta e sete vírgula dois anos a nível mundial e nos setenta e oito vírgula um anos em Portugal, esta conquista tem sido alcançada com a ajuda da evolução das ciências médicas, das novas tecnologias, das novas políticas de saúde, enfim, da acção social, do lazer, da organização territorial também, que estão cada vez mais adaptados aos cidadãos e que têm provocado uma melhoria ao nível da saúde pública e dos padrões de vida. Em dois mil e cinquenta estima-se que haverá cerca de dois milhões de portugueses com mais de sessenta e cinco anos, o dobro dos actuais, ou seja, aproximadamente, trinta e dois por cento da população. Este aumento da esperança média de vida, significa que cada português poderá viver, sensivelmente, mais duas décadas, e prevê-se até que com mais recursos disponíveis, mais informação e novas necessidades. Acompanhando esta tendência demográfica, é visível o crescimento do número de empresas que prestam serviços e fornecem produtos dirigidos exclusivamente à população sénior, quer seja na área da saúde, como do turismo, do lazer, do desporto, ou mesmo da acção social. Também os serviços públicos e nomeadamente os Municípios devem organizar-se no sentido de conseguirem perceber as necessidades desta população, procurando criar e adaptar os seus serviços e as suas estruturas para que estejam acessíveis e promovam a inclusão das pessoas idosas com diferentes necessidades e também diferentes graus de capacidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde, *“uma cidade amiga do idoso deve estimular o envelhecimento activo ao otimizar oportunidades para a saúde, participação e segurança, para aumentar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem”*. De acordo com dados de dois mil e sete, há outro fenómeno demográfico que tem vindo a destacar-se, isto é, presentemente cerca de metade da população mundial vive em cidades, mas estima-se que em dois mil e trinta, três em cada cinco habitantes vivam em cidades, sendo que o maior crescimento será efectuado naquelas que têm menos de cinco milhões de habitantes. As cidades devem, assim, estar preparadas para disponibilizarem serviços e estruturas que proporcionem a produtividade e estimulem a criatividade dos seus cidadãos, com especial atenção para os idosos, compensando as alterações físicas e sociais provocadas pelo envelhecimento. Neste âmbito, Viseu é hoje uma cidade mais solidária, mais sustentável e cada vez mais amiga da pessoa idosa. Das inúmeras iniciativas que organizamos anualmente, destaco, justamente, o nosso programa de promoção da actividade física para a população sénior, que denominamos de Actividade Sénior. É um projecto que pela sua regularidade e também pela sua dinâmica e, principalmente, pelos efeitos positivos que provoca na saúde física e saúde mental dos nossos seniores, tem vindo a conquistar cada vez mais participantes e parceiros institucionais. Os efeitos da actividade física regular na qualidade de vida das populações são hoje indesmentíveis e comprovados pela Organização Mundial de Saúde, pela União Europeia e por outras instituições de reconhecida credibilidade. A sua ligação à área da saúde aparece associada à diminuição dos riscos de doenças cardiovasculares, do risco de obesidade, da diabetes tipo dois, dos riscos de depressão e demência, à preservação das funções cognitivas, melhoria da auto-imagem e auto-estima, entre muitos outros benefícios. Nos seniores ajuda a debelar e a retardar problemas próprios do acto de envelhecer, como o equilíbrio, a osteoporose, hipertensão, melhorando todas as funções motoras, incluindo a força e o



equilíbrio. Indirectamente tem implicações positivas, como é sabido, ao nível da economia, nomeadamente, no orçamento do Sistema Nacional de Saúde, com a conseqüente redução do número de consultas médicas e diminuição das despesas com medicamentos, o que se traduz na melhoria da saúde pública. Mas os objectivos da Actividade Sénior de que falei, não se ficam pelos efeitos ao nível físico, ou pelo aumento das capacidades funcionais e conseqüente aumento dos níveis de independência, autonomia e auto-estima. Pretende-se, também, valorizar a parte social, com a diminuição do tendente isolamento desta população, a ocupação dos seus tempos livres e a promoção da interacção social. Relembramos que a Actividade Sénior, de forma regular e continuada, se iniciou em dois mil e sete, através de um projecto-piloto que serviu para testar o real interesse das pessoas e das várias instituições também, que denominamos de Promotores Locais, entendidos com sendo as Juntas de Freguesia e as IPSS. Durante esses três meses que durou o projecto, a participação, quer dos cidadãos quer das instituições, foi deveras encorajador. A primeira pedra estava lançada e a avaliação que fizemos foi francamente positiva. Na segunda edição alongámos a duração do projecto para trinta e três semanas, com início em Novembro de dois mil e sete e final em Julho de dois mil e oito. Registámos então um aumento significativo nos índices de participação, com um total final de setecentos e sessenta e nove participantes, vinte promotores locais e trinta e seis grupos de actividade, situação que provocou um aumento significativo nos investimentos realizados com este programa. A terceira edição, que se encontra a decorrer e que terminará em dezoito de Julho do próximo mês, registou, similarmente, um acréscimo notável a todos os níveis, sendo justo destacar o trabalho das Juntas de Freguesia na divulgação e promoção destas actividades junto das populações. Senhor Presidente, Senhores Deputados, actualmente temos mil trezentos e setenta e oito pessoas inscritas, trinta promotores locais e sessenta e três grupos de actividade, o que equivale a cento e vinte e seis horas semanais de aulas, conseguindo chegar a vinte e duas das trinta e quatro freguesias do concelho de Viseu. Para além das aulas propriamente ditas, que denominamos de actividades regulares (tais como: hidroginástica; ginástica; ioga; dança; caminhadas, entre outras), também temos organizado algumas actividades pontuais, que visam proporcionar momentos de convívio e sociabilização entre todos os participantes, o contacto com novas experiências, permitindo-lhes uma percepção mais próxima da dimensão do projecto. Realizámos no Dia Mundial da Alimentação, em dezasseis de Outubro do ano passado, uma formação na área da nutrição que intitulámos, “O Comer e o Falar vai do Começar”, realizada no auditório do Seminário Maior e que teve a lotação completamente esgotada. Já em Dezembro passado, organizámos também, uma segunda actividade pontual com o filme “A Canção de Lisboa”, do saudoso Vasco Santana no auditório do Centro Pastoral de Viseu. Fruto de uma parceria com as forças de segurança da PSP e da GNR, e com a colaboração da nossa Polícia Municipal, temos vindo a prestar a formação junto de todos os participantes sobre a “Segurança e Auto-Protecção”. Esta actividade teve início no dia dezoito de Abril, com um Workshop no Pavilhão Desportivo do Colégio da Via-Sacra, onde estiveram presentes setecentos e doze participantes e tem continuado com a realização de mais quarenta e duas acções descentralizadas, mais específicas e para públicos mais reduzidos, promovendo a interactividade e a proximidade das forças de segurança e os seniores. De referir que estas actividades pontuais têm sido muito importantes para a promoção da Actividade Sénior e que com o acompanhamento da comunicação social temos vindo a registar, invariavelmente, um aumento do número de inscrições nas semanas subsequentes à actividade. Outro dos aspectos que valorizamos na Actividade Sénior é a segurança e a formação dos nossos monitores. Desta forma, desde a primeira edição que contamos com a colaboração da Sub-Região de Saúde de Viseu e também da Escola Superior de Educação de Viseu, ao nível do seu departamento de Educação Física. Preocupamo-nos com a formação dos nossos monitores e com a sua



constante actualização. Para o efeito, estabelecemos, desde o início, que além da obrigatoriedade de possuírem uma licenciatura naturalmente em educação física ou desporto, deveriam possuir também uma especialização em actividade física para a terceira idade. Assim, antes do início da primeira edição organizámos, em conjunto com a Escola Superior de Educação de Viseu, um curso de sessenta horas nesta área específica, o qual constituiu um importante critério na selecção dos nossos monitores. Ainda, em trinta de Maio deste ano organizámos um Workshop com uma das mais prestigiadas docentes a trabalhar e a investigar nesta área, a Professora Doutora Helena Moreira, da universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sobre a temática da Actividade Física para as Populações Seniores, que para além dos nossos monitores contou com a participação de vários técnicos de autarquias vizinhas. A dinâmica deste projecto revela, igualmente, que as nossas freguesias têm cada vez mais e melhores condições para receberem, do ponto de vista logístico, estas iniciativas, demonstrando uma maior preocupação pelo bem-estar e qualidade de vida dos seus habitantes. No entanto, a intervenção da autarquia nesta área não está confinada ao projecto específico da Actividade Sénior. Por exemplo, os Jogos Desportivos de Viseu, que celebram este ano o seu décimo oitavo aniversário, quebraram algumas barreiras e têm vindo a alterar o seu conceito e os seus regulamentos tornando-os mais abertos a todas as faixas etárias. Constatamos já um elevado número de participantes seniores nas modalidades de hidroginástica e jogos tradicionais. Destacamos, igualmente, o Projecto Intergerações que, há vários anos a esta parte, tem vindo a promover o convívio anual com cerca de oito mil idosos de todas as freguesias do Concelho de Viseu e a Comemoração de algumas datas especiais, tais como o dia de São Valentim ou o dia de Reis, que tem proporcionado momentos de alegria e convivência da população menos jovem. De realçar, também, que este ano, pela primeira vez, o Décimo Festival de Teatro Jovem, realizado pela Câmara Municipal de Viseu, contou com a participação de um Grupo de Teatro da Associação Nacional de Aposentados, Pensionistas e Reformados – MODERP, cuja Delegação de Viseu, tem e foi feito como forma de promover o relacionamento entre os cidadãos de diferentes faixas etárias. Ainda com a colaboração da Associação Nacional de Aposentados, está a Câmara Municipal de Viseu a criar um “Espaço Intergerações”, no Centro Histórico, com o intuito de fomentar o convívio entre a população mais idosa e menos idosa, onde possam aceder às novas tecnologias, bem como estabelecer um local de apoio social em várias valências. Por outro lado, a existência do Cartão Municipal do Idoso tem proporcionado, às pessoas que o detêm, descontos na aquisição de vários bens e serviços. Ao nível das infra-estruturas não podemos esquecer os investimentos em equipamentos de lazer, numa política de Desporto para Todos, como são a Ecopista de Viseu ou a Rede Municipal de Percursos Pedestres, espaços de promoção da actividade física para a saúde, de fácil acesso e também impulsionadores do convívio e da sociabilização. Ainda durante o ano de dois mil e nove, estamos a realizar investimentos no sentido de se criarem cerca de dez Parques de Lazer para a População Sénior, os quais serão instalados em várias freguesias do Concelho, com a colaboração das respectivas Juntas, e que proporcionarão um espaço com equipamentos vocacionados para a manutenção da condição física de toda a população. Já várias vezes referi que o nível de desenvolvimento de um Concelho também se pode e deve avaliar pela forma como são tratadas as pessoas mais desfavorecidas. Neste contexto e face ao exposto, atrevo-me a afirmar que em Viseu os nossos cidadãos: Nascem com esperança, Crescem com confiança, e podem também Envelhecer com dignidade. De acordo com a Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento, como sabem, aconteceu em mil novecentos e noventa e seis, *“os idosos saudáveis são um recurso para as suas famílias, para as suas comunidades e também para a economia”*. Senhor Presidente e Senhores Deputados, termino naturalmente deixando, à consideração e análise, as folhas anexas, que se referem à situação financeira, também à informação prevista sobre sociedades societárias e não





societárias e ainda em relação às reclamações, recursos hierárquicos e aos processos judiciais pendentes e seu estado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) -

Pede a palavra para intervir dizendo o seguinte: “Em primeiro lugar e porque esta é a intervenção, primeira também do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Desde a última Assembleia Municipal até esta, decorreu um acto eleitoral e portanto, entendemos que o saudável convívio democrático, nos leva a dar aqui os parabéns ao partido que saiu vitorioso nestas eleições, ainda que não tendo propriamente a ver, ou directamente, com a vida do município na Autarquia, que é o PSD que ganhou, nas passadas as eleições europeias e portanto, fica aqui esta nota, enfim, também com o lamento de efectivamente essas eleições não terem tido uma participação, ou melhor, terem tido mesmo uma fraca adesão e isso evidentemente que não é edificante para a vida democrática. Posto este ponto prévio, passo então a fazer uma análise da Actividade Municipal e portanto, da intervenção que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos trouxe aqui hoje, sobre actividade sénior, enfim, e que de uma ponta à outra não nos merece assim muitas criticas, muitos reparos, porque somos levados a efectivamente, a concordar que o conjunto de actividades que são ai elencadas e a informação que é nos é dada, enfim, o Partido Socialista não pode deixar de estar de acordo nomeadamente no que se prende com, propriamente o programa da actividade sénior e portanto, com os números satisfatórios que apresenta, com o aumento inclusive, com a adesão de cada vez mais cidadãos a este programa. Evidentemente e essa é também, digamos, um permanente alerta que o Partido Socialista tem feito de há muitos anos a esta parte, que hoje e se já alguns anos fazia sentido hoje faz cada vez mais sentido. O mundo deve de facto partilhar e devemos viver em parcerias, e enfim, o Presidente da Câmara na intervenção que nos trás fala-nos nalgumas delas, nomeadamente, com o Instituto Politécnico de Viseu, com a Polícia de Segurança Pública, com outras entidades e instituições do concelho que, nomeadamente, evidentemente as Juntas de Freguesia, IPSS’s estão referidas ao longo da sua intervenção. E como dizia, defensores que somos das parcerias, não podemos deixar de estar de acordo com isto, assim como tudo o que é envolver cidadãos séniores com cidadãos júniores e portanto, concretamente com a juventude, isso há experiências a serem feitas, quer no Festival de Teatro Jovem, quer nos Jogos Desportivos e portanto, entendemos tudo isso como globalmente positivo. É evidente que podíamos fazer aqui uma intervenção, e até seria oportuna para o Executivo Camarário, nomeadamente para a maioria que governa a Câmara Municipal de Viseu, porque poderemos fazer aqui uma intervenção ainda mais construtiva no sentido de darmos e deixar-mos algumas ideias, e seria bom porque, evidentemente, que o PSD e este Executivo têm aproveitado algumas ideias ao longo dos anos, que o Partido Socialista também vem apresentando ao concelho de Viseu. Isso é natural que aconteça e basicamente teríamos que falar neste espaço intergerações que refere, não podemos também deixar de aplaudir que ele seja localizado no centro histórico, que sofre, dos problemas que sabemos que sofre, e obviamente, que é de todo o interesse que seja efectivamente intergeracional. Depois há um conjunto de ideias que se podem desenvolver e que seguramente até estou certo, algumas delas pensados pelo próprio Executivo, nomeadamente, um guia para o cidadão sénior que preste um conjunto de informação aos cidadãos, desde serviços de utilidade pública, a serviços de urgência, de saúde, segurança social, apoio jurídico, serviços de cultura e lazer. Há outras ideias também nomeadamente no que diz respeito ao apoio que o Partido Socialista tem defendido, nos últimos tempos o apoio aos idosos carenciados como por exemplo, um simples serviço domiciliário de reparações às famílias mais carenciadas e sobretudo, aos cidadãos séniores mais carenciados. Depois há outras coisas simples até, que são burocraticamente complicadas para alguns de nós, como é por exemplo o preenchimento



da declaração do IRS e tudo isto poderia encontrar efectivamente, uma (exequibilidade?), precisamente neste espaço sénior. Costuma dizer-se nesta Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara muitas vezes acusa o Partido Socialista de ter intervenções pouco positivas para o concelho, enfim, é uma acusação que faz que é legítima, pode fazê-la, nós obviamente não estamos de acordo. Queira portanto, entender nesta minha intervenção, que este próximo facto que vou referir é de facto, em entendimento com o trabalho desenvolvido pelo Presidente da Câmara e obviamente todos os seus Vereadores, nomeadamente numa pesquisa que fiz nos últimos dias ao *site* da Câmara Municipal e comparando com outros *sites* de câmaras, sobretudo de capitais de distrito. Efectivamente, parece-nos que com alguns lapsos, algumas falhas de informação, algumas coisas não tão bem feitas, globalmente temos efectivamente um *site* positivo e estou falar sobre isto, porque o *site* está dividido em perfis, portanto ou é possível aderir ao *site* a partir logo de um perfil jovens, séniores, enfim, outros. E o perfil do sénior não está tão desenvolvido, uma vez que estamos a falar sobre esta matéria, como por exemplo, o perfil jovem, o que nos parece interessante dar alguma atenção a esta matéria. Genericamente é este o comentário que fazemos à sua intervenção, não podendo deixar de nos questionarmos com um facto que eu encaro como algo intrigante e que se prende com, na minha perspectiva, há actividades que dizem respeito e que se enquadravam, seriam uma referência seguramente na sua intervenção, tem a ver com as famosas visitas barra expressões à Quinta da Malafaia, que tantos cidadãos séniores envolvem no nosso concelho, e que efectivamente, não está referida, com a relevância de que os números, até porque essa é concretamente a pergunta que lhe quero fazer. Quantos cidadãos é que têm sido, nomeadamente, se este ano tem números para dar a esta Assembleia, foram envolvidos e também não é referido, mas era uma pergunta que nos parece pertinente que era saber dos custos que estas visitas trazem ao nosso Município. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- **CINCO** – **SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD)** –

Pede para intervir para dizer o seguinte: “Na altura da intervenção proferida pelo Senhor Presidente da Câmara gostaríamos de tecer o seguinte: diversos estudos demonstram efectivamente, a importância do desporto na sua função social e dimensão económica, sendo hoje consensual que a actividade desportiva é uma pedra basilar nos modelos de desenvolvimento das sociedades evoluídas. São reconhecidos os efeitos positivos do desporto na saúde, constituindo-se este como um importante promotor do equilíbrio físico e psicológico dos cidadãos, o que potencia um incremento no dinamismo das populações, bem como importantes poupanças nos encargos com a saúde. Por outro lado, o desporto é inibidor de comportamentos marginais, o que se traduz num decréscimo da criminalidade e redução das despesas com a segurança. Portanto de modo resumido, fica demonstrada a importância do desporto, importa, pois, analisar neste âmbito, a política desportiva que tem sido adoptada no concelho de Viseu. Nos últimos anos, assistiu-se a um importante investimento na requalificação e construção de equipamentos e infra-estruturas desportivas municipais. Destaca-se o Parque Desportivo do Fontelo, com a requalificação do campo de futebol de sete, de futebol de cinco e do Campo Primeiro de Maio, realço, todos em relva sintética, bem como as intervenções no antigo polidesportivo e no Complexo Municipal de Piscinas. Foram, ainda, iniciados os procedimentos técnicos e legais para a construção de novos equipamentos, dotando o Parque Desportivo do Fontelo de instalações desportivas de prática informal. Assim, em dois mil e dez, este contará com uma área de desportos de praia, um parque radical e um polidesportivo adaptado. Evidenciar a Ecopista, obra emblemática que foi inaugurada em dois mil e sete e que tem a sua extensão projectada até Santa Comba Dão – algo que deverá ser concluído em meados de dois mil e dez - assim como o desenvolvimento da Rede Municipal de Percursos Pedestres. Esta, actualmente, conta com sete Rotas (Cepões, Côta, Calde, S. João de



Lourosa, Santos Êvos, Mundão e Campo), estando mais cinco em fase de implementação. Referir o Campo da Quinta da Cruz, os Campos Multiusos de Paradinha e da Ribeira e os três que estão em fase de implantação, o da Quinta da Cimalha, Quinta da Falorca e Rio de Loba, bem como a construção de diversos Parques Infantis e Polidesportivos que estão em curso em todo o concelho. Outra vertente a ser analisada refere-se ao apoio ao movimento associativo. Este deve ser um dos pontos fundamentais de qualquer política desportiva, sendo que o trabalho realizado pelos dirigentes associativos em prol do desenvolvimento desportivo deve ser devidamente recompensado. No desporto federado, os apoios concedidos pela Autarquia foram incrementados significativamente. De uma dotação de, aproximadamente, setenta e seis mil euros na época de mil novecentos e noventa e nove/dois mil, salientam-se os cerca de quatrocentos e trinta e cinco mil euros, na época dois mil e oito/dois mil e nove, situação que comprova a evolução do investimento da autarquia nesta área. Este apoio ao movimento associativo tem proporcionado uma maior oferta de modalidades desportivas, assim como dos clubes onde as mesmas podem ser praticadas. Tal situação induz, naturalmente, ao aumento quantitativo e qualitativo da prática desportiva, verificando-se a existência de melhores atletas, melhores técnicos, melhores dirigentes e, conseqüentemente, melhores clubes. Reflexos destas políticas são os resultados alcançados pelos nossos atletas e clubes na presente época. Na modalidade de futebol, os clubes do concelho venceram os campeonatos de infantis, através do (Académico Futebol Clube), iniciados (Lusitano), juvenis (Repesenses) e juniores (Lusitano), destacando-se, obviamente, a subida de divisão das equipas seniores do Lusitano Futebol Clube e Académico de Viseu. Serve, esta intervenção, também para enaltecer estas conquistas e congratular estes importantes emblemas da nossa cidade. Mas os bons resultados não se esgotaram no futebol. No futsal, a Casa do Benfica de Viseu, no escalão de juvenis, foi campeã distrital, registando-se, ainda, a subida de divisão da Associação de Gumirães para a Divisão de Honra, bem como o quinto lugar do Viseu Futsal dois mil e um na segunda divisão nacional. Na modalidade de basquetebol foi obtido o título nacional pela equipa de sub dezasseis pelo Grupo Desportivo de Gumirães, salientando-se, no Judo, a conquista do título nacional pela Judo Clube de Viseu. Não obstante tudo quanto já foi referido, existe outro fenómeno não menos importante e que é de ser realçado. De facto, nos últimos anos assistiu-se a um crescente interesse e adesão dos viseenses pela prática de actividades físicas. Para tal, não terão sido alheios todos os investimentos já identificados, mas, também, a organização de actividades de promoção e animação desportiva. Estas têm sido, aliás, uma das vertentes da política desportiva onde se observa um particular dinamismo. A manutenção dos projectos, Conhecer Viseu em Bicicleta, Manhãs Desportivas, Jogos Desportivos de Viseu, Olimpíadas da Amizade e a criação da Actividade Sénior, bem como a Feira do Desporto, Percursos Pedestres e Observatório do Desporto, permitiram, inegavelmente, movimentar milhares de viseenses. Excelentíssimos Senhores, escrutinada que foi a política desportiva da Câmara Municipal, apraz-nos, pois, verificar evidentes progressos, ao longo dos últimos anos. Actualmente, o concelho de Viseu apresenta índices de participação desportiva, formal e informal, bastante acima da média nacional. Tal facto traduz-se, inegavelmente, num claro incremento da qualidade de vida dos seus munícipes, e reflecte-se, por outro lado, na melhoria dos resultados federados que têm sido alcançados. Os progressos observados devem, ser relevados, sendo que a estratégia desenvolvida sob o lema “Melhor Desporto, Mais Saúde”, também evidenciada pelos frutos que tem estado a dar. Muito obrigado”. ---

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Este programa municipal, esta política municipal de estimular a participação dos idosos na sociedade é talvez, o programa municipal mais inovador que a Câmara Municipal levou à prática neste



mandato, por isso, deve ser sublinhado. Todos nós defendemos, e há concordâncias de ponto de vista, no que respeita à importância de revalorizarmos o idoso, a que ele participe na sociedade para além do momento em que abandona o mercado do trabalho, que em muitas das vezes, ocorre em circunstâncias difíceis, com a mudança de estatuto e também com a mudança de situação económica e por isso, esta política municipal deve ser apoiada. Todavia há três questões que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente, para sabermos e estarmos informados acerca da concretização efectiva deste programa municipal de apoio ao sénior, que é de facto um programa interessante, como já disse, e ainda naturalmente, há aqui uma convergência, pontos de vista, no que diz respeito à importância da participação social dos idosos na comunidade. As três questões que eu queria colocar eram as seguintes: em primeiro lugar - Vossa Excelência acaba de nos anunciar aqui a criação até ao final do ano, de cerca de dez parques de lazer. Primeira pergunta, quanto vão custar? Em segundo lugar – Onde se vão localizar? E em terceiro lugar – Quem os vai gerir?” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Tenho mais uma inscrição do Senhor Deputado Joaquim Pedro, a quem aproveito para cumprimentar, porque acabou de ser pai duplamente, da Matilde e do Ricardo. Apresento em nosso nome as felicitações. Este pai passa a ter três filhos, portanto, está a contribuir para o aumento da natalidade. Tem a palavra Senhor Deputado”. -----

- SETE – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Pede o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito obrigado pelos cumprimentos. Vou pedir à Assembleia, ao Presidente da Mesa, a intervenção que eu tinha preparado era para o Período Antes da Ordem do Dia, mas rapidamente reflecti, já que estamos a falar dos idosos, isto tem tudo a ver. Tem a ver também com alguma actividade Municipal, se quisermos, mas achamos oportuno aqui no seguimento das intervenções que já foram feitas trazer este assunto rapidamente. Trago novamente a esta Assembleia, o assunto do Centro de Saúde Dois. Recordam-se que eu próprio pedi que o Centro de Saúde encerrasse, porque não tinha as condições mínimas. Pois bem, o Centro de Saúde Dois encerrou no passado dia um de Junho. Esta notícia, despida de qualquer avaliação, merece a nossa simpatia e o nosso aplauso. Se analisarmos esta notícia com mais pormenor, verificamos que esta mudança é provisória, ou seja, não é definitiva. Aqui, os meus receios drasticamente: Em Portugal o que é provisório, passa rapidamente a definitivo. Desejo que não aconteça o mesmo neste caso. Como sabem, os doentes do Centro de Saúde Dois foram separados pelas novas USF’s criadas em Jogueiros e na António José de Almeida. Assim, cerca de cinco mil utentes terão que se deslocar para Jogueiros, para serem consultados pelo seu médico de família. E aqui é que reside o problema, estes utentes não foram avisados previamente da mudança. Uma pergunta que eu deixo, porque razão a Sub-Região de Saúde de Viseu não enviou uma simples carta aos utentes com as devidas informações? A Sub-Região de Saúde, articulou com a Câmara Municipal de Viseu, a questão dos transportes públicos? Reparem neste exemplo: um casal de idosos que vem de autocarro até Viseu para ser consultado pelo seu médico de família no Centro de Saúde Dois, chega à porta do antigo Centro e vê afixado na porta um papel indicando que agora terá que se deslocar para Jogueiros. Isto é sintomático do desprezo a que as pessoas são votadas... Se o problema para enviar as cartas é a falta de dinheiro, talvez fosse resolvido um uma verba qualquer de uma festa de inauguração que o Governo promove todos os dias. Por outro lado, e já que os responsáveis da saúde em Viseu são tão bons a promover soluções provisórias e rapidamente, porque não resolvem o problema das pessoas que precisam de fazer fisioterapia? Em Viseu não existe resposta pública nesta área e não existe qualquer acordo com clínicas fisiátricas privadas. Assim, um doente que tenha que recorrer a estes serviços, e os idosos são pessoas que recorrem bastante a estes serviços, terá que se



deslocar ao Luso, que será o local mais próximo e onde existem protocolos na área da fisioterapia. Vejam a forma vergonhosa e repito, vergonhosa, como os responsáveis pela saúde, nacionais e locais, tratam os doentes, neste caso concreto. Não ficava mais barato ao Estado realizar um contrato de prestação de serviços com empresas locais, do que mandar os utentes em ambulâncias para o Luso? E o serviço de radiologia que praticamente não existe? A esta lista poderia acrescentar outras situações, onde os idosos sofrem na pele, são as pessoas menos informadas, com dificuldades de acesso... Concluindo, estamos fartos que os responsáveis pela saúde tratem os viseenses de uma forma terceiro mundista. Insistimos na necessidade de aumentar a acessibilidade à saúde em todos os sentidos. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto.

- OITO – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “A intervenção que vou produzir agora será necessariamente bastante curta. Tinha pensado fazê-la no Período Antes da Ordem do Dia, mas de facto, como o assunto em questão se prende um pouco com a qualidade de vida e o exercício da cidadania por parte da população mais idosa, da população sénior, eu decidi abordar neste ponto da ordem do trabalhos esta questão. Mas antes de me referir ao assunto que aqui me traz, gostaria de saudar, as actividades que a Câmara tem promovido a nível da população sénior, saudar a diversidade e a qualidade dessa intervenção. De facto, devemos ter uma postura crítica, mas não criticista, uma postura de elogio àquilo que merece ser elogiado e crítica àquilo, que a nosso ver, merece ser criticado. Mas o assunto que aqui me traz, tem a ver com a acessibilidade às mesas de voto, com as condições nas assembleias de voto. O Bloco de Esquerda recebeu de diversos municípios o pedido de intervenção, chamada de atenção, para o problema de dificuldades em várias assembleias de voto, em termos do exercício desse direito de cidadania por parte dos idosos. Trata-se de assembleias que funcionam em pisos superiores com escadas, sem acesso para pessoas com dificuldades de locomoção, nomeadamente pessoas com muita idade e não só, pessoas portadoras de alguma dificuldade de locomoção e penso que há que fazer um esforço no sentido de esbater esse problema. Eu reporto, por exemplo, à situação de Rio de Loba e saúdo aqui o Senhores Membros da Junta de Freguesia, nomeadamente o Senhor Presidente da Junta que diligenciou no sentido de que nestas eleições fosse retirado uma mesa de voto que funcionava ao cimo de umas escadas. Penso que, o caso de uma das municípios citada, exactamente da situação do espaço, septuagenários, com muita dificuldade em exercer o seu direito de voto, mas que de facto, não conseguiam fazê-lo autonomamente, porque não conseguiam aceder a essa mesa. Saúdo portanto, a resolução desse problema pontual. Mas o problema não se coloca só a nível dos primeiros pisos, coloca-se na dispersão de muitas assembleias de voto, que leva a que famílias tenham que votar cada uma em sua mesa e às vezes andem um pouco, passe a expressão, feitas “baratas tontas” à procura da sua mesa de voto. A Comissão Nacional de Eleições declara quando diz que, *nas assembleias de voto devem ter em conta as necessárias condições de acessibilidade, de forma a facilitar a votação de deficientes, idosos e doentes*. Citou-se aqui um caso do Centro de Saúde Dois, que para além de outros problemas, enfim, sabemos que também tinha problemas deste tipo, mas penso que ao nível do exercício do direito fundamental, que essa questão deve ser tida em conta aqui. Certamente a Câmara estará a acompanhar esta questão, penso que há soluções alternativas. No caso de Rio de Loba os municípios apontam, alguns como alternativa, a Escola do Viso, que teria óptimas condições para centralizar ali as mesas de voto à semelhança do que se faz aqui em muitas freguesias, na sede do concelho. Penso que não seria difícil encontrar-se alternativas. Deixo aqui à vossa consideração esta questão e peço a melhor atenção, porque penso que os municípios merecem. De facto, esta carta foi endereçada à Comissão Nacional de Eleições, penso que ao Senhor Presidente da Junta, no caso de Rio de Loba, a que eu tenho



em mãos, e ao Senhor Presidente da Câmara também e estará certamente a merecer a necessária atenção. Gostaríamos de saber que seguimento teve esta preocupação, como outras que alguns munícipes têm veiculado e me chegaram às mãos. Obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta. -----

- NOVE – SENHOR DEPUTADO JOAQUI, POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD) – No uso da palavra, faz a seguinte intervenção: “Só para dizer que hoje toda a gente louva as intenções e a actividade municipal e eu claro, sempre louvei, também não podia deixar de louvar hoje. Precisamente ao encontro disto, queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que Côta estará interessada em receber um parque destes, até pela distância que tem do centro do concelho e às vezes a dificuldade que temos em deslocar os sêniore para determinadas actividades. Posso dizer desde já, que estaremos disponíveis para inclusive, responder à questão que aqui foi colocada e não nos importamos nada de fazer a gestão de uma infraestrutura dessas e também dizer que enquanto estava ali naquela cadeira a pensar, dizer que tenho um lugar já em mente para o efeito. Por isso mesmo se sobrar alguma coisa para Côta, Senhor Presidente, conte com a nossa colaboração, nós estamos disponíveis para acolher uma infraestrutura dessas. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- DEZ – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder, da seguinte forma: “Eu registo com agrado, a intervenção não foi acessível a muitas discordâncias, portanto, é sempre bom registar este facto, sobretudo quando é num sector tão importante como é este de lidar com o sector sénior. Como eu disse na intervenção inicial, corremos o risco, o risco agradável de ter qualquer dia trinta e dois por cento da população sénior, portanto, significa que o tratamento que estamos a dar a esta população no concelho é um terço do tratamento global que nos apraz registar, a convergência que há nesta área. Eu gostaria só de fazer aqui algum alerta, o Senhor Deputado João Paulo está muito atento ao acompanhamento desta actividade menos numa parte, o serviço de reparações ao domicílio já existe ao tempo, e penso que a Câmara de Viseu foi pioneira no lançamento deste serviço, nomeadamente com a colaboração da Associação de Reformados, que entre outras coisas faz inclusivamente, acompanhamento do carrossel e uma série de outras actividades. É uma Associação extremamente dinâmica, com a qual temos uma inter-acção muito, muito, muito grande. Sobre o *site*, eu gostaria de dizer que o *site* é sempre passível de ser melhorado, mas na última publicação subiu dez posições no *ranking* nacional, o que nos agrada sobremaneira. Depois também dizer uma outra coisa, eu fiquei a pensar que havia aí uma crítica de lado, eventualmente tivemos algum receio de pôr o número de sêniore que levamos à Malafaia. Tomara eu lá levar todos os sêniore do concelho. Foi cerca de oito mil que levámos à Malafaia. Foram à Malafaia naturalmente, como podem ir a outro lado, está escrito, li há bocadinho, posso ler outra vez. Exactamente quando dissemos que propiciamos a oito mil cidadãos. Não vale a pena confirmar isso, eu penso com facilidade o referi, oito mil, exactamente. Essa situação estava referida, eu já o vou procurar para confirmar aquilo que disse, lembro-me perfeitamente. Naturalmente que foram os idosos à Malafaia, como podiam ir a outro sítio, está lá. Se por acaso escolherem outro sítio, naturalmente que os levamos. Este é um sítio extremamente acolhedor onde se sentem bem, portanto, tem sido dos convívios mais requisitados. Enquanto a Câmara de Viseu puder, naturalmente que não deixará de o fazer. Agora, quais os custos? Bem, os custos, eu gostaria de dizer que nem me preocupam muito. Só se preocupa muito com os custos quando a actividade não merecer jus, digamos, aos custos. Agora há uma coisa que eu sei em termos comparativos, custou menos naturalmente, de que qualquer acto público de inauguração de uma auto-estrada, ou de apresentação. Menos de que a apresentação de qualquer programa POLIS e custou



mesmo menos de que naturalmente relevo e não estou a fazer nenhuma ironia, de que trazer emigrantes, por exemplo, que já há muito tempo não vêm ao País. Custa muito mais em termos financeiros, trazer emigrantes que há muito tempo estão, por exemplo, no Brasil, e que foi uma atitude louvável que este Governo fez, mas custa muito mais de que levar estes idosos à Malafaia. Portanto, para uma Câmara que tem alguma saúde financeira, motivada também pelos idosos, é evidente que não nos preocupa minimamente estes custos, custos perfeitamente suportáveis pela Câmara Municipal. Depois, foi perguntado aqui, o Deputado Renato política desportiva. Eu gostaria de dizer que folgo muito sempre quando os jovens estão atentos a este tipo. Há muitas coisas que de facto a maioria dos cidadãos ainda não sabem, a comunicação não é fácil, não flui com a facilidade que queríamos, mas o facto de o equipamento do Fontelo que está extremamente bem remodelado como sabem, poder vir na parte final a ter um campo de futebol de praia, um parque radical e um pavilhão de desporto, ou melhor, um polidesportivo de desporto adaptado, concluiu aquilo que nós tínhamos para lá. E já agora com grande satisfação vamos ter aqui uma modalidade extremamente interessante, como antigos craques do futebol nacional e que farão aqui uma grande exibição, três, quatro e cinco de Julho, Viseu acolhe também uma dessas organizações. Mas referiu aqui o número de polidesportivos, eu gostaria de dizer que quando chegámos à Câmara, naturalmente, havia apenas um polidesportivo na cidade, era o polidesportivo... dois, um podendo ser considerado polidesportivo, no Parque da Cidade e um outro no Fontelo. Neste momento, penso que ultrapassámos os oitenta polidesportivos, portanto, as Juntas sabem disso, para além, digamos naturalmente do número impressionante de parques infantis que fizemos alterando e eu gostaria de dizer, até um pouco de forma exagerada, em posição que nos foi feita pelas entidades que tutelam. Ainda é possível ver em França parques infantis que nós rejeitámos. É possível em países muito desenvolvidos ver em funcionamento parques infantis que nós tivemos que desmontar, por uma exigência de um país novo-rico, mas que fez exigências impressionantes e que tivemos que adaptar. De qualquer maneira, se estiverem interessados, levá-los-ei a ver qual é o número de parques infantis que temos e que tivemos que alterar nestes últimos tempos, apenas quando a intervenção da tutela, que nos fez desmontar todos os parques infantis que tínhamos instalados. Depois, apoiamos os clubes vencedores com muito gosto. Eu não sei se não percebi, podia eventualmente estar mais distraído, penso que não há nada aqui que não possa ser tolerado, faltou o clube da minha ideia que também subiu e que naturalmente, o Farminhão subiu também e vai ser apoiada exactamente, extraordinariamente como os outros clubes que nos deram a alegria de terem subido. E não é só apenas nesta modalidade de futebol, que é aquela que mais nos atrai, mas os jovens do Gumirães foram campeões nacionais de basquete. Também nos agrada e de que maneira, uma actividade e uma modalidade que não é tão conhecida, que também nos propiciou essa alegria. Eu gostaria de frisar até para fazer justiça a quem organizou, a Feira do Desporto. A Feira do Desporto foi um sucesso. Foi organizada no Rossio, pudemos evidenciar o manancial de equipamentos, quer particulares, quer públicos, que neste momento temos no concelho e portanto, eu acho que foi de facto, um acontecimento excelente. Já agora uma outra coisa, tem a ver com a ecopista, hoje mesmo, mais quarta-feira, nós vamos começar com o lançamento efectivo da obra da ecopista. A ecopista vai começar agora em obra, como disse, para concluir os quarenta e oito quilómetros que a ligarão a Santa Comba Dão. Portanto, é possível no próximo Verão, com toda a certeza, ou antes do início do Verão, podermos ter a melhor ecopista do País. Ecopista supra municipal, mas que naturalmente Viseu como lhe compete como concelho liderante, deu os primeiros passos em nome da obra, projectou-a, vai naturalmente fiscalizá-la, com o seguimento muito colaborante dos nossos colegas de Tondela e Santa Comba. Depois sobre aquilo que veio aqui fazer o Senhor Deputado João Cruz, eu folgo muito que faça essa classificação do programa municipal mais inovador, possivelmente



poderíamos pôr outros programas municipais tão inovadores quanto este, mas pronto. Mas quanto é que custam os dez parques de lazer? Então, os parques de lazer vão custar cem mil euros. Eu queria dizer que estes dez parques são a primeira leva, porque, já agora para sossegar o Senhor Presidente da Junta de Côta e os outros, nós vamos fazer um parque de lazer em cada freguesia. Naturalmente que não podemos fazer os trinta, trinta e quatro, todos de uma vez, na cidade é um pouco mais simples. Não podemos fazer todos de uma vez, mas é para fazer um em cada freguesia e portanto, serão na altura convidados a referir onde é que querem, qual é o local que escolhem para colocar esse parque. Onde se vão localizar? No concelho agora poderiam ser uns dez. Só fazemos obras no concelho, os dez serão explicados aos Senhores Presidentes da Junta, naturalmente, mas é para fazer um em cada freguesia, portanto, não deve haver problema. Só me faltava... eu acho piada, de vez em quando depois sai ali nas cassetes que o Presidente da Câmara faz intervenções motivadas por apartes, ou melhor, não vem nos apartes vêm todas seguidas, porque as cassetes não deixam esta possibilidade de o Senhor Deputado João Cruz nos interromper e eu ter que lhe dar resposta. Portanto, às vezes quem quer construir frases, constrói-as como eu esteja a falar de forma seguida e digamos, sem interrupções. Não é assim, tivemos agora a prova do que não é assim. Eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado João Cruz, era o que me faltava, que eu não tivesse a possibilidade enquanto Presidente da Câmara ter a confiança dos meus Presidentes da Junta, de todos. Penso ser uma política discricionária, era o que faltava, que o não fizesse. Então eu agora tenho que dizer onde é que são os dez primeiros, tenho descortinar isso. Se não quisesse ter problemas, começava por letra alfabética, estava o Presidente de Vila Chã de Sá a refilar. Não vai ser assim, vai ser, os Senhores Presidentes da Junta pedirem e nós vamos explicar-lhes. Um Presidente da Junta há-de pôr isso, naturalmente, no seu *plafond* e há-de dizer-me, olhe que eu agora já tenho as ruas todas, já pode vir cá. É isso que nós vamos fazer, como sempre com um diálogo como temos feito até aqui. Agora vamos pôr um em cada Junta de Freguesia de certeza absoluta. Sobre as perguntas do Joaquim Pedro, antes de mais dou-lhe também os parabéns por mais dois cidadãos para Viseu, ainda por cima equilibrados. Está resolvido o problema das cotas, pelo menos em relação a isso. Sobre o Centro de Saúde, nós demos outras alternativas. Eu queria dizer que nós só soubemos da mudança do Centro de Saúde depois dela efectuada. A Câmara não foi tida nem achada nisso, nem tinha que ser. Se calhar se houvesse problemas éramos chamados, mas pronto. Mas nós demos outras localizações em alternativa e eu acho que até muito mais adequados de que para o sítio para onde foi o Centro de Saúde. Uma das críticas que eu sempre ouvi, mas há aqui especialistas que sabem isso, para os Centros de Saúde é que eles deviam estar em locais mais acessíveis, se calhar rés-do-chão. Isso foi sempre aquilo que eu ouvi e toda a gente percebe que não é fácil andar a transportar doentes por elevadores ou por escadas, portanto, nós demos soluções. Soluções que não eram tão diferentes de que aquelas que nos são dadas, por exemplo, para animar o Centro Histórico. Também nós demos para o Centro de Saúde a possibilidade do Centro Comercial Académico, lembrem-se bem. Era uma boa animação para o Centro Histórico. Só que há muita gente a querer animar o Centro Histórico, mas é com decisões para os outros, quando é para eles fazerem não há nenhuma decisão. Veja o arrastar de pés em relação à Loja do Cidadão. Veja o que se passou com o Centro de Saúde, quando tiveram a possibilidade de ir pô-lo no Centro Histórico, não lhe mexeram, puseram-no exactamente ao lado, para poupar. A ideia é essa, poupar que é saudável, mas portanto, não se venha dizer depois que o Centro Histórico não tem animação e porque alguém contribuiu para isso, não contribuíram. Agora queria dizer, nós vamos colocar vida, pela parte que diz respeito à Câmara, no Centro Histórico e já anunciámos que vamos colocar um serviço, muito rapidamente, para o cidadão da Loja do Cidadão, mas depende dos Senhores do Governo estarem disponíveis ou não, porque já fizemos um acordo com os Bombeiros para a aquisição, para a gestão melhor dito, do seu





edifício da Rua do Comércio. Portanto este edifício há-de ter vida connosco muito rapidamente. Vamos lá colocar, se a Loja do Cidadão vier a tempo e se o Senhor Ministro ainda der resposta atempada, nomeadamente aos requerimentos que o Partido Socialista fez, pode ser lá um sítio, se não for, nós temos alternativa para lá. Gostaria também de deixar aqui um compromisso, vamos localizar a estrutura do Turismo na Casa do Adro e vamos naturalmente também, dar a possibilidade, como foi dito aqui, dum centro para seniores no Centro Histórico. É a nossa colaboração que esperamos, com o funcionamento do funicular que está para breve, possa animar de que maneira, a presença de pessoas no Centro Histórico. O Joaquim Pedro perguntava se foram combinados os transportes públicos, não foram nem os transportes, nem mesmo a mudança, não foi nada connosco. Sobre aquilo que a Senhora Deputada Graça veio aqui trazer, eu confesso as dificuldades das Assembleias de votos, transita para os municípios de uma forma indirecta, só são responsáveis indirectamente e por isso é que nós andamos a pedir até o exercício de outras funções, que digam rapidamente como são as eleições, porque somos responsáveis pelo processo organizativo e estamos dependentes de decisões de terceiros, naturalmente quando calha. Agora é evidente que nós não podemos alterar, por exemplo, situações arquitectónicas da Emídio Navarro onde funcionam uma série de mesas de voto, não podemos pôr as pessoas no parque frontal e portanto, as instalações não são nossas, depende de nós apenas o acto. As instalações físicas, naturalmente que as iremos procurar de acordo com aquilo que seja melhor para os cidadãos, mas não podemos é ser responsabilizados por adequar, até porque são edifícios estranhos, que não são da titularidade da Câmara para adequar as acessibilidades a toda a gente, não é possível, não posso fazer nada na Escola Emídio Navarro, nem na Escola Alves Martins, não são nossas, não são da nossa titularidade. Naturalmente vamos estar atentos a essa realidade. Portanto, ao Senhor Presidente da Junta de Côta já lhe dei a resposta em directo e eu espero sinceramente, se começar por ordem alfabética deve ser contemplado logo nos primeiros. Eu tenho é a certeza que todos os Senhores Presidentes da Junta irão ter nas suas freguesias um equipamento desta natureza”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz -----

- **ONZE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – Pede novamente a palavra para dizer o seguinte: “Eu volto a insistir nas questões que coloquei, Senhor Presidente, justamente porque a sua resposta não foi concreta, como eu esperava que fosse. Na altura em que é dito na sua intervenção na página catorze, que durante o ano de dois mil e nove, estou a citar, *estamos a realizar investimentos no sentido de se criarem cerca de dez parques de lazer para a população sénior, dos quais serão instalados em várias freguesias do concelho com a colaboração das respectivas Juntas de Freguesia*, portanto, estão a realizar investimentos. Estamos em dois mil e nove, a entrar no segundo semestre de dois mil e nove, já ficámos a saber que cada parque custará para dois mil e nove dez mil euros, falou em cem mil euros. O que nós gostaríamos de saber e porque justamente está a realizar investimento, é onde é que vão ser localizados esses parques. Há questão que colocámos dos custos, sabemos que cada parque custa dez mil euros, agora gostaria de saber é, qual é que vai ser o modelo de gestão destes parques, também não respondeu”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- **DOZE** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir, dizendo o seguinte: “Eu não estava a pensar em vir aqui neste período, mas estamos do Período da Ordem do Dia, sobre a Actividade Municipal. O meu amigo e parceiro de partido Joaquim Pedro, trouxe aqui uma coisa que eu estava convencido que seria discutida no Período Antes da Ordem do Dia, não foi, mas sim neste momento. Desculpem lá, aproveito também para dar os parabéns ao meu amigo Joaquim Pedro por ter contribuído seriamente para o aumento da população de Viseu.



Está de parabéns ele e estamos nós. Senhor Presidente, eu aproveito porque esta intervenção sobre saúde faz-me lembrar algo que foi aqui discutido e em que eu participei, em Janeiro do ano passado, salvo erro Janeiro do ano passado, em que estava presente também o Senhor Deputado Municipal Correia de Campos, na altura também como Ministro da Saúde. Lembro-me que poderá ter parecido que eu fiz aqui um pouco de mediador entre um pseudo conflito que existia aqui, que eu nunca acreditei muito que existisse, mas que parecia existir entre a Câmara Municipal e o Ministério da Saúde, em que eu disse que era tempo, mais que tempo que já tinham falado aqui disso eu e vários Deputados. Desde há muito anos que o Centro de Saúde Número Dois era uma vergonha estar a continuar a funcionar e devia ser substituído. Já que as coisas das três Unidades do Centro de Saúde estavam previstas para Orgens, Abraveses e Rio de Loba estarem atrasadas, porque não até, e porque hoje em dia têm alta dignidade, porque não alugar-se provisoriamente uns contentores daqueles com ar condicionado e tudo, que muitas vezes têm melhores condições, aliás a maioria das vezes por essas coisas provisórias como era o Centro de Saúde Dois. Eu lembro-me que nesse mesmo dia, a certa altura fui lá fora e o Senhor Deputado Correia de Campos esteve comigo e disso, oh Zé olha que parece impossível como é que ninguém se lembrou duma coisa dessas, deste uma ideia óptima e posso dizer que estou convencido que durante muito pouco tempo, talvez nem meio ano, tenhamos o problema resolvido, nem que seja com os contentores. Os contentores, se não houver outra solução, que possa ser mais barata, como ele tinha falado na altura, até instalações alugadas, talvez se consiga fazer isto, vai-se resolver rapidamente. Para meu azar, ou para azar desta ideia, para nosso azar, talvez até e hoje porque não dizer, até para azar do País, O Senhor Deputado Municipal Correia de Campos, quinze dias depois foi afastado do Ministério da Saúde. Ficou tudo em *águas de bacalhau*. O que é certo é que e é por isso que eu venho aqui, porque o Joaquim Pedro levantou aqui um problema do Centro de Saúde Número Dois, mas não é um problema do Centro de Saúde Número Dois, para mim acho que ainda não se esgota aqui. Nós tínhamos e digo tínhamos, porque agora não temos, aquilo que todos nós satisfatoriamente dizemos, tínhamos um bom Centro de Saúde Número Três, tinha sido feito de raiz, funcionava bem, estava bem dimensionado, o número de médicos que lá estavam, era o certo, o número de utentes que o frequentavam era o certo e toda a gente estava satisfeita com o Centro de Saúde Número Três. Tínhamos um Centro de Saúde Número Um que ia andando e que as pessoas até não refileavam, portanto, só tínhamos na realidade o problema do Centro de Saúde Número Dois, que era péssimo, não só porque estava mal dimensionado, mas porque não tinha acesso. De repente, nasce algo de... alguém foi iluminado, mas muito mal iluminado, não sei quem o terá iluminado, foi daquelas luzes que nem um cego como eu costuma ver, de certeza absoluta, porque foi uma luz muito escura, muito complicado. Aparece uma ideia de pegar, tudo médicos e utentes que estão em três edifícios, estão em só dois, portanto logo à cabeça os que estivessem bem iam estar mal, porque cai lá muita gente. Este processo começa e começa logo por se saber e isto é público, eu não estou a trazer aqui nada que não seja público. Foram criadas entretanto, Unidades de Saúde Familiares, duas no Centro de Saúde Número Três e há um médico que não fazendo parte das Unidade de Saúde Familiar é transferido cá para baixo, para o Centro de Saúde Número Um. Quando ele é transferido leva o seu ficheiro de mil e quinhentos doentes, esses mil e quinhentos doentes, ainda não foram avisados. Portanto, o médico vai lá para baixo, os doentes vão ao Centro Número Três, não o Senhor Doutor agora está lá em baixo. Por ironia do destino, agora esse Senhor Doutor, porque uma das Unidades de Cuidados Continuados que foi criada agora com esta remodelação, passou para o Centro de Saúde Número Três, este Senhor Doutor voltou outra vez lá para cima, para o Centro de Saúde Número Três. Portanto, voltou o Senhor Doutor e voltou o ficheiro do Senhor Doutor. Os mil e quinhentos doentes andam a servir de pingue-pongue desde de Janeiro é até agora, da



antiga Administração Regional de Saúde, ou da antiga Sub-Região de Viseu, hoje salvo erro, Direcção do Agrupamento de Saúde, ou coisa no género, São bonecos perfeitos, é que nem doentes são bolas de pingue-pongue, mandam-se para qualquer lado, quando adoecerem se estiverem muito mal, é pá governem-se – vinha para marcar consulta – não é aqui agora. Agora já não é lá em cima, agora já é aqui em baixo. Não vale a pena, isto já não se consegue entender que na saúde se brinque com os utentes, neste caso são doentes, que merecem todos os cuidados. E não são só, são os idosos, são as crianças, somos todos nós. E se isto não chegasse, pergunto eu agora, os doentes que eram do Centro de Saúde Número Dois, ou aliás, que eram do Centro de Saúde Número Um, tinham dois elevadores para o seu serviço e para poderes e subirem e serem transportados, para irem razoavelmente bem. Os doentes de Saúde Número Dois não tinham elevadores, mas passaram agora a ter, só que encavalitados em cima nos do Centro de Saúde Número Um, quer dizer, os poucos que estavam bem no Centro de Saúde Número Um, passaram a estar todos mal juntamente com os do Centro de Saúde Número Dois. Mas ainda temos mais, isto tudo com a nossa saúde, portanto, isto tem que ser explicado e deve ser explicado à população, porque o Senhor Presidente no meio disto tudo, vai-lhe ser dito que no meio disto tudo, que as Unidades de Saúde Familiares não andaram e não foram - as Unidades de Saúde Familiares, as construções, não são as Unidades de Saúde Familiares, os médicos, os enfermeiros e os técnicos – não andaram e que não andam, porque haverá muita culpa da Câmara. Aqui eu aproveito para dizer, que o Senhor Presidente da Câmara nos explique de uma vez por todas, para os órgãos de informação explicarem à população o que é que se passa, Se há culpa da Câmara, a Câmara assuma, assumo o Senhor Presidente da Câmara, mas aquilo que não for culpa sua e que não for da Câmara passe por favor e responsabilize também quem tem que responsabilizar desta situação. Pouco depois, no meio disto tudo ainda há mais! Por cada Centro de Saúde, Número Dois, Número Três, tinham e têm eu digo têm, porque os sistemas informáticos estão lá referenciados, Centro de Saúde Número Um, Centro de Saúde Número Dois, Centro de Saúde Número Três, os doentes pertencentes a cada um destes ficheiros desses Centros de Saúde, foram distribuídos por Unidades de Saúde Familiares e por Unidades de Cuidados Continuados, ou personalizados. Uns ficaram cá em baixo num edifício chamado MAS, no antigo Centro de Saúde Número Um, outros passaram lá para cima para o Centro de Saúde Número Três e dão-se coisas interessantíssimas. Eu se for ter uma consulta, uma médica no antigo Centro de Saúde Número Um, está neste momento lá em cima, no antigo Centro de Saúde Número Três, se por acaso está de férias, ou está doente, eu sou atendido por outros médicos daquela Unidade de que faz parte o meu médico de família. Se esse médico me atende, se for oriundo do Centro de Saúde Número Dois, eu não faço parte do ficheiro a que esse médico tem acesso e então pasme-se, eu terei que me ir inscrever como doente esporádico, quer dizer, se eu fosse de Freixo de Espada à Cinta, ou de Vila Nova de Famalicão, se estivesse aqui por acaso, eu era um doente esporádico, era consultado por um médico, não tenho nada, fui tratado e voltava à minha vida, à minha terra. Mas é que eu estou aqui e tenho aqui o meu médico e então tenho que me inscrever como doente esporádico, é aberta uma ficha àquele médico naquele sistema informático, a minha ficha fica lá e quando eu voltar ao meu médico de família passado uns tempos, não existe no meu histórico, no do meu médico de família nada daquilo que se passou na minha inscrição esporádica. Quero concluir já, Senhor Presidente e peço desculpa por me ter alongado, porque acho que isto é demasiado grave, quer dizer, houve a preocupação de se poder dizer, até porque ia haver eleições e tínhamos que fazer aquilo bonito, vai deixar de haver necessidade de os utentes do Centro de Saúde Número Dois andarem com os doentes às costas, porque não têm elevadores vai haver elevadores para todos. Conclusão, têm doentes a monte dentro dos elevadores no Centro de Saúde Número Um e têm médicos a mais no antigo Centro de Saúde Número Três, onde não há gabinetes que



cheguem para aqueles médicos todos. Isto é vergonhoso! Senhor Presidente, por favor, estamos no período da análise da situação municipal, qual é a sua culpa, não, é do Doutor Fernando Ruas, do Presidente da Câmara, qual é a culpa da Câmara, qual é a culpa do Município, portanto, da construção”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **TREZE** - **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Pede novamente a palavra para dizer o seguinte: “Muito rapidamente Senhor Presidente, para recolocar a questão que não me foi respondida pelo Senhor Presidente da Câmara, que não o preocupa quanto custa. Admito que sim, eu coloquei a questão, portanto, julgo que está inerente, que a mim me preocupa e portanto, gostaria de voltar a perguntar-lhe, exactamente, se consegue dar esta Assembleia os custos destas visitas. Entretanto, dizer que efectivamente, acrescento um reparo ao que tinha feito há pouco sobre o *site* da Câmara Municipal, uma vez que se efectivamente já existe o apoio a carenciados, com o serviço de apoio ao domicílio, também não vem referido na Internet, a menos que também esteja em curso, assim como a construção dos parques de lazer, que já percebemos que não estão, mas que está referido no discurso em questão. Portanto, a questão é efectivamente saber quanto é que custa, ou enfim, em alternativa dizer quanto é que custam os outros eventos que referiu. Eu aí talvez possa depreender quanto custam as visitas, portanto, referidas. Obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às perguntas que lhe foram colocadas. -----

- **CARORZE** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Responde às questões que lhe foram colocadas, intervindo da seguinte forma: “Eu noto que o Partido Socialista está com alguma dificuldade em criar alguma questão, mas não tem assunto, de facto. Gostaria de vos dizer o seguinte, mas isto não é gestão corrente? As contas da Câmara são públicas. Portanto, se quer saber exactamente, quais são os custos, é evidente que têm uma forma de o saber. Não tenho aqui todas as contas da Câmara. Agendam isto para uma reunião da Câmara e sabem disto até à exaustão e até para poupar alguns erros, a gente põe os pontos nos euros certos, que é para não parecer o comboio a custar um milhão de euros de aluguer, nós pomos certinho como deve ser. Portanto, eu não sei qual a insistência, como também não percebo a insistência de dizer quais são os dez sítios. Quem podia eventualmente criar algum problema com isso eram os Presidente de Junta, mas eu tenho a certeza que eles confiam no nosso critério. Confiam no critério que nós iremos pôr os parques para a terceira idade nos sítios onde for mais conveniente, mas com a garantia que faremos um, tal como fizemos com os polidesportivos. Os polidesportivos foram assim, não fizemos trinta e quatro de uma vez nas Juntas de Freguesia, não era possível. Fizemos os polidesportivos à medida das necessidades e das expectativas das Juntas de Freguesia, naturalmente, portanto, eu não percebo. Já agora, o Senhor Deputado João Cruz, eu penso que nós podemos colocar-lhe todas as questões também, e os Cuidados Continuados onde é vão ser? Então os Senhores nem sequer ainda vieram dizer onde é que são as Unidades de Cuidados Continuados, sabe-se lá porquê, vêm agora perguntar onde é que são... Essa sim, essa sim, nós estamos atentos, muito atentos e a dar muitas facilidades. Portanto, fique descansado a resposta é, os dez vão ser no concelho e os trinta e quatro também no concelho. Sobre aquilo que o Deputado Esteves Correia aqui trouxe, nós ouvimos aqui que era fácil alugar instalações. Alugar instalações, podiam ser os contentores, mas podiam ser instalações já feitas. Até dissemos que era uma forma de ajudar a alavancar a economia local, bem mas isso foi antes de Bruxelas, é muito longe, agora já é mais difícil arranjar estas coisas. Portanto, o seu problema, economizando e tirando o chamado edifício do MAS, foi para aí que foi. Naturalmente nós não temos nada contra as poupanças, mas se alguém tem e é apelidado muitas vezes de cultura economicista, cá está uma, exactamente pela poupança de recursos e apenas pela



poupança dos recursos. Portanto, agarrou-se no Centro de Saúde que funcionava mal em instalações precárias e deslocou-se mais para o lado. Eu nem sei agora se há no Centro de Saúde Um, Centro de Saúde Dois no mesmo edifício, que não deixa de ser curioso. Podiam até ser por pisos, éramos capazes até de arranjar quinze Centros de Saúde, Um, Dois, Três, todos no mesmo sítio. Isso é que é planear bem, todos os cidadãos vão ali e é um bom contributo para a centralização, nomeadamente dos equipamentos. Agora gostaria de dizer ao Esteves Correia, culpa nas Unidades de Saúde Familiares só se for por termos colaborado de mais. Eu podia estar aqui a desfiar um rol de situações que demonstravam que não tínhamos culpa nenhuma, mas vou apenas só dar uma. Tivemos o cuidado de pôr nas Unidades de Saúde Familiares, à cabeça, de que estas Unidades de Saúde Familiares deveriam ser precedidas da construção da Extensão de Mangualde. Isso é o que lá está. Dissemos, olhe nós temos aqui os terrenos para as Unidades de Saúde Familiares, envolvemo-nos nisto, mas os Senhores previamente têm que fazer a Extensão de Saúde de Lordosa, está escrito, está feto. Qual é o obstáculo que tem a Extensão de Saúde de Lordosa? Nada! Na outra ainda podem arranjar obstáculos artificiais aqui não há nada. Está o terreno, está a indicação aonde é que é, está lá o projecto, porque é que não a fizeram? Não fizeram as Unidades de Saúde Familiares e a Extensão de Saúde de Lordosa, se calhar pela mesma razão que nunca mais requalificam a estrada do Sátão. Pela mesma razão que nunca mais adjudicam a Auto-estrada para Coimbra. Isso é um problema de inércia, é um problema de arrastar os pés, é apenas por isso. As Unidades de Saúde Familiares, foram avisados ainda muito a tempo. Eu posso demonstrar à sociedade que escrevemos à ARS do Centro a dizer assim, meus Senhores os concurso de concessão e construção, são normalmente chumbados pelo Tribunal de Contas. A ARS do Centro respondeu-nos, *temos situações em que na nossa Administração em que isso não acontece, façam o favor de lançar esse concurso*. Nós lançámos exactamente à vontade do dono, eles é que pagam. Portanto, aquilo que veio do Tribunal de Contas foi exactamente o chumbo de acordo com aquilo que nós tínhamos prevenido a Administração Regional de Saúde Coimbra. Sobre os custos da visita já dei a resposta, mas eu tenho todo o gosto, se calhar até pedidos para dar exactamente o custo da visita. Eu queria dizer que não sei quanto é que custou, o João Paulo disse que podia dizer, se lhe dissesse quanto é que custaram os anúncios do POLIS, que já ficava a saber este. Bem, tem muito mais facilidade de saber quanto é que custam aqueles anúncios do Ministro Mário Lino com aquelas coisas lá atrás, tem mais possibilidades de saber do que eu. Muito sinceramente, se esperar um bocadinho eu dou-lhe o valor até por uma razão, este valor fica seguramente aquém do que os nossos heróis merecem. Aquilo que lhes propiciamos... eu não estou a fugir, muito pelo contrário, digo-lho com todo o gosto, agora é que o não tenho. A Deputada Fátima está ali a acenar com a cabeça para dizer... claro, eu dir-vos-ei com todo o gosto e mais, não foi nada que a Câmara tivesse que se endividar por isso. Não foi preciso contrair empréstimo para propiciar a visita dos idosos. Se fizerem o requerimento, com todo o gosto, numa próxima reunião de Câmara (quinta-feira), já têm a resposta até ao cêntimo, quanto custou esta viagem dos idosos à Malafaia". -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Portanto, esgotámos este Período de Informações. Antes de passarmos ao Período Antes da Ordem do Dia, queria só colocar uma questão à Assembleia. O nosso representante no Conselho Municipal da Juventude era a Doutora Cláudia Bento, que entretanto renunciou ao mandato, eu podia agendar este ponto para a próxima reunião. Agora, acho que também faz pouco sentido estar a agendar a eleição de uma pessoa nova para o Conselho Municipal da Juventude, que no fundo, se calhar, nem vai participar em nenhuma reunião. Então o procedimento que eu sugeria para que a Assembleia não deixasse de estar representada e se todos estivessem de acordo, era que o Segundo Secretário, o Engenheiro Joaquim Pedro, nos representasse na reunião que eventualmente ocorresse



durante este período e depois, a próxima Assembleia elegeria o nosso representante. É para não estar a tomar esta decisão sozinho, porque em bom rigor ela deveria ser agendada. Então vamos passar ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, eu pedia aos partidos que ainda não o fizeram para me indicarem as pessoas que se querem inscrever neste Período. Portanto, do PSD já tenho aqui a lista, do Bloco de Esquerda também já tenho a indicação, não é preciso uma lista. Pergunto se no PS se há alguém que queira intervir no Período Antes da Ordem do Dia, muito bem. Então dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, já no Período antes da Ordem do Dia”. -----

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “No dia sete de Junho realizaram-se as eleições para o Parlamento Europeu. O acto eleitoral decorreu de uma forma elevada, sem registo de incidentes, o que é revelador da maturidade e consolidação do nosso regime democrático. Contudo, confrontámo-nos com uma abstenção muito elevada, situação muito preocupante e reveladora do desinteresse, do distanciamento e do descontentamento dos portugueses em relação à actividade política. Independentemente das características próprias deste acto eleitoral, esta recusa em exercer o seu direito de voto por parte também da maioria dos portugueses, deve merecer de todos uma análise profunda que requer que sejam tomadas medidas que permitam a aproximação dos eleitos aos eleitores e não decisões como a alteração da Lei do Financiamento dos partidos políticos, que contribuem para desconfiança e distanciamento dos portugueses em relação à actividade política. Como referiu o Senhor Presidente da República na Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e passo a citar: *“níveis de abstenção como aquele que se verificou nas eleições, são um sintoma de desistência, de resignação que só empobrece a democracia. A abstenção deve além disso, fazer reflectir os agentes políticos. A confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, depende em boa parte da forma como aqueles que são eleitos actuam no desempenho das suas funções. Se não tivermos órgãos de representação prestigiados, será difícil aumentar a participação dos eleitores e demonstra-lhes que o seu voto é importante e útil para a formação das decisões de interesses gerais”*, fim de citação. Em relação aos resultados eleitorais, como é natural, congratulamo-nos com os mesmos e esperamos que a confiança que os portugueses depositaram no PSD se mantenha e alargue em futuros actos eleitorais. Também nos congratulamos pelo facto de um viseense ilustre, o Senhor Professor António Corria de Campos, ter sido eleito para o Parlamento Europeu. Mas os resultados eleitorais permitem tirar conclusões muito importantes para o futuro. Em sete de Junho os portugueses disseram não, à política de aparência, do espectáculo, da propaganda, em suma, à política de plástico. Em sete de Junho disseram não, a uma governação assente nos anúncios, nas encenações, nas pseudo-reformas, na propaganda e nos mega-projectos públicos. Disseram não, a uma governação sem rumo e ziguezagueante no combate à crise, reagindo aos problemas quase sempre tarde e sem as prioridades adequadas. Disseram não, a um certo estilo de governação egocêntrico, à política do “quero, posso e mando”. Disseram não, a uma campanha eleitoral em época de crise, com ostentação e gastos excessivos e um estilo assente numa política rasteira de suspeições e insinuações. No dia sete de Junho foram derrotados, a arrogância política e a política espectáculo. Em sete de Junho venceu a política da verdade, da autenticidade na relação com as pessoas, na solidariedade, do rigor e da responsabilidade. Os portugueses disseram que querem um rumo, uma estratégia e decisões adequadas para combater a crise e os principais problemas de são: o desemprego, a pobreza, a situação das pequenas e médias empresas, bem como, a situação que vivemos na segurança, na educação, na saúde, na justiça e na agricultura. Os portugueses querem compromissos claros, rigorosos, concretizáveis e não listagens de intenções. Os portugueses são inteligentes, têm uma elevada cultura democrática, sabem fazer a cada momento a opção mais certa para o País e não são



influenciáveis por mensagem do tipo, ó nós, ou o caos governativo. Não se iludem com novas promessas e novas esperanças, ou uma pseudo-credibilidade assente em engenharias estatísticas, financeiras e sociais. Os portugueses são sábios e argutos e saberão distinguir mudanças repentinas de estilo e comportamento, inclusive da expressão e do tom de voz. A argúcia dos portugueses saberá distinguir perfeitamente a falta de autenticidade desta transfiguração política. Em política não há infalíveis, nem invencíveis, como não há insubstituíveis. Daqui a menos de quatro meses iremos ter eleições que irão definir os novos Governos, Central e Local. É um momento decisivo para os viseenses avaliarem com rigor o que foi prometido, concretizado e não concretizado, o que foi prometido, ou adiado, ou começado no términos da governação. É um momento decisivo para avaliarem as propostas e os compromissos para os próximos anos, analisarem os estilos de liderança em confronto e principalmente a coerência e a autenticidade, bem como a disponibilidade para servir o bem comum e se assumirem como referências sociais e profissionais. E no caso das eleições autárquicas, na escolha do governo local, avaliarem a coerência e a postura reivindicativa em prol do concelho e da região. Numa altura em que se assiste a uma competição entre cidades e entre regiões, há necessidade de afirmação, de saber reivindicar, de lutar pelo nosso direito ao desenvolvimento. Quando das candidaturas ao Município de Viseu, fazem o diagnóstico que lhe falta fazer, apresentam as listagens das necessidades e algumas propostas, tem sido com alguma perplexidade que lutamos a não referência aos atrasos, às promessas não cumpridas do Governo Central em relação a Viseu, como se tivesse cumprido, ou não seja passível de qualquer crítica, ou não possa ser criticado, como se os problemas de Viseu, não sejam também da responsabilidade da Administração Centra. Não é possível falar de educação e esquecer o ambiente que se vive nas escolas, fruto do clima de crispação das pessoas, a não criação da Universidade Pública de Viseu, o não cumprimento de protocolos e o atraso na implementação do QREN, porque são de responsabilidades do Governo Central do PS. Não é possível falar de acessibilidades e esquecer o estado da EN duzentos e vinte e nove, o atraso do concurso da ligação de Viseu à Anadia e a indefinição na ferrovia, da responsabilidade do Governo Central do PS. Não é possível falar da necessidade de revitalizar o Centro Histórico e esquecer a instalação da Loja do Cidadão, a melhoria da segurança e a necessidade de apoio aos comerciantes, da responsabilidade do Governo Central do PS. Não é possível falar de saúde e esquecer a necessidade da diferenciação técnica do Hospital de São Teotónio e da instalação das Unidades de Cuidados Continuados, da responsabilidade do Governo Central do PS, de modo que os doentes não tenham que se deslocar para Coimbra, Vila Real, ou para os concelhos limítrofes, no caso das Unidades de Cuidados Continuados. Não é possível falar de cultura e esquecer o atraso na construção do novo Arquivo Distrital, a necessidade de recuperação de património histórico, da responsabilidade do Governo Central do PS. Não é possível falar dos problemas da interioridade e esquecer a estratégia de encerramento de serviços públicos, a falta de apoio aos viseenses que se dedicam à agricultura e não denunciar a litoralização do investimento público, da responsabilidade do Governo Central do PS. Não é possível falar dos problemas sociais, da crise do desemprego e esquecer as responsabilidades do Governo Central do PS, na falta de articulação com as autarquias, nos atrasos do QREN e na falta de apoio às pequenas e médias empresas. As lideranças, a administração do Município ao Governo Local, devem lutar por Viseu, pela nossa região, reivindicar a justiça das nossas aspirações e nunca, em circunstância alguma, serem subservientes em relação ao Poder Central”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RUBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede novamente a palavra para um pedido de esclarecimento, dizendo o seguinte: “Eu não posso deixar de notar que se voltou, infelizmente, o Doutor



Mota Faria costuma ser um homem elegante. De facto, falar em política rasteira é uma linguagem que me parece completamente despropositada. O Doutor Mota Faria tem todo o direito de fazer o panegírico do acto eleitoral que deu vitória ao PSD e nós aqui viemos publicamente felicitar democraticamente. O Doutor Mota Faria tem o direito de fazer o discurso panegírico que fez, sobre aquilo que o Governo não fez, é um direito que lhe assiste, embora eu pessoalmente quando estava a ouvir o Doutor Mota Faria, estava convencido que era um discurso que ele faria daqui a três meses quando começassem as eleições, porque isto é um discurso eleitoral. Bom, tem o direito de o fazer, eu aceito que tenha o direito de o fazer. Simplesmente todos nós sabemos que a política é uma nora, sobe e desce. Eu não estarei seguramente na Assembleia de Outubro, quando Vossa Excelência vier fazer um discurso, que suponho que não será igual, mas nessa altura haverá alguém que lhe recordará o que disse hoje aqui. De facto, se calhar, não como a Rainha Santa dizia, *são rosas Senhor*. Se calhar as coisas às vezes não são tão lineares como parecem à primeira vista, mas de qualquer maneira Senhor Deputado Mota Faria, eu queria deixar claro que não me parece que seja uma linguagem adequada falar aqui em política rasteira. Eu não conheço nenhuma política rasteira. Eu nunca vi ninguém do meu partido chamar aqui à política e eu estou nesta Assembleia há mais de vinte anos, chamar à política do Doutor Cavaco Silva, do Doutor Durão Barroso e até à do inefável Doutor Santana Lopes, política rasteira, Vossa Excelência fará como entender, mas essa não é de certeza a linguagem que devia usar nesta Câmara. E esse o protesto que em nome do Grupo Parlamentar do meu partido aqui deixaria”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, para responder a esta dupla figura”. -----

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Intervém novamente dizendo o seguinte: “Eu compreendo a questão que colocou, mas eu fiz questão em reforçar esta situação, que não tem a ver com o PS local, mas sim com o contexto, como é óbvio, do PS e eu inseri isto na campanha eleitoral. Na campanha eleitoral eu como membro do PSD, senti-me ofendido e muitos de nós nos sentimos ofendidos, pelo que foi feito, em termos de desafio sobre a tal roubalheira, não sei se se lembra, que pediram ao Líder do PSD para se pronunciar, como se ele se tivesse que pronunciar por um acto de em cem mil militantes, um acto que um hipotético militante possa fazer. Isto nunca aconteceu em Portugal. Porque o BPN, como toda a gente diz, é um caso de polícia. Isto foi feito depois das declarações do arguido no processo que está preso, em situação de prisão preventiva, como sabe, e foi a seguir que fizeram essas declarações. Depois de outro, um Conselheiro de Estado pedir a sua demissão, não sei se se lembra que era o tal homem do PSD, que elegeu o político José Sócrates. Foi a seguir a esses fenómenos que houve o fenómeno da roubalheira e o desafio ao PSD. E nunca aconteceu como muitas vezes disse e muito bem, nunca aconteceu na política portuguesa, porque nunca aconteceu anteriormente, nunca ninguém utilizou, porque também não houve a necessidade de utilizar essa terminologia. Nunca na política portuguesa isto aconteceu, porque os outros líderes nunca o fizeram. Só desta vez e numa campanha eleitoral, isto aconteceu e foi este o motivo, porque todos nós que somos do PSD, nos sentimos ofendidos por essa situação. Isto foi política rasteira. A questão da roubalheira, eu desafio, como se qualquer um de nós seja aqui, Viseu, no Distrito, ou no País, tenha que responder perante um acto isolado dum qualquer militante dum partido. Como vocês também não podem responder, penso eu, por um acto isolado de um militante vosso, certo?”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. Quer pedir um... (neste momento alguém interrompe da bancada parlamentar), mas qual é a figura? Já o devia ter feito não é? Nos termos regimentais eu só posso dar a palavra ao Senhor Doutor Mota Faria duas vezes. A ele e a qualquer dos Senhores Deputados, não é? Não tenho





tratamentos de excepção. Portanto, os pedidos de esclarecimentos que tinham que ser feitos ao Senhor Doutor Mota Faria, deviam ter sido antes. Agora não lhe vou poder dar a palavra para ele responder, é uma questão de cortesia não é?”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **DEZOITO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) –**

Solicita a palavra para um pedido de esclarecimento, fazendo a intervenção seguinte: “Eu peço desculpa, porque percebo esta questão que me coloca agora, portanto, da impossibilidade, digamos, de resposta a este meu pedido de esclarecimento por parte do Doutor Mota Faria. Estou certo que encontrará a melhor forma de me esclarecer ainda durante esta Assembleia, até porque, isso não seria inovador, que se tratassem temas e se dessem respostas, enfim, em pontos seguintes. Não o fiz efectivamente, propositadamente, foi inclusivamente até mais motivado por esta sua segunda intervenção, mas enfim, para todos os que estão nesta Assembleia, que poderão considerar mais oportuno ou não, estarmos a debater aqui estes temas. De qualquer das maneiras, como estamos a deixar o registo em acta, eu queria dizer o seguinte, ao Deputado Mota Faria: eu acredito que nós tivemos em Portugal nos últimos anos um Governo com uma forte motivação reformista, acredito com muita, muita convicção. Acredito que foram dados e foram feitos avanços civilizacionais, avanços de ordem tecnológica, nos últimos anos, muito significativos. Acredito que vivemos e julgo que todos acreditarão, uma situação de crise internacional que deixa muitos portugueses em situação de enorme dificuldade e que isso os fará, ou os faz, ter uma ponderação eventualmente distinta e necessariamente distinta, de que se a conjuntura internacional fosse diferente. Queria, digamos, em contraponto à sua intervenção deixar aqui registado, que acho reprovável que hipocritamente se venham, nos próximos meses, a fazer discursos que só farão com que no futuro o País se veja a braços com permanentes dificuldades, que precisamente, por falta de coragem ao longo destes trinta e quatro anos, ou trinta e cinco anos que temos de vida democrática, foram deixados por resolver. Muito obrigado”. -----

- **MESA -** Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) –**

Pede novamente o uso da palavra para dizer o seguinte: “Eu levo de vivência seguida nesta terra, mais de trinta e três anos, estes últimos, tirando os sete que tinha passado por cá no tempo do liceu. Reportando-me a estes últimos trinta e três anos, sempre sucedeu que a Câmara Municipal teve as portas abertas, aliás no meu entender, de acordo com o que a Lei diz é que os advogados não fossem impedidos de entrar na Câmara. Sucede que um dia destes, eu fui à Câmara, uma tarde, e o Senhor Segurança impediu-me a entrada. Disse, *não senhor, o Senhor só tem direito de ir à secretaria, para o primeiro andar não vai*. Bom, nessa altura chegou o Senhor Doutor Adelino que disse ao segurança, *olhe que este Senhor é advogado, mas é também Membro da Assembleia. Não tenho nada a ver com isso, eu tenho ordens superiores, não entra sem que alguém lá de cima venha dizer que pode entrar*. Eu pedia a Vossa Excelência que fizesse o favor de me confirmar se existe esta ordem e se existe, se fizer o favor também de me informar com que fundamento, porque claramente, a ser verdade existir essa ordem, há um tratamento diferencial entre os Deputados Municipais eleitos e os Deputados Municipais que são Membros das Juntas de Freguesia. Eu penso que esse tipo de discriminação, não me parece correcto. Vossa Excelência fará o favor de me elucidar sobre essa matéria”. -----

- **MESA –** O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, intervém dizendo o seguinte: “Já agora Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, deixe que lhe diga só o seguinte, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, todas as vezes que eu fui à Autarquia, fosse em que circunstâncias fosse, nunca entro sem dar uma justificação ao Segurança, dizendo especificamente ao que vou, se vou falar com o Senhor Presidente da Câmara, se vou em serviço, porque acho que enfim, uma coisa é o nosso estatuto que nos permite ter



acesso às instalações e por aí fora. Outra coisa é, há uma entidade que está na porta da entrada que tem a função também de zelar pela segurança, digamos assim e por ter o registo de quem lá vai. *(neste momento alguém fala da bancada parlamentar, o que não é audível)*. Excepcionalmente permitirei, porque essa questão é relevante para o efeito de tratamento dos Membros da Assembleia Municipal”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **VINTE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Usa novamente da palavra, para dizer o seguinte: “Estamos a gravar a Sessão e portanto, a minha resposta é esta, nunca na minha vida, nunca na minha vida, deixo isto muito claro, cheguei à Câmara e tentei entrar sem previamente me dirigir ao Segurança e dizer: sou fulano, preciso de falar com fulano. Concretamente naquele dia eu ia falar com o Senhor Engenheiro Figueiredo, que depois apareceu e ficou aflito, e disse: *Doutor Ribeiro de Carvalho suba*. Portanto eu identifiquei-me, disse ao que ia e com quem ia falar. Eu sou absolutamente incapaz de entrar de salto seja onde for. Toda a gente que me conhece sabe. E mais, é uma prerrogativa que eu ao longo de trinta e três anos de profissão nesta terra nunca usei, como sabe. Os advogados têm a prioridade de serem atendidos nos serviços, nunca usei dessa prioridade, por respeito pelas pessoas. Eu não chegava lá e dizia, por aqui vou eu. Nada disso, identifiquei-me e disse ao que ia e disse com quem ia falar. Portanto, Senhor Presidente, isso que me está a dizer é rigorosamente o comportamento que eu tenho”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém dizendo o seguinte: “Estou perfeitamente esclarecido, é de facto, o comportamento normal nestas circunstâncias, independentemente daquilo que é consagrado pelo estatuto do eleito local. Está absolutamente correcto. Muito bem, o Senhor Presidente da Câmara depois no final dará também a resposta a essa questão. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado António José Coelho Lopes”. -----

- **VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Praticamente no final desta legislatura e após sessões bastante ricas e animadas onde de uma forma positiva todos nós tentamos trazer aqui assuntos de interesse e relevantes para o desenvolvimento do nosso concelho, permitam-me que aborde, um assunto que reputo de extrema importância para o desenvolvimento de Viseu, em particular, e para toda a região em geral. Estou a falar-vos de mobilidade e acessibilidade. No acompanhamento que faço há algum tempo, desta problemática, destaco duas notícias, publicadas na comunicação local, uma mais recente outra um pouco mais antiga, com duas abordagens distintas da mesma realidade. A primeira notícia é de dois mil e sete e diz-nos o seguinte: O Comboio de Velocidade Elevada (até duzentos e cinquenta quilómetros) que pretende ligar Aveiro a Salamanca passou a ser uma prioridade..., ...a fase prioritária será a de Aveiro Viseu. A nossa cidade terá uma estação e uma ligação à Linha da Beira Alta. Um espaço logístico de mercadorias deverá, pois, constituir um desafio para as autarquias e para os privados, sendo certo que uma proposta nesse sentido será bem recebida pelo Governo. Os estudos já assegurados para o IC Vinte e Seis estruturante para o norte do distrito, bem como a conclusão do IC Doze (Mangualde-Canas de Senhorim), e o lançamento do concurso em Março de dois mil e oito com vista à concretização do IP Três a sul de Viseu em perfil de auto-estrada, são notícias que encerram um capítulo de dúvidas e disputas inconciliáveis com o interesse objectivo das pessoas e dos agentes económicos. A segunda notícia é mais recente, dois mil e nove, e tem o seguinte teor: Viseu vai fazer parte da primeira geração de autarquias com Planos Municipais de Acessibilidade. Um projecto que procura, essencialmente, uma reforma de mentalidades e que vai ser apresentado no início do próximo ano. Objectivos são: ter uma cidade mais acessível, com mais mobilidade e inclusiva. Esta cidade para todos tem também de ser construída por todos...; Viseu como exemplo a seguir, onde o



trabalho da Câmara Municipal tem sido enorme só que, este é um trabalho quase invisível, porque não dá direito a grandes inaugurações. Mas a responsabilidade não é apenas dos políticos, os munícipes têm de se associar à construção da sua cidade. “Que cidade queremos ter?”... “cada um de nós é uma pedra de mudança, e quando algo está errado devem contactar as Câmaras Municipais, mas sempre com alegria, de uma forma positiva”,... E como falar de mobilidade é falar de liberdade (quem quer pode ir onde quer)... “a cidade deve ser tratada como nossa casa e devemos ter cá fora a mesma atitude que temos dentro das nossas portas. As praças são como as nossas salas de estar e as ruas são como os nossos corredores. A cidade tem também de ser mimada”. Enquanto todos reflectimos no teor destes dois textos, gostaria de fazer um pequeno exercício de memória sobre a nossa cidade e o concelho em geral. Todos nos lembramos da circunvalação de Viseu, um troço com duas faixas, sem passeios que se iniciava na Rua Cinco de Outubro e terminava na Rua Vinte e Cinco de Abril. Hoje, temos uma verdadeira circunvalação, à volta da cidade, com passeios, iluminada, arborizada e com faixa dupla em cada sentido. A segunda circular, a norte e a sul, é já uma realidade na maior parte do seu traçado. O acesso de locais tão próximos como Santiago, Esculca e Abraveses, Quinta da Alagoa, enfim, eram distantes e penosos, com a problemática Avenida da Bélgica, ou a Rua dos Heróis Lusitanos e a exígua Estrada de Nelas. Actualmente a Avenida da Europa, a radial de Santiago, os acessos ao Hospital de São Teotónio e Estrada de Nelas são locais tão óbvios de passagem e lazer, que nos esquecemos das anteriores alternativas. As ligações estruturantes do centro para a periferia são hoje, práticas e modernas avenidas, com faixas duplicadas, com passeios, iluminação, mais segurança para pessoas e viaturas. Os transportes urbanos enfim, (dos célebres autocarros verdes, dos Hermínios, depois havia aqueles autocarros multicoloridos, de diferentes empresas), eram uma meia dúzia também, com destinos, que não iam além de igual número de quilómetros à volta da cidade. Hoje os STUV cobrem praticamente todas as freguesias do concelho, com modernos autocarros, com destaque para as preocupações ambientais, como é o caso dos mini-autocarros eléctricos. O miolo urbano de Viseu está hoje muito mais agradável. Diversas requalificações do pavimento, da sinalética e novas orientações do tráfego, permitem a todos aqueles que fruem a cidade, fazê-lo de uma forma cómoda, acessível e agradável. O exemplo recente, são as obras de requalificação do Rossio e zonas adjacentes. Mas também o novo espaço da feira semanal, actualmente, na minha opinião, o maior ginásio de ar livre da cidade, assim como a já falada ecopista. Viseu está melhor. É uma evidência para todos aqueles que nos visitam e para nós que diariamente utilizamos estes espaços. Pena que num contexto mais vasto o panorama não seja semelhante. O atraso nas obras de requalificação e construção da ligação ao Sátão. O trágico acesso a Coimbra. A eliminação da anomalia, chamada bossa do camelo na A Vinte e Cinco e a tão prometida ligação ferroviária, continuam a ser autênticas pedras no sapato, do desenvolvimento desta região. Senhor Presidente, neste contexto, solicitava a Vossa Excelência que informe esta Assembleia da situação daquelas obras, nomeadamente da situação da EN Duzentos e Vinte e Nove, o acesso à A Vinte e Quatro, e o acesso à A Vinte e Cinco de Nelas. Já agora, e por mera curiosidade, o primeiro texto foi publicado no Jornal do Centro de trinta de Novembro de dois mil e sete e, é da autoria de um deputado de Viseu na Assembleia da República. O segundo texto, são declarações da Presidente do Instituto de Cidades e Vilas com mobilidade, numa conferência em Viseu, em Janeiro deste ano. Qualquer semelhança entre os dois textos é pura coincidência. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- VINTE E DOIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Tem vindo aqui a este fórum à discussão a questão da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em várias ocasiões e a propósito de aprovar nomeadamente, o orçamento, a aplicação de taxas e



impostos municipais. Parece-me que não é redundante, antes é de uma oportunidade evidente, voltar a trazer esta questão a esta Assembleia e porquê? Estamos no fim da legislatura em termos da Assembleia da República e a Moção que eu aqui trago passa por uma tomada de posição da Assembleia da República. Como tal, me parece não ser nem tarde nem cedo, estarmos no acto de voltar a trazer esta questão a este fórum. Eu não me vou alongar, a questão é bem conhecida da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Já aqui foi discutida, injustiça sermos nós contribuintes e utentes a pagar às empresas essa taxa, que muitas vezes essas empresas inclusive nem sequer fazem justiça pagando aos municípios aquilo que lhes é devido da taxa que recebem e portanto, nos parece que é uma situação que há que ultrapassar com urgência. Como o ultrapassar destas situações passa por alterações na Lei e portanto, isso só pode ser feito na Assembleia da República, trazemos aqui uma Moção, no sentido de dar força a esta mudança que entendemos urgente na Lei que regula a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Então eu passaria a ler a minha Proposta de Moção: A Taxa Municipal de Direitos de Passagem foi criada pela Lei das Comunicações Electrónicas, que segundo o número dois do artigo cento e seis da lei número cinco de dois mil e quatro de dez de Fevereiro, diz o seguinte: “*os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem, conhecida pela sigla (TMDP)*”. “*A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município*”. Segundo a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Ora, há assim que questionar porque é que o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações é sujeito passivo da TMDP, já que são as operadoras de telecomunicações que de facto, utilizam o bem de domínio público. A TMDP é, na verdade, a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não a nós, consumidores finais, desses serviços. Ora de facto, a aplicação da TMDP tem gerado grande controvérsia. O Provedor de Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomaram posições muito críticas relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Os municípios reclamam, muito justamente, que as empresas de telecomunicações, embora apresentando lucros muito avultados, nem sempre transferem para os municípios os valores, ou todos os valores, que cobram aos consumidores. Muito recentemente, e apenas como exemplo, direi que a imprensa divulgou que uma Câmara Municipal tinha recebido de uma operadora, a PT Comunicações SA, um cheque de vinte e sete cêntimos, vinte e sete Cêntimos, não estou enganada, relativamente a esta taxa. Sucede que a Lei número cinco de dois mil e quatro, que citámos no princípio desta intervenção, também não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações pelo incumprimento do artigo cento e seis, pelo que são absolutamente necessárias alterações a essa Lei, à cinco barra dois mil e quatro de dez de Fevereiro. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e dois de Junho de dois mil e nove, delibera: Um – solicitar à Assembleia da República uma alteração à Lei número cinco barra dois mil e quatro, de modo a que as operadoras de telecomunicações, e não os consumidores finais, passem a pagar directamente a Taxa Municipal de Direitos de Passagem; Dois – Defender que a Lei número cinco/ dois mil e quatro passe prever coimas significativas aos incumpridores do artigo cento e seis, para que as empresas não fujam ao respectivo pagamento aos municípios, lesando todos nós, aos municípios e aos próprios munícipes. Portanto, esta Moção a ser aprovada, seria remetida ao Presidente da



Assembleia da República e ao Grupos Parlamentares. Aqui fica portanto, a minha Proposta de Moção sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Muito obrigada”. ---

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Tenho então aqui uma Moção apresentada pela Senhora Deputada Graça Pinto, que está à discussão, que tem concretamente dois pontos: “Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em vinte e dois de Junho de dois mil e nove delibera: Um – solicitar à Assembleia da República uma alteração à Lei número cinco de dois mil e quatro de modo a que as operadoras de telecomunicações, e não os consumidores finais, passem a pagar directamente a TMDP; Dois – Defender que a Lei número cinco de dois mil e quatro passe a prever coimas significativas aos incumpridores do artigo cento e seis, para que as empresas não fujam ao respectivo pagamento aos municípios”. Portanto, estes são os dois pontos que estão em parte. O Senhor Presidente da Câmara se quiser prestar algum esclarecimento, tem a palavra”. -----

- VINTE E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para prestar o esclarecimento seguinte: “Senhor Presidente, antes da votação, quero dizer naturalmente que se eu votasse, votava favoravelmente esta Moção, mas também registando o seguinte facto, é a primeira vez que oiço fazer justiça à Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Eu próprio negociei esta taxa Municipal de Direitos de Passagem e as críticas que eu ouvi, meu Deus! Algumas até aqui nesta Assembleia, dizendo naturalmente, que fomos nós os culpados pelo acréscimo de custos ao consumidor. Fica agora por esta proposta insuspeita, de que afinal os municípios são lesados. São lesados por empresas com lucros fabulosos e que não têm que fazer mais do que a sua obrigação de pagar a passagem pelo subsolo que é público, que é administrado pelas Câmaras e que na maioria das vezes fica numa situação extremamente danificada e que a Câmara depois com os dinheiros dos munícipes, vai ter que reparar. Eu fico muito admirado, mas também muito satisfeito que venha, ainda por cima do Bloco de Esquerda, esta Moção. Não veja aí outra coisa, eu fico admirado... Eu sinceramente dou resposta a todas as questões, quando me quiserem interpelar, mesmo que seja de forma mais directa e mais afrontosa, eu darei a resposta, mas por amor de Deus, não me interrompam da assistência, porque eu não o faço, portanto, gostaria também que não o fizessem até para causar, preservar males posteriores. Estava a dizer que me causa impressão, alguma impressão, impressão no sentido positivo ou negativo, que uma proposta destas, que foi tão criticada, venha agora, e eu já o disse que ia votar favoravelmente, mas é uma alteração em termos daquilo que eu ouvi aqui na Assembleia e falo de uma forma generalizada da perspectiva em relação a esta taxa. Esta taxa era tida como o abuso dos municípios sobre os consumidores, pelo que se dizia que eram os consumidores finais que suportavam a situação, e é verdade. Nós sempre dissemos que os consumidores pagavam esta situação, porque não havia coragem de mudar as PT’s as EDP’s, etc., etc, a montante de pagarem aquilo que devem, com os montantes de lucros fabulosos que lhes conhecemos. Portanto, eu só posso ficar satisfeito e posso dizer que a nós ninguém nos paga vinte e sete cêntimos. Quem tiver que nos pagar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, paga aquilo que deve. Tenho pena que ainda estejamos com algumas empresas, que lhes mandei também, que ainda não se sabe se são isentas ou não, por indefinição, exactamente, da Lei. Era só isto Senhor Presidente”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Pede o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e obviamente, considerando que esta Moção vem de encontro ao espírito que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem previa quando foi criada, direito que ela tinha por trás. O PSD, obviamente que vai votar a favor da Moção que foi apresentada”. -----



- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----
- **VINTE E CINCO** – **SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE)** – Pede a palavra, para fazer a seguinte intervenção: “Eu pedi a palavra, não é propriamente para produzir um voto de protesto, ou em defesa do que quer que seja, mas acho que tenho esse direito. Estamos no final, enfim, do período em que funcionou com esta composição esta Assembleia e muito sinceramente, sem qualquer imodéstia no que me diz respeito, e não é só a mim, penso que a todos nós que aqui estamos, porque fomos eleitos, tenho procurado dar contributos construtivos sobre questões concretas que afectam a vida dos munícipes. E sistematicamente, Senhor Presidente da Câmara e devo dizê-lo, ou com muita frequência, a meu ver, com demasiada frequência, há como que um “*parti-pris*” que é bem explicita em observações deste tipo, estranho muito que o Bloco de Esquerda se preocupe com uma questão, quando de facto, nós fomos já acusados aqui nesta Assembleia, eu fui acusada inclusive, de ser quase uma fazedora, passe a expressão popular, de moções a metro, sobre os mais variados assuntos. Portanto, ou se é acusado por excesso, ou por defeito. No meu caso fui criticada por excesso, por trazer aqui muitas questões, por apresentar moções, por tentar contribuir para resolver questões. Felizmente em diversos momentos tive a oportunidade de ver que na bancada não só do PSD, no PS e nomeadamente o PSD, votar favoravelmente a algumas questões que aqui trouxe, que eram questões justas e afectavam as populações. E nesse espírito, como eu também votei em momentos diversos, iniciativas que partiram daqui de vários grupos parlamentares, quando estiveram em causa os serviços públicos, estou a lembrar-me a habitação, estou a lembrar-me de outro, a saúde. Outra questão em que não tive qualquer pejo, qualquer problema em votar favoravelmente moções que não vinham da minha força política e que enfim, também estou sozinha não é?! Aqui neste fórum. De qualquer forma, devia dizer Senhor Presidente da Câmara, que recordar e talvez melhor as actas possam esclarecer isso que esta questão da Taxa de Direitos de Passagem, já aqui foi trazida em vários momentos e exactamente, eu recorro que a posição veiculada aqui por diversos deputados, já na altura, era de que não deviam ser os contribuintes e não era com o espírito de acusar as autarquias, nem os presidentes de câmara, era no sentido que os contribuintes, os munícipes, é que são de facto, como reconheceu Vossa Excelência e muito bem, penalizados por esta Lei. Por isso é que a queremos alterar. Por isso é que a trazemos aqui e penso que aí estamos de acordo, comentários à parte, que muitas vezes me parecem pouco, peço desculpa mas é a expressão que me ocorre, pouco enfim, gentis, relativamente a quem está a tentar contribuir para resolver problemas. É isso. Muito obrigada”. -----
- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém dizendo o seguinte: “Vou então pôr à votação a Proposta. Portanto a Moção está aprovada por unanimidade. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia”. -----
- **VINTE E SEIS** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD)** – Solicita a palavra para intervir do seguinte modo: “Todos temos acompanhado, directa ou indirectamente, as audiências do julgamento do nosso Presidente da Câmara – quatro audiências, mais uma a realizar, para a leitura da sentença. (Percebe-se agora o porquê das queixas dos Senhores Juizes em relação ao excesso de processos). Tive a oportunidade de acompanhar todas as sessões, desde que prestei depoimento como testemunha. Assim, não podia deixar de vir a esta tribuna denunciar as declarações do Senhor Procurador do Ministério Público na audiência, para as alegações finais, que se realizou no passado dia dezoito. O Senhor Procurador “apoucou” e de que maneira, os Presidentes de Junta, não só como Presidentes, mas também como testemunhas. As suas declarações não ficaram apenas na sala de audiências, tornaram-se públicas, estão publicadas nos jornais. Trago apenas dois recortes: de um jornal local e outro nacional. E passo a citar o que diz o jornal local: “O



*procurador classificou também de “espectáculo deprimente” os depoimentos que nas anteriores sessões foram feitos por vários presidentes de junta, frisando que mais parecia uma “acção concertada”. Diz um jornal nacional, também passo a citar: “O procurador disse ter-se assistido a um “espectáculo deprimente” pelo facto de todos os presidentes de junta que testemunharam terem afirmado, sem conseguirem explicar, que Ruas proferiu a frase em sentido figurado”. Como se nós tivéssemos que explicar isso. E continuo a citar, palavras do Senhor Procurador: “Não são os acólitos do Presidente que dizem ao tribunal se o arguido actuou ou não com dolo”. A maneira acalorada como o Senhor Procurador falou, levou a que, na declaração final o Senhor Presidente da Câmara dissesse, e passo a citar as palavras do Senhor Presidente da Câmara na Sessão do dia dezoito de Junho: “No julgamento, o tom do Ministério Público não foi muito diferente do que eu usei na Assembleia Municipal. Basta que as pessoas estejam mais emocionadas e que lhes apontem o dedo para terem este tipo de comportamento”. Considero isto também um reparo à forma como o Senhor Procurador actuou naquela sessão. Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós, Presidentes de Junta, temos o direito, mais, temos o dever de manifestar a nossa “indignação” pela forma como fomos tratados pelo Senhor Procurador, na última audiência do citado julgamento. “Espectáculo deprimente”... As declarações das testemunhas que foram obrigadas a depor? “Acólitos do Senhor Presidente...”? Acólitos, são por definição: ajudantes, assistentes, auxiliares, cúmplices, seguidores, acompanhantes, etc., etc. Podem também ser sacristães. Eu próprio fui acólito nos meus tempos longínquos de criança – auxiliava o Pároco da minha Paróquia nos serviços religiosos. Nós somos eleitos, sujeitamo-nos ao voto popular. Depois?... Depois ficamos ao serviço da comunidade vinte e quatro horas por dia durante trezentos e sessenta e cinco dias por ano, e, ao serviço do Governo sempre que seja necessário. O Senhor Procurador é, com todo o respeito, um Funcionário Público, com um estatuto especial é certo. Como tal deve e tem de estar ao serviço dos cidadãos, cumprindo os seus deveres profissionais, mas sem o direito de rotular os eleitos que nas suas Freguesias se preocupam para melhorar as condições de vida das populações. Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta: Penso que para além de manifestar a nossa indignação, que aqui fica expressa, devíamos exigir também do Senhor Procurador um pedido público de desculpas, ou, se assim o entenderem, tomar outro tipo de atitude. Tenho dito”. -----*

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Permitam-me começar a minha intervenção nesta Assembleia com uma pequena reflexão, cujo tema é a Escola a tempo inteiro. A Escola a tempo inteiro pode ser considerada a maior invenção desde a roda. Não é, no entanto, a roda em que estão a pensar. Para percebermos do que estou a falar, deixem-me contar ou relembrar uma pequena história, dando o exemplo de Augusto Hilário, nome proeminente nascido na nossa cidade. Augusto Hilário, quando nasceu, em mil oitocentos e sessenta e quatro, foi exposto na roda. Esta situação ocorria para crianças nascidas de enlances pré-matrimoniais, fora do casamento ou que tivessem ficado órfãos, no caso de Augusto Hilário, crê-se que tenha sido o primeiro caso. A expressão “exposto na roda” equivale hoje em dia a algum tipo de institucionalização da criança. É a esta roda que me refiro quando afirmo que a Escola a Tempo Inteiro pode ser considerada a maior invenção desde a roda, devido à institucionalização educativa que acarreta. A Escola a Tempo Inteiro, medida deste Governo, deste Ministério da Educação, aplaudida pela Confederação das Associações de Pais e por ilustres comentadores, baseia-se no facto de que as crianças devem passar dez horas na escola que, brevemente poderão passar a doze horas, ao cuidado dos professores e outros membros da comunidade educativa. Não seria melhor desenvolver políticas de “Família a Tempo Inteiro” ou, pelo menos, “Famílias a



Meio-Tempo”? A Escola a Tempo Inteiro resulta de um fracasso do Estado Social e da renúncia de quem representa as “Famílias” de as defender da forma correcta, ou seja, desenvolver o país por forma a criar condições para que as “Famílias” tivessem oportunidade de estar todo o tempo possível com os seus filhos. Em países tidos como mais avançados do que Portugal, como países do Norte da Europa ou mesmo no Leste dos Estados Unidos, a Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente na escola pública para os mais novos, não existe. Não será este um sinal de progresso das nossas sociedades? A protecção social à maternidade e horários de trabalhos flexíveis, em vez de condições precárias e vulneráveis, podia voltar a colocar as famílias como nucleares. Mas a realidade exige que os pais, depois de usufruírem dos cinco ou seis meses que têm para passar com o recém-nascido, “exponham os seus filhos na roda”, no sentido de que têm de recorrer a uma entidade extra-familiar para deles cuidar, normalmente durante perto de metade das vinte e quatro horas que tem o dia, que terá depois como consequência lógica o prosseguimento na Escola a Tempo Inteiro. Note-se que esta necessidade é inversamente proporcional ao posicionamento na pirâmide social, sendo penalizados os que não têm opção, cuja educação é penalizada pela institucionalização educativa da sua infância. Faço aqui um parêntesis para lembrar que estas opiniões não são apenas minhas, são também partilhados por inúmeros especialistas em Educação. Apesar de tudo o que já foi referido, a Escola a Tempo Inteiro é definida no Portugal Socrático como uma medida estrutural para a Educação. Nada mais errado, pois resulta de uma necessidade básica das famílias, por falta de alternativas, sendo uma válvula de escape para as famílias, tornando suportável o que deveria ser visto como insuportável e intolerável. Sendo a Escola a Tempo Inteiro uma necessidade básica, produz ganhos políticos, logo deve ser implementada o mais rapidamente possível, de acordo com a estratégia de marketing do Governo que nos tem desgovernado nos últimos anos. Esta situação originou dificuldades na sua execução, pois ao mesmo tempo que o Governo definia as políticas, não fornecia recursos para a sua implementação e empurrava as responsabilidades da concretização para outros, nomeadamente as autarquias. Chegamos assim ao tema da transferência de competências, em que as novas responsabilidades atribuídas às autarquias, como a gestão do pessoal não docente até ao nono ano e a gestão do parque escolar nos segundo e terceiro ciclos, além das responsabilidades já detidas ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo, implicam a passagem de trinta e seis mil funcionários não docentes para as autarquias – em Viseu quatrocentos, o que implica o aumento em cinquenta por cento o número de funcionários da edilidade – a preservação e o pagamento do parque escolar, a tutela disciplinar dos não docentes e a gestão do pessoal e a manutenção do sistema da saúde. Falando das questões de financiamento de seguida, às questões do financiamento, o Quadro de Referência Estratégico Nacional, o QREN, tem consignados quatrocentos milhões de euros para o reordenamento da rede educativa, dos quais cem milhões foi o montante atribuído para a Região Centro, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, conforme anunciado e divulgado pelo Ministério da Educação. Se consultarmos os valores associados à construção dos Centros Escolares, previstos nas Cartas Educativas, aprovados pelo Ministério de Educação, nos cerca de cem municípios que integram a área da CCDRC, verificamos que doze concelhos têm um plano de investimento superior a oitenta e cinco por cento da verba disponível para o investimento no QREN. Se analisarmos trinta e três municípios dos cem, o seu plano de investimento ultrapassa o financiamento global do QREN para a CCDRC em vinte por cento, representando estes municípios apenas um terço das Cartas Educativas a participar. Em função desta análise, seria bom que nos explicassem como é que pessoas com responsabilidades consideram, que, para o caso da Escola de Ranhados, cuja implementação foi protocolada com a Direcção Regional de Educação do Centro, se deveria recorrer ao financiamento do QREN, para uma escola cuja responsabilidade





estava definida como sendo totalmente do Ministério da Educação. Como é possível querer dividir por mais aquilo que já não chega. A conclusão lógica de todo este raciocínio é que “não dá Deus nozes a quem tem dentes”, se me permitirem a reformulação do provérbio popular, pois exige-se a concretização de responsabilidades pelas autarquias, sem lhes serem dados todos os recursos necessários e adequados para as colocar em prática. Apesar de todas estas contingências, a Autarquia de Viseu tem desenvolvido a requalificação, adaptação e conservação de muitas escolas do pré-escolar e do primeiro ciclo, a introdução de sistemas de climatização e segurança, do equipamento escolar adequado para o Ensino Especial, na Ribeira, em Vildemoinhos, Gumirães e no Bairro Municipal. Sendo que obviamente que não está tudo feito. Existem sempre necessidades, como as decorrentes do êxodo das escolas rurais para as escolas urbanas, provocadas pelas políticas sociais e educativas, que provocam o esgotamento das capacidades de admissão de alunos e o funcionamento em regime de desdobramento das escolas do primeiro ciclo (com alunos a terem aulas de manhã ou de tarde) e a consequente impossibilidade das Actividades de Enriquecimento Curricular, funcionarem nos espaços das escolas. Os novos Centros Escolares de Viseu Norte, Rio de Loba e Oliveira de Baixo, já adjudicadas ou em fase de adjudicação, virão colmatar as necessidades em zonas de pressão populacional. Esperemos também que o Governo e o Ministério de Educação resolvam rapidamente a situação da Escola de Ranhados, para permitir o início da sua edificação. É de salientar a permanente busca de soluções e o bom funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, com a lacuna de não possuírem espaços próprios em muitas escolas, é também de salientar o fornecimento dos consumíveis considerados necessários e de refeições que, para algumas crianças, são as únicas refeições completas que tomam ao longo do dia. A preocupação com as tecnologias de informação e comunicação, traduz-se na instalação de tecnologia *Wireless* em duzentos e dezoito salas do primeiro ciclo, para permitir o acesso dos alunos à Internet. É esta a forma de actuar responsável, que caracteriza a nossa autarquia. Já o Ministério da Educação não pauta as suas responsabilidades pelo mesmo diapasão, pois segundo a Federação de Associações de Pais de Viseu, existem inúmeros computadores Magalhães que já foram pagos e que ainda não foram entregues aos alunos. Com o fim das aulas será a entrega feita no próximo ano lectivo, ou já servirá como uma prenda de Natal? Numa área complementar à Educação, mas que pode propiciar um maior espaço relacional da família com a criança, é de salientar também o esforço para a criação de parques infantis adequados e com as condições de segurança necessárias, assunto que já foi abordado pelo Presidente da Câmara, na sua intervenção anterior. Todas estas áreas focadas, como muitas outras, são condicionantes da qualidade de vida. Não quero terminar, sem deixar de focar uma situação com que me deparei nas minhas pesquisas. Como todos sabem, a Wikipédia é um sítio acessível através da Internet e que contém definições enciclopédicas sobre os mais variados conceitos, sendo a única referências que muitas pessoas consultam, essencialmente jovens, nesta nossa sociedade do conhecimento. Então, passo a citar a definição de qualidade de vida, disponível na Wikipédia: “A qualidade de vida é um termo empregado para descrever a qualidade de condições de vida levando em consideração factores como a saúde, a educação, o bem-estar físico, psicológico, emocional e mental, esperança de vida, etc. A qualidade de vida envolve também elementos não relacionados, como a família, os amigos, o emprego ou outras circunstâncias da vida. A Organização Mundial de Saúde desenvolveu um questionário para aferir a qualidade de vida, sendo composto por seis domínios: o físico, o psicológico, o do nível de independência, o das relações sociais, o do meio ambiente e o dos aspectos religiosos. A cidade Portuguesa com melhor qualidade de vida é Viseu”. Fim de citação. Por tudo isto, apraz-nos dizer que, em Viseu dá gosto viver”. -----  
- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, intervém dizendo o seguinte: “Eu iria dar a palavra a mais dois ou três Senhores Deputados que me solicitaram. Depois iria



dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, pelos menos a algumas questões que foram suscitadas até agora, depois as questões seguintes serão respondidas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara. No entanto, eu verifico que há um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado. Faça favor Senhora Deputada tem a palavra”. De imediato da a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- VINTE E OITO - SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede o uso da palavra para intervir, dizendo o seguinte: “O Senhor Deputado Paulo Pereira já nos habitou a uma linguagem que eu poderia considerar de algum modo demagógica, porque na realidade disse e contradisse em vários aspectos. Mas se me permitir, Senhor Presidente da Assembleia, eu começaria a minha intervenção, porque tinha... é um pedido de esclarecimento de certo modo, mas também queria de algum modo unir aqui duas pontas”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, interrompe dizendo o seguinte: “Não Senhora Deputada, não tenho a sua inscrição. Tem três minutos. Se depois quiser usar da palavra mais à frente, dar-lha-ei, mas agora tem apenas três minutos para um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado”. -----

- SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Prossegue a sua intervenção do seguinte modo: “Certo. Relativamente à questão da Escola a Tempo Inteiro e da conciliação das políticas de conciliação, penso que não há memória, continuo a dizer e até prova em contrário, e espero que mo prove, de que se tivesse havido outro Governo, que tivesse preocupações de conciliação da vida familiar e profissional, relativamente até inclusivamente a medidas que dizem respeito à mulher. À mulher mãe, à mulher profissional, inclusivamente alargando para parentalidade que foi discutida pela Eurodeputada Edite Estrela e aprovado em Bruxelas, permitindo que os pais também usufruam desse direito de têm de acompanhar os filhos quando nascem. Portanto, são políticas de protecção à família, políticas que foram muito mais longe, inclusivamente dalguns países europeus que estiveram renitentes em aprovar estas medidas. Relativamente às questões da Escola a Tempo Inteiro, a questão do desdobramento e dos espaços da institucionalização de que me fala, eu continuo a dizer-lhe e de acordo com aquilo que tenho dito sempre aqui, os edifícios são da responsabilidade da Autarquia. E da mesma forma com que o Senhor Presidente com o que aqui disse, que não estava nada preocupado com os custos de levar os idosos, e muito bem, a Malafaia ou a qualquer outro sítio, eu gostaria de ver essas mesmas preocupações e o mesmo investimento relativamente ao alargamento dos edifícios, na requalificação desses mesmos edifícios, de maneira a que as crianças não estejam mesmo institucionalizadas, porque na realidade os pais não têm férias e há aqui de certeza hoje pais que estão preocupados com o que vão fazer aos filhos quando estiverem as aulas completamente terminadas. Portanto, as questões da Escola a Tempo Inteiro, foi para resolver os problemas realmente do acompanhamento das crianças, mas transformando as escolas em locais de aprendizagem e essas instalações só têm realmente a competência e a responsabilidade da Autarquia. Se as escolas continuam a não ter espaço, as escolas da cidade, é exactamente, porque não houve investimento nesse sentido do alargamento e da requalificação desses mesmos espaços”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- VINTE E NOVE - SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para um pedido de esclarecimento, intervindo do seguinte modo: “Eu queria ser esclarecida sobre uma questão que de facto, me é extremamente cara. Eu sou uma das defensoras da escola do conhecimento, da escola do saber, da escola que é um centro vivo de incentivo à pesquisa da aquisição de saberes, da aquisição de conhecimentos e de ferramentas para a vida dos educandos, fora do meio escolar. A questão da Escola a Tempo Inteiro, é uma questão muito discutida e devo dizer que foi aqui há pouco citada a Federação de Pais de Viseu. A Presidente da Federação de



Pais de Viseu aqui há uns meses largos dizia em entrevista a um órgão de comunicação social, que tinha sérias reservas ao entendimento que se fazia da Escola a Tempo Inteiro, como escola guardadora, passe a expressão, de crianças e não de sede de saber. Eu partilho dessa perspectiva e tenho muito receio que esteja em curso uma tentativa de facto, de transpor para a escola a guarda das crianças inclusive, em prejuízo do convívio com os pais e com as famílias e qualquer dia onde é que estão os laços afectivos, onde é que está o tempo. Acho que há que encontrar outras soluções e outro âmbito, âmbito laboral e não só, e outros, e não esta obsessão pelo aumento do horário de permanência das crianças no meio escolar. Qualquer dia, haverá a “*Síndrome Escolar*”, se já não há manifestações disso, que podem ter reflexos graves no envolvimento das crianças. Não ficou muito claro para mim, porque me pareceu um pouco contraditório a sua posição, portanto, face a essa questão, a posição do Senhor Deputado e gostava que me esclarecesse, porque é uma questão como disse, que me é muito cara até como educadora e profissional de educação que sou, para além de ser Deputada. Muito obrigada”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- **TRINTA** – **SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD)** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Então fazendo uso do meu direito de resposta, vou tentar esclarecer as dúvidas que me foram colocadas. Quanto à Senhora Deputada Fátima, a leitura que faço é que, ou estava distraída, ou não percebeu. Certamente se não percebeu, a culpa que é minha que não me expliquei devidamente, mas penso que não há nenhuma demagogia, nem há quaisquer contradições nas afirmações que me foram realizadas. Eu afirmei, ou aponte os aspectos que penso serem negativos na Escola a Tempo Inteiro, reforçados pelas ideias de vários especialistas, como disse, a nível de educação em todo o país. E disse que essa política é uma necessidade, não é uma medida estrutural, temos que fazer a diferença entre as duas. Uma medida estrutural é uma medida que provoca mudanças sociais. A Escola a Tempo Inteiro foi criada para responder às necessidades das famílias que não têm possibilidades de tomar conta, passar tempo com os seus filhos. Se as políticas sociais tiram essa possibilidade às famílias de realmente tomarem conta dos seus filhos, é necessário uma resposta para o fazer, e não concordando com a Escola a Tempo Inteiro, obviamente que eu sei e compreendo, vejo que ela é necessária, mas se fossem tomadas outras medidas estruturais, essas sim, se dessem a possibilidade às famílias de realmente passarem tempo com os seus filhos, não seria necessário promover a institucionalização educativa das crianças, conforme eu referi. Vários especialistas, eu também partilho dessa opinião, consideram que isso não é positivo para o crescimento das crianças, principalmente numa idade tão jovem. Seria importante dar espaço às famílias para elas tomarem conta. Relativamente às obras e às requalificações necessárias nas escolas, será que a construção dos centros escolares não viria libertar a pressão populacional existente nas escolas das cidades? Essa construção dos centros escolares que está adiada, não é também pela responsabilidade das políticas de funcionamento do Governo? Quanto à questão que me foi colocada relativamente à opinião dos pais, o que eu referi foi a opinião da Confederação de Pais que dá apoio e suporta esta política de Escola a Tempo Inteiro. Não me referi particularmente à Associação de Federação de Pais de Viseu, que eu também sei que tem uma posição diferente e portanto, não partilha dessa opinião da Confederação Nacional de Associações de Pais que dá apoio às políticas. Obrigada”. -----

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Senhores Deputados, obviamente que ainda tenho mais pessoas inscritas para o Período Antes da Ordem do Dia, mas então eu iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas questões que lhe foram já colocadas. Depois continuarei a dar a palavra e no final o Senhor Vice-Presidente responderá às questões que forem suscitadas”.

- **TRINTA E UM** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da



palavra para responder às questões que lhe foram suscitadas, da seguinte forma: “Muito obrigado Senhor Presidente, agradeço a compreensão. Eu iria dar algumas respostas e também alguns comentários àquilo que foi dito aqui, mas primeiro queria fazer um esclarecimento, Senhor Presidente. Não que me fosse aqui colocada alguma questão, mas faço conta, se ainda houver aí os órgãos de comunicação social, também para aproveitarem para apontarem um número que eu vou dizer. Em dois mil e oito a Câmara Municipal gastou com a Cultura dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e oito, ponto sessenta e nove euros. Este é de facto, o montante que gastámos. Queria dizer a propósito, que na Câmara Municipal de Viseu já vigora um centro de custos e portanto, contra aquilo que eu ouvi hoje de alguém com responsabilidades, a Câmara gastou no Orçamento de dois mil e oito dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e oito vírgula sessenta e nove. Podem fazer-se contas de muitas maneiras, mas esta é a realidade das contas que estão aprovadas, naturalmente até, por esta Assembleia e portanto, não foi nada do que ouvi hoje debitado em termos de públicos, que a Câmara gastou apenas quatrocentos e não sei quantos mil euros com a Cultura, não era possível. Já agora também e eu prometi que dava o valor, dá-lo-ei naturalmente com exactidão na próxima quinta-feira, prometo isso. Mas posso dizer ao Deputado João Paulo, que também é bom termos referências, é sensivelmente pouco mais de um terço de quanto pagámos pelos bocados de terreno da Estação Agrária e da Estradas de Portugal para duplicar ao lado uma estrada nacional, entre a Rotunda de Sátão e a Rotunda da Circular Norte. Menos de um terço foi quanto custou esta deslocação, de que o Estado nos obrigou a pagar por estes dois pedaços de terreno, numa clara demonstração de falta de solidariedade, porque a Câmara vai acabar por lhe disponibilizar um terreno para a Escola Ranhados, enorme. A Câmara disponibilizou-lhe o terreno para o tribunal, enorme. A Câmara disponibilizou-lhe todos os terrenos para construir. Quando a Câmara quer duplicar a estrada entre a Rotunda de Sátão e Ranhados, paga três vezes mais do que pagou por levar os idosos a passear, mas depois, eu iria como prometi, que lhe dava o número exactamente, e certo. Eu gostaria de começar por comentar as palavras do Deputado Mota Faria, para dizer que eu concordo em absoluto com a análise que fez, também há muito tempo que partilhamos, digamos, o mesmo quadrante, mas naturalmente que poderia haver divergências, mas não há. Eu enfatizava apenas dois ou três aspectos que me parecem importantes. A falta reivindicativa de personalidades com peso local, tem levado a que o Estado não cumpra a sua obrigação com Viseu. Isso é um facto indesmentível. Poderemos dar as voltas que entenderem, mas há claramente um alterar, um desviar da seta para a Autarquia, em detrimento de culpabilizar, como se perca alguma coisa com isto. Eu acho que alguns Deputados do Partido Socialista, ainda não perceberam que não perdem nada em culpabilizar o Governo, absolutamente nada, podiam fazê-lo. Deviam dar esse exemplo, apontar olhos nos olhos, os Senhores esqueceram-se da auto-estrada, os Senhores andam, não sei há quanto tempo, para fazer a duzentos e vinte e nove. Olhe, a duzentos e vinte e nove estava prometida para o país, para o primeiro trimestre de dois mil e sete. Bem, mas a falta de efectivos das forças de segurança. Os Senhores viram a falta de efectivos das forças de segurança, sabiam por exemplo, que o nosso rácio em Viseu é metade do rácio nacional? Nós temos um polícia por cada duzentos e vinte e sete habitantes, é exactamente metade do rácio nacional. Quem é que se insurge contra isto? Vejam só o que foi prometido até em sessões partidárias, em sessões mais emotivas da auto-estrada de Viseu, Coimbra. E agora já se dizia que era um problema dos economistas, dos vinte economistas. Os vinte economistas apareceram agora e a auto-estrada, prometeu ser adjudicada até finais de dois, mil e oito, como lembrou aqui o Deputado António Coelho Lopes. Exactamente, estava ali prometido, escarrapachado. Agora há uma coisa que eu não percebo e se calhar nem me devia intrometer, mas não tenho esse feitio, o Deputado



Ribeiro de Carvalho, de vez em quando e não só, hipersensibilizam-se com algumas coisas, é sempre, a política rasteira, é um nome feio e não sei quantos mais. Está bem, o Deputado Mota Faria já falou da roubalheira. Então e da “Farinha Maizena”, os Senhores esquecem-se da “Farinha Maizena”? Esse foi um bom adjectivo, o da “Farinha Maizena”. Isto não é política, é política quê, caseira? É política culinária, é a mais fácil? Os Senhores é que a invocaram. Então, depois não querem ricochete? Eu não estou a dizer que é o Deputado Ribeiro de Carvalho, que é extremamente correcto nas análises que faz e tenho que lhe dizer isso. Agora, quem usa este tipo de expressões, é evidente que se sujeita a outro tipo de expressões e as vezes até, naturalmente, mais acutilantes e até, sei lá, mais duras, mas isso é normal num diálogo. Eu até me ia lembrar de outra coisa, o Senhor esteja atento ao que disse o Ministro, lá vou eu dizer outra coisa que não vai gostar, da propaganda, o Ministro Santos Silva, veja o que ele disse do Presidente da Câmara de Viseu, quando cá veio apresentar o candidato. O que é que ele chamou ao Presidente da Câmara de Viseu? Então se eu lhe chamar trauliteiro, é o mínimo que posso chamar ao Senhor Ministro Santos Silva. Esta resposta é alguma coisa de anormal? É evidente que quem profere, há-de depois de estar preparado também para ouvir. Aliás, reparem no que foi dito aqui, O Senhor Presidente da Mesa chamou à atenção ao Deputado João Paulo, está ao telefone, mas eu vou falar na mesma à espera que ele ouça. Disse-lhe: olhe, cuidado que o Doutor Mota Faria já não pode responder e o Deputado João Paulo disse-lhe isto: há-de arranjar uma forma de dar a resposta. Então o Deputado João Paulo podia usar melhor forma de fazer a pergunta, com toda a certeza! Então se queria uma resposta mais adequada, se calhar faria a pergunta de uma outra forma. Está à espera que lhe dê a resposta lá fora, fazia-lhe a pergunta lá fora. Bem, agora queria dizer ao Deputado Ribeiro de Carvalho o seguinte, eu tenho aqui a indicação da responsável dos serviços de quais são as orientações que há na Câmara. Dava-lhe a garantia solene, que eu só soube disso agora, não há nenhum dos meus Vereadores que saiba o que se passou e até já tenho aqui a posição do Director de Departamento, eu não gosto que na minha Câmara se faça alguma coisa que eu não saiba bem. Vou dizer-lhe, a orientação que há é exactamente ao contrário daquela que disse. Eu não estou a dizer que não tivesse acontecido consigo, agora faça favor de tirar o lá de cima, lá em cima há mais gente. Às vezes têm-se a ideia que se dão ordens cá para baixo, se vierem aí alguns fulanos... Pronto, mas lá de cima, podia ser muita gente não digo que não, mas não foi ninguém da administração. Portanto, exclui a administração, posso dizer que lá de cima exclui a administração. O Doutor Adelino por acaso está cá em baixo, está lá de lado, não podia dizer que foi ele. O Engenheiro Figueiredo teve logo, isso posso garantir, a comunicação do Segurança para vir falar com o Doutor Ribeiro de Carvalho. Isso já me foi transmitido agora. Só para dizer que o Segurança cumpriu as orientações que tem. As orientações que tem são estas, quando alguém da Assembleia Municipal disser que é da Assembleia Municipal, entra de imediato. Quando alguém evocar que quer falar com outra pessoa, nomeadamente com um técnico, pergunta-se-lhe a ele, aliás foi aquilo que disseram. A responsável pelos serviços administrativos desta Assembleia é a mesma responsável pelo apoio e portanto, tem exactamente esta opinião. Já agora, uma outra coisa sobre aquilo que foi dito sobre o Deputado António Lopes, colocou-me aqui uma série de questões, de facto, veio na esteira daquilo que eu disse, o caminho de ferro é um caso raro de como é que se adiam completamente e constantemente as promessas, como é que elas se repetem. Eu já ouvi, a ligação Aveiro, Viseu, Salamanca, só não ouvi em francês, mas já ouvi em espanhol. Já ouvi numa série de lugares aqui em Portugal e sempre se diz que esta é que é uma prioridade. Só que, o que é que se fez? Fez-se a ligação do Porto, Aveiro à linha do norte, ainda não se avançou para cá. Nós aqui na Beira, como eu costumo dizer, pensam que somos parvos? Então, mas eu não sei o que é que se pretende? Eu começo a bater palmas quando fizer o primeiro troço, nem que seja de um quilómetro da linha do norte para



dentro. Agora o que se pretende é tão simplesmente isto, com a ligação do Porto, Aveiro à linha do norte ficou garantida a ligação a Espanha, só que é uma ligação suigeneris, é Aveiro, linha do norte, Pampilhosa, linha da Beira Alta, Espanha, está garantida. Portanto, nós ficamos descansados quando o troço que está a ser prometido, seja feito, uma parte do troço. Façam o primeiro entre Viseu e a linha da Beira Alta, qual é o problema? Façam uma parte deste troço que nós ficamos a bater palmas. Portanto, o comboio a quem foi pedido à Câmara que mantivesse os corredores, passamos tempos e tempos sem ouvirmos falar nisto, de vez em quando lá vem alguém falar nisto. Já agora, sobre os acessos que me pediu, acesso a A vinte e quatro essa é da responsabilidade da Câmara, vai começar dentro de quinze dias. O acesso à A vinte e cinco, houve a última reunião com cerca de cem proprietários, por causa das expropriações, custam quase dois milhões de euros as expropriações e portanto, logo que tenhamos esse processo completo vamos avançar com a duplicação desde o Palácio do Gelo ao entroncamento de Teivas. Eu não vou comentar outra vez e a Senhora Deputada Graça, vai-me perdoar o seguinte, muito sinceramente, não vamos ter mais uma reunião, presumo, mais uma como esta, mas eu nunca mais comentaria, porque de facto, acho mesmo quando a gente está de acordo a Senhora não entende e já me causou alguns problemas. Vou dizer-lhe, eu tenho aqui a cópia de uma acta em que eu dei uma vez uma resposta à Senhora e a resposta é extremamente cuidadosa. A Senhora em declarações públicas numa rádio, pode comprovar, disse quase que eu, pouco faltou, que a ameaçava que a batia, se fosse um homem. Oh minha Senhora, eu não disse nada disse, pode confirmar isso na acta, mas a Senhora não se coibiu para dizer que este Presidente da Câmara é um indivíduo, se calhar, conflituoso, *“até quase que me bateu”*. Oh minha Senhora, por amor de Deus! Portanto, tenha cuidado também com isso. A Senhora tem todo o direito de se sentir e eu também. Apesar de ter bigode tenho, sou sensível como um ser mais, digamos, feminino. Tenho todo o direito de me sentir também e portanto, não fique sempre tão sentida com... Eu agora até pretendi dar-lhe um elogio, nem percebeu? Mas aproveitou logo para dizer: *“...do Bloco de Esquerda?”*. Sim, eu estava a dizer que não me pareceu que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem pudesse vir a ser defendido, os direitos do municípios e o que se está a passar no Bloco de Esquerda. Eu disse no Bloco de Esquerda numa forma geral, porque aquilo que lhe ouvi até agora, sempre, sempre, foi que os malandros dos municípios criam a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, apesar de saberem que era o contribuinte que a pagava, isto foi aquilo que sempre ouvi dizer, eu não estou a dizer que foi... era aquilo que se disse. A Senhora veio e até não vou dizer que me custa, para que não fique também irritada, tem uma posição semelhante à que eu tenho e por isso é que eu disse se estivesse naquela bancada, felizmente que os meus companheiros votam a favor, era a posição também que eu tomava. Portanto, também votava uma Moção do Bloco de Esquerda, porque me custa. Pronto, mas votava a favor. Senhor Presidente, eu não ficava de bem se não dissesse o seguinte, é que a Senhora Deputada do Partido Socialista, sempre que pode quer um pedido de esclarecimento, mas lá deixou o pé atrás, à Câmara. Tinha que deixar alguma coisa para a Câmara. Oh Senhora Deputada, agora vai ouvir o que é que a Câmara fez. Disse que era bom que a Câmara fizesse a mesma coisa em relação às crianças o que faz com os idosos. Então vai ouvir o que a Câmara fez. Olhe, a Câmara tem cinquenta e seis jardins-de-infância públicos e há dezanove privados. Do primeiro ciclo setenta e três escolas, como sabe há quatro escolas privadas. Temos neste momento um acordo com a Escola de Ranhados, com o seu partido, que tivemos que meter em tribunal por incumprimento, estamos à espera. Temos adjudicado, não por nossa culpa, o Centro de Rio de Loba um milhão, setecentos e vinte e três, quinhentos e um, vírgula zero cinco. Vai à próxima reunião a adjudicação de Viseu norte, um milhão novecentos e noventa e cinco, novecentos e vinte e três, ponto zero oito. O Centro Escolar do Viso está em projecto, bem como o Centro Escolar da Ribeira, estão em projecto para candidatarmos



ao QREN. Deixe-me dizer-lhe, nós não estamos atrasados, o QREN ainda não “pariu” passe a expressão, um cêntimo sobre isto. Nós não estamos atrasados, se já tivéssemos avançado estávamos aflitos, porque não há dinheiro, nem um tostão veio do QREN. Depois as escolas que recuperámos: Oliveira de Baixo, Casal Esporão, São Salvador, Rio de Loba, Mozelos, Fail, Póvoa de Sobrinhos, Fragosela, Barbeita, Nesprido, Póvoa de Abraveses e Vila Nova do Campo. Acção Escolar, apoiamos em apoios económicos, mil cento e noventa e dois alunos, trinta e três mil euros. Transportes Escolares, pagamos um milhão, noventa e três mil, duzentos e trinta e dois, vírgula setenta, por dois mil, oitocentos e sessenta e um alunos que transportámos. Refeições Escolares, pagamos três mil, duzentos e setenta e sete alunos. O Pré-escolar, sabe quanto é que gastamos com o pré-escolar? Oitocentos e noventa e dois, cento e trinta e cinco setenta, exactamente com as refeições e com o prolongamento de horário. Taxa de cobertura concelhia com o pré-escolar é noventa e quatro por cento, acho que podemos ficar orgulhosos com isto. A Câmara apoia ainda o prolongamento de horário no pré-escolar, através da disponibilização de verba anual de cento e vinte e seis mil e quinhentos euros. Depois pessoal não docente, a Câmara contratou duzentos e seis assistentes profissionais, que é agora o nome e custa um milhão e trinta mil euros. O que a Senhora Deputada não me perdoa, eventualmente, e eu já lhe ouvi declarações, é que nós não tivéssemos feito o entendimento com o Governo e sabe porque é que não foi? Sabe o que é que o seu Governo nos queria passar de pessoal não docente, quantas pessoas é que nos queria passar? Quatrocentos e quarenta e seis pessoas, não docentes. Isto correspondia a sessenta e cinco por cento de trabalhadores da Câmara. Eu sei o que é que se pretendia, eles têm pessoal que não é brincadeira e o Governo até reduziu os seus funcionários. Quando digamos, transferirem os meios adequados, nós naturalmente aceitaremos isso. Portanto, gostaria também de lhe dizer que a Câmara apoiou em mobiliário e material escolar, cinquenta e quatro mil, zero vinte e cinco, vinte e um. Em expediente e limpeza, trinta e sete mil, setecentos e setenta e cinco. Em consumíveis, papel e tinteiros, vinte e dois mil, quinhentos e setenta e dois, oitenta e oito. Em telefone, doze mil euros. No total cento e vinte e seis, trezentos e setenta e três. Já agora, com as novas tecnologias, vamos instalar em duzentos e dezoito salas, um investimento de trinta e dois, cento e cinquenta euros. Já agora também vai ouvir o resto. Este programa, de actividades e enriquecimento curricular, foi frequentado por cento e setenta professores, abrangeu quatro mil alunos, a verba disponibilizada é de duzentos e sessenta e dois, vírgula vinte e cinco por aluno. No aquecimento, Senhora Deputada, gastámos setecentos e setenta e oito mil euros a alterar o aquecimento das escolas, a passá-los do chamado aquecimento a lenha, para gás natural, gásóleo, ar condicionado, electricidade, de acordo com os casos. E na segurança, pagámos oitocentos e dez mil por oitenta e um estabelecimentos de ensino. Portanto, contraste do Governo com as freguesias, gastámos no programa na área da educação treze milhões, zero noventa e quatro, zero, zero dois. Oh Senhora Deputada, será que temos pouca preocupação com a educação? Esta verba, bem, era mesmo caso para dizer que se os nossos idosos gastassem tanto como as crianças levamos isto sim, a Nova Iorque, como alguém disse, a propósito de outra coisa. Eu queria dizer-lhe que eu não aceito esta crítica. Nós fazemos o nosso trabalho, apesar do esquecimento da Administração Central. Lembro a propósito da Escola de Ranhados, que é para aí o décimo ofício a que o Senhor Secretário de Estado não dá resposta, o que me levou a tomar uma decisão, tenho pena de não ter aqui o Senhor Vereador da Educação e Cultura, a mandar todos os dias um ofício ao Senhor Secretário do Estado. Portanto, como não deu resposta, metemo-lo em tribunal como era a nossa obrigação, porque quem não cumpre com certeza que conhece essa via. Senhor Presidente, agradeço-lhe sinceramente o ter-me possibilitado estas respostas eu vou ter que sair. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Oh



Senhora Deputada, a Senhora pede a palavra à Mesa, não é ao Senhor Presidente da Câmara, não é? Como é óbvio. Agora é preciso esclarecermos aqui o seguinte, isto tem regras. A Senhora Deputada já usou três vezes a palavra durante o Período Antes da Ordem do Dia. A Senhora Deputada se agora pedir a segunda vez a palavra, fica sem possibilidades de poder usar mais da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. Agora é uma escolha sua, não é? Senhora Deputada, eu nunca dei a palavra a ninguém nesta Assembleia Municipal conduzida por mim para defesa de honra, porque acho que é um instrumento que só deve ser usado quando a honra é efectivamente ofendida. Eu sinceramente, não vi nenhuma matéria, que suscite a Senhora Deputada pedir a defesa da honra. Por esse expediente, eu não lha dou, isto é, se me está a pedir para defesa da honra eu não vou dar-lhe a palavra. Não vejo em nada que haja fundamento para eu lhe dar a palavra nesse termo. Se me pedir ao abrigo de outro instrumento existente no Regimento, terei que ponderar. A Senhora Deputada quer usar a palavra para que efeito? Para colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara. A Senhora Deputada vai usar uma segunda vez antes da Ordem do Dia. Eu chamo à atenção dos Senhores Deputados para o seguinte, no nosso Regimento, se o fôssemos aplicar em rigor, o Período Antes da Ordem do Dia tinha direito a uma hora, essa hora devia ser rateada pelos diferentes partidos em função do resultado eleitoral, eu não o fiz. Eu sempre dei a abertura, de são duas horas, são duas horas, se são três horas, são três horas, com a tese do seguinte, como nós só fazemos cinco reuniões ordinárias na Assembleia Municipal ao longo do ano, acho que todos os Senhores Deputados têm o direito de usar da palavra. Agora, os Senhores Deputados que têm grupos parlamentares mais numerosos, têm possibilidade de inscrever mais do que um Deputado. Portanto, eu nunca posso dar mais do que duas vezes a palavra sobre cada assunto, que é aquilo que o Regimento diz. Se for abrir uma excepção nunca mais os Senhores me vão respeitar pelo facto de eu cumprir o Regimento. Os Senhores Deputados é que têm que avaliar e têm que aplicar o seu Regimento e ver como é que lhes dá mais jeito aplicá-lo. No caso da Senhora Deputada do Partido Socialista, se usar a segunda vez da palavra, eu não lhe darei mais a palavra no Período Antes da Ordem do Dia. No caso da Senhora Deputada veja lá qual é a figura do Regimento que quer, porque essa não lha darei, com certeza, ok? A Senhora Deputada do Partido Socialista, então tem o direito de usar da palavra para colocar um pedido de esclarecimento”. -----

**- TRINTA E DOIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) –** Pede a palavra para um pedido de esclarecimento, dizendo o seguinte: “Eu só queria dizer ao Senhor Presidente e antes dele sair, de que realmente também já nos habituou a enumerar tudo aquilo que a Autarquia tem feito a nível da educação, como se fosse uma obrigação e não como se fosse um dever, que é uma coisa que a mim sempre me chocou sempre imenso. É como se não houvesse aqui nenhuma comparticipação do Estado quer nos programas de expansão do pré-escolar, dá a impressão que a cobertura que a Câmara tem é obra exclusivamente da Autarquia, que não é. A requalificação das escolas do primeiro ciclo a mesma coisa, as refeições, a acção social escolar, os transportes. Tudo isso são comparticipações e programas assinados entre a Autarquia e o Ministério da Educação. Portanto, não me parece legítimo que o Senhor Presidente da Câmara, que nos deixou agora, advogue isso a seu favor, a favor da Câmara, como sendo realmente uma obra excepcional cumprir o seu dever de ter a cobertura necessária para as crianças na idade pré-escolar, de ter escolas dignas de aprendizagem onde se possa realmente aprender com prazer e aprender em condições. Portanto, acho isso honestamente, um discurso gasto, um discurso que não nos leva a lado nenhum. Aliás, aproveitando, se realmente me permite nesta intervenção e até porque é o mesmo assunto, para reforçar a ideia, já aqui não está o Deputado Paulo Pereira, lembrar que as Escolas a Tempo Inteiro, é muito importante que se os Senhores Presidentes de Junta, se pensarem isso melhor, ou tão bem como eu, de que é também acima de tudo uma medida de política





social, porque os pais que trabalham o dia todo estão descansados, porque sabem que as crianças têm uma refeição digna, esperemos em espaço digno, que não é muitas vezes a regra. Deveriam ter espaços lúdicos e deveriam ser fornecidos pela Câmara, equipamentos de experiências, que há imensos projectos. Há autarquias que promovem esses projectos juntamente com os agrupamentos de escolas, para que haja bibliotecas, para que haja ciência e vida, para que haja partilha, geminações, etc., etc. Portanto, espaços de vida, as escolas serem espaços de vida de aprendizagem e não a institucionalização que o Senhor Deputado acabou de dizer. Há acima de tudo também, uma questão político-social de apoio às famílias monoparentais. Há famílias em que os filhos estão entregues às mães e mais, há aqui um aspecto que me parece primordial e foi afastado de toda esta discussão, é que antes se uma criança saía às três da tarde e a mãe às seis, havia uma ama, havia um vizinho a quem se pagava, havia a rua, havia a casa e ATL, tudo isto pago pelos pais. Portanto, a Escola a Tempo Inteiro, é uma ajuda, é uma questão de política social para as famílias poderem ter os seus filhos ocupados, a aprenderem, a brincarem. Se não tiverem melhores condições é porque a Autarquia realmente não tem feito esse investimento”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito bem Senhora Deputada, fica a questão colocada ao Executivo. Depois no final das questões que vão ser agora colocadas, eu darei a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para responder. A Senhora Deputada pede-me então a palavra para um protesto, tem o seu direito. Tem três minutos”. De imediato dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Usa da palavra para apresentar o seguinte protesto: “Eu pedi a palavra para elaborar um voto de protesto, porque o que o aqui foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, lamento que já não esteja presente, mas isso não me pode impedir de me defender e de repor aquilo que eu acho que é verdade e sinto-me, enfim, um pouco ofendida, porque foi insinuado que eu tinha mentido, pura e simplesmente. Parece-me que isso é suficientemente grave para se pedir um voto de protesto. Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, que infelizmente não está presente, espero que numa futura Sessão me responda, se é ou não é verdade, que o Senhor Presidente da Câmara, numa troca de argumentações relativamente a uma questão, me interpelou nestes modos: “*Se a Senhora fosse um homem e não uma mulher, eu responder-lhe-ia de outra forma*”. A questão que está em causa é a palavra, responder-me, ou resolver doutra forma, mas é ou não é verdade, que foi invocada a minha condição feminina, o facto de eu ser mulher, para não contra-argumentar? No entanto, deixar no ar de que se fosse do género masculino a questão seria resolvida, ou respondida de outra forma. Não sei que leitura é que se faz disso, para mim é uma leitura, enfim, um pouco ofensiva. Em segundo lugar, estranho que passado tanto tempo, isto já foi há cerca de um ano, o Senhor Presidente da Câmara de repente se tenha sentido tão tocado por essas minhas declarações aos órgãos de comunicação social. Só posso atribuir a uma preocupação, que de facto, tinha problemas grandes a resolver em tribunal e se calhar por isso não tinha a mente tão, enfim, tão aberta a discutir outras questões menos importantes. Quer dizer, eu não preciso, e penso que toda a gente sabe, de estar a vir dizer à comunicação social, que o Senhor Presidente da Câmara se excede, quando exactamente nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara, estava a braços com um processo em Tribunal, por proferir afirmações muito graves. Que necessidade tinha qualquer um de nós de estarmos a propalar coisas se não fossem verdade? Eu de facto, sinto-me atingida na minha honra e deixo aqui o meu protesto. Espero que o Senhor Presidente da Câmara numa futura Sessão, até porque já tivemos oportunidade de falar pessoalmente sobre isso e de nos entendermos, eu pensava que a questão estava resolvida e foi hoje “trazida a lume” desta forma inopinada e não rigorosa. E deixei o meu protesto”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São João de Lourosa. -----  
 - **TRINTA E QUATRO** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA**  
 - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE LOUROSA (PSD)** –

No uso da palavra intervém para dizer o seguinte: “Todos nós sentimos a necessidade de momentos de despreocupação, de descontração, para aliviarmos um pouco do esforço físico e intelectual, que a todos por vezes vai desgastando. Daí os nossos antepassados já sentirem também que as manifestações culturais, os arraiais, os cantares, as desgarradas, os festejos dos Santos da sua devoção e, principalmente, dos Santos Populares lhes davam ânimo e alegria para suportarem e ultrapassarem as vidas difíceis e os momentos menos agradáveis. São aconselhamentos que estamos a seguir cumprindo as tradições legadas com o saber genuíno de que a cooperação e a entajuda são orientações sempre indispensáveis para o progresso. Mais uma vez Teivas, povoação da Freguesia de São João de Lourosa, onde nasci e de que sou autarca, veio com muito trabalho, capacidades, alguns sacrifícios, mas certamente também alegria, demonstrar que o querer conviver, e querer perpetuar o legado deixado pelos antepassados, o querer, um ambiente saudável, pode unir e ultrapassar divergências, com o desfile das suas Cavalhadas. Foi no dia treze de Junho, assinalando no calendário como o das comemorações e festejos de Santo António, que Teivas percorreu as ruas de Viseu, cantando, dançando a “Dança da Morgadinha”, animando todos com o seu São João, patrono da Freguesia, levando e mostrando os carros alegóricos feitos com trabalho, inteligência e disponibilidade de muitos. Também aqui, a alegria transmitida, ajudou os que a estas festividades se juntaram, a sentirem momentos agradáveis, de desinibição, de união, como certamente o aconselharam, o Santo António e o São João, que neste dia também deram as mãos, e ajudaram a um são convívio. Todos estes eventos têm gastos bem acentuados e, por isso, sem os subsídios da Câmara Municipal de Viseu, de empresas privadas e públicas, de contribuições de muitos, não seria possível a realização dos mesmos e daí os nossos reconhecimentos. Agradeço também a todos os que tornaram estes festejos uma realidade, com o trabalho contínuo e sempre activo. Para a Comissão Organizadora das Cavalhadas de Teivas e à Direcção da Associação Cultural e Desportiva de Teivas, permita-me Senhor Presidente, que proponha um voto de louvor, pela eficácia, persistência e empenhamento demonstrado. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Portanto, eu vou perguntar se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este voto de louvor. Não tenho ninguém a solicitar o uso da palavra, pelo que vou pôr à votação. O VOTO DE LOUVOR FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. A seguir dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Santa Maria”. -----

- **TRINTA E CINCO** – **SENHOR DEPUTADO MANUEL DE ABREU LAMEIRA** – **PRESIDENTE DA JUNTA DE SANTA MARIA (PSD)** – solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria desta cidade de Viseu, eleito democraticamente, não pode calar-se neste momento e para o efeito pretende manifestar publicamente a sua admiração para com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Doutor Fernando Ruas. Ao longo de muitos anos de vivência democrática, habituou-se a respeitar a ser respeitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Porém, o respeito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, já foi reconhecido por várias instâncias nacionais e internacionais. Assim, em oito do onze de dois mil e cinco, foi distinguido com uma Medalha pelos amigos Universitários de uma Câmara Polaca. Em vinte e quatro do oito de dois mil e oito, foi distinguido com o Diploma de Sócio de Mérito da Federação Portuguesa de Andebol. Em dez do cinco de dois mil e nove, foi distinguido com a Medalha de Ouro da Academia das Artes, Ciências e Letras de França. Este ano (dois mil e nove) anda vai ser distinguido com o Prémio de Autarca do Ano. Todas estas distinções, para além do reconhecimento do



homem e do autarca, são prestigiantes não só para os autarcas, mas, essencialmente, para com a população do Concelho de Viseu”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Queria só dar umas “notazinhas” introdutórias. A primeira é para felicitar o meu amigo Joaquim Pedro por estar na linha de combate à inversão da linha demográfica. A segunda nota, era para prestar a minha solidariedade ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu e aos Presidentes de Junta, por causa do processo que estão envolvidos e neste caso, está envolvido o Presidente da Câmara Municipal. Especialmente quando vejo alguns excessos de linguagem por parte do Procurador na comunicação social, que compara este caso ao da Fátima Felgueiras, o que só por si demonstra toda a sustentabilidade, toda a veracidade e bondade desta teoria. Eu queria fazer então uma intervenção que é sobre a Zona Histórica. Fiquei muito contente por saber que há aqui novidades no que toca ao Centro Histórico e que o PSD continua na linha da frente do combate, para que o Centro Histórico volte a ser aquilo que era antes. Infelizmente, o nosso Centro Histórico, na esteira da tendência nacional das nossas cidades, tem atravessado períodos extremamente adversos, decorrentes da migração das populações residentes e dos núcleos de desenvolvimento económicos para as periferias, contribuindo desta forma para a degradação e desertificação da zona antiga. Infelizmente, este êxodo tem-se acentuado, arrastando o comércio para o declínio e contribuindo para o aumento da insegurança. Para responder a este problema, o Executivo Camarário tem ao longo dos anos criado diversos programas que, em muito, tem contribuído para a recuperação de grande parte das ruas, praças e estabelecimentos comerciais, dotando-os de infra-estruturas modernas que visam criar melhores condições de vida para quem lá reside, trabalha ou visita. Assim, a reabilitação do Centro Histórico da cidade nas suas múltiplas componentes – arquitectónica, urbanística e funcional – constitui hoje um aspecto essencial das políticas urbanas do Executivo do PSD, pois estamos convictos que a conservação e revitalização da área histórica da cidade são fundamentais para salvaguardar os nossos elementos de identidade colectiva que conferem consistência e continuidade à nossa comunidade e ao nosso sentido de lugar. Por isso, têm sido efectuados e estão previstas diversas intervenções através do esforço muito significativo dos recursos municipais nomeadamente em quatro áreas: na reabilitação; novos núcleos habitacionais; comércio e serviços; turismo e equipamentos. Tudo isto, com o envolvimento dos particulares e da Associação Comercial. Agindo o Executivo de forma aberta e estimuladora da participação das populações, com a consciência de que a resolução deste problema não passa só pelo município. Todos somos convocados: Autarquia, populações e Administração Central. O verdadeiro desafio não passa pela simples recuperação, por isso, a Câmara Municipal de Viseu, não procura só proceder a uma recuperação ou a reabilitação. A intervenção das políticas camarárias vai num sentido mais profundo de proceder a uma verdadeira revitalização do nosso Centro Histórico partindo de uma visão global centrada na actividade económica e nas pessoas que lá residem. Procurando recuperar e requalificar os prédios. Criar espaços de estacionamento. Introdução de novo mobiliário urbano. Dotar a zona histórica de equipamentos sociais que respondam às necessidades das famílias. Criando incentivos que invertam o fluxo migratório. Em breve, o Centro Histórico passa a contar com uma nova valência: O funicular. Este meio de transporte vem complementar outros já existentes, como são exemplo os mini eléctricos. Desta forma, reforça-se a área dos transportes e da mobilidade e, ao mesmo tempo, cativa-se o turismo e consequentemente procura-se o desenvolvimento da economia local. É preciso também dizer aqui que, a Administração Central deve também dar o seu contributo, através da localização de serviços do Estado na Zona Histórica, criando incentivos e benefícios fiscais, criando leis do arrendamento mais



dinamizadoras e dando o seu exemplo aos particulares através da restauração e recuperação do seu próprio património. Finalmente, salientava o facto de os cidadãos portadores de deficiência motora poderem aceder a informações que lhes permitem uma maior mobilidade entre Centro Histórico. Com esta iniciativa informam-se os cidadãos com mobilidade reduzida, ou mesmo cidadãos com carrinhos de bebés, parafraseando o que foi dito pelo Senhor Vereador. De alguma forma torna-se mais segura a mobilidade no Centro Histórico. A Câmara através desta iniciativa revela bem todo o seu pensamento: o Centro Histórico é de todos, mas essencialmente para todos. Excelentíssimos Senhores, são as realizações concretas que verdadeiramente fazem a mudança e não os discursos de ocasião que colocam o Centro Histórico na agenda mediática de uma forma cíclica de quatro em quatro anos. Tenho dito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu percebo o mal-estar que representa para o PSD o Centro Histórico e a insistência recente aliás, com que falam no Centro Histórico. E isso é no fundo uma tentativa de descartar responsabilidades gravíssimas que este Executivo que tem quase vinte anos tem sobre essa matéria. É fundamental que as pessoas se não esqueçam de que machadadas sucessivas, dadas por este Executivo contribuindo para a desertificação do Centro Histórico, É o caso claro da Praça, que foi requalificada de tal maneira que é inutilizável. Já uma vez Senhor Presidente da Câmara aqui disse, vocês esquecem-se que aquilo foi feito por um dos melhores arquitectos portugueses. A minha casa não foi feita pelo melhor arquitecto português, mas a minha casa foi feita segundo instruções daquilo que eu dei. E se a Câmara se demitiu de responsabilidades de dar instruções concretas ao melhor arquitecto português, não pode demitir-se dessas responsabilidades. É o dono da obra que é responsável, não é quem executa. É esta Câmara Municipal que cria um espaço dentro de uma zona, praticamente dentro da cidade, não tão afastada que permitisse outro tipo de soluções para a criação de centros comerciais para implantação do Continente, para a implantação do Palácio do Gelo, que afastaram os comerciantes do Centro Histórico. Essas responsabilidades têm que as assumir. O Senhor Presidente da Câmara disse aqui muitas vezes, muitas vezes, no seu mandato iam ser criadas novas centralidades. E eu disse e repito, criou novas centralidades rebentou com a melhor centralidade que Viseu tinha, que era o Centro Histórico. Perguntem aos comerciantes do Centro Histórico se estão contentes, perguntem! Agora vem dizer que fizemos o funicular, o carro eléctrico que lá passa. Algum dos Senhores viu o carro eléctrico cheio alguma vez? Alguma vez viram o carro eléctrico circular cheio? Eu já vi muitas vezes o carro eléctrico circular vazio. As pessoas não têm apelação nenhuma para irem ao Centro Histórico. Esta Câmara tem responsabilidades e eu percebo o incómodo, fá-lo sucessivamente no Centro Histórico, agora. Isso é mais fácil falar agora. Fizeram o funicular, se calhar é único. A relevância disso para o futuro da cidade e eu tenho as maiores dúvidas, as maiores reservas. Agora estas são as realizações concretas disse o Senhor Deputado, realizações concretas são estas que eu aponte. Essas é que são as realizações concretas. Até agora não fizeram praticamente nada e agora andam a correr, criar situações. Essas situações que agora vão criar são óptimas, deviam era ter sido há muitos anos e se o não fizeram, essa responsabilidade fica convosco”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu ligar, diz o seguinte: “Bem, entretanto saí, portanto, o Senhor Deputado usou da palavra a pedir um esclarecimento, penso que há mais uma pessoa que pede um esclarecimento que é o Deputado Mota Faria, não é? Tem a palavra. -----

- TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para um pedido de esclarecimento, dizendo o seguinte:



“Exactamente em relação a esta situação, pedia compreensão à Mesa, porque vou pedir um esclarecimento e concretamente é isto. Porque não gosto de falar do passado e dizer que a culpa é sempre de alguém, há aqui um processo e introduzia só este aspecto, há uma decisão que matou o Centro Histórico. Essa decisão foi no dia em que tiraram o Mercado com a justificação de fazer três. Aí começou o problema do Centro Histórico, começou o problema da âncora, porque o Mercado Municipal era a âncora do Centro Histórico. Era o Mercado Municipal que dava vida ao Centro Histórico, mas essa decisão na perspectiva de serem criados três pequenos mercados, matou o Centro Histórico, começou aí o problema. Eu ia aproveitar e com alguma compreensão da Mesa, porque fiquei um bocadinho sem poder dar a resposta e vou cumprir rigorosamente os três minutos, mas só dar uma pequena resposta, deixando isto para outra Assembleia, ou para outra situação. Tem a ver com uma situação que é sempre esta, vieram aqui e disseram assim, a situação do País é grave e tem que haver compreensão, ou seja tem que haver sentido de Estado em relação aquilo que foi feito, porque aquilo que foi feito, nós fizemos para os superiores interesses do País. É óbvio que nós não duvidamos, mas também não aceitamos que tenham duvidado, porque também tudo aquilo que foi feito, que os Governos do PSD fizeram, nos tais treze em catorze, fora os tais “tempos do pântano”, os Governos do PSD também fizeram sempre, tendo em linha de conta, honrou os superiores interesses do País. E tendo até em linha de conta e só vou dar alguns exemplos. O PSD na altura assumiu uma coisa, porque havia um problema grave de reformas e que tinha que mexer nas reformas da aposentação pública e o que foi dito na altura em campanha: Não, não, não vamos mexer nas reformas. Depois foram poder, rapidamente mexeram nas reformas. Por isso, aquilo que nós dizemos é, divergências em política são saudáveis. As alternativas são necessárias, porque o que tem que haver é um grande respeito mútuo. Agora, há aqui coisas que são inconciliáveis. Há projectos que são diferentes. Quando nós dizemos é preciso falar verdade ao País, conforme disse o Senhor Presidente da República, que a verdade gera confiança. A ilusão é fonte de descrença e isto é fundamental, porque temos propostas antagónicas no domínio dos investimentos públicos e eu quero dizer que sou a favor de bons investimento públicos. Concordo com muita coisa que foi feita. Na reforma da Segurança Social foi feita muita coisa, na melhoria das situações em termos dos pensionistas foi feita muita coisa, tiveram lá quatro anos e meio tinham que fazer alguma coisa e o que fizeram foi bem feito. No simplex, no que fizeram a favor da desburocratização. Nalgumas situações que foram feitas em termos da educação, mas andamos sempre há anos a ouvir: é o inglês, é o tempo inteiro, são entrevistas passados quatro anos, parece que não têm mais nada para dizer. Aquilo que nós dizemos é, muita coisa foi feita, mas há aqui um problema difícil, é que há projectos, há alternativas que são antagónicas, Nós temos medidas para combate à crise, são diferentes. Nós queremos falar verdade ao País. Nós queremos dizer ao País, temos um problema e acreditamos se dissermos a verdade, se não dissermos ao País a crise vai mais ou menos e até decretámos o fim da crise, que isto é bom iludindo o País, iludindo os portugueses. Nós temos que falar verdade e só este aspecto é antagónico e não é conciliável. Agora, no resto tudo bem, é preciso estar de acordo com o regime, é preciso estarmos todos de acordo, tudo bem”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Não sei se tenho mais um pedido de esclarecimento, penso que não. Portanto, Senhor Deputado Pedro Ruas tem três minutos para responder às questões que lhe foram colocadas”. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas do seguinte modo: “Muito obrigado Senhor Presidente não é preciso tanto, era só para dizer que todas as obras que eu invoquei são concretas. Não há nenhuma que tenha sido inventada por mais que a gente queira esconder isso, por mais que a gente queira fazer um papel parecido com o ex-Ministro Iraquiano da Comunicação que dizia,



que não havia americanos em Bagdade. A verdade é que há obra deste Executivo no Centro Histórico de Viseu. Mais, eu pergunto-me como é que será possível levar pessoas para o Centro Histórico de Viseu, se não trabalharmos primeiro as condições mais básicas: O saneamento, as ruas e por aí fora. Foi isto que este Executivo tem feito. E depois, eu também não posso deixar de registar aqui o facto de o Senhor Deputado ter escamoteado que o Governo não tem qualquer tipo de responsabilidade nestas áreas. Não, desculpe, o Senhor esteve apupar e esteve a dizer que a Câmara falhou aqui, aliás, eu ouvi um argumento mais impressionante do Mundo. Eu ouvi que foi o Mercado Primeiro de Maio que matou o Centro Histórico de Viseu. O Senhor Deputado acredita, se ainda tivéssemos aquele Mercado lá, o Centro Histórico estava cheio de gente e vitalidade. É isso que o Senhor Deputado me está a dizer. Acho estranho, acho que é um argumento muito interessante, mas que não convence, é preciso muito mais do que isso. A verdade é que a Câmara tem sido incansável na luta e defesa para que... Desculpe, eu estive muito atento como deve imaginar. Não sei se isto é um vício do Partido Socialista, mas não é fácil e normal entrar nestas discussões paralelas. Eu respeito toda a gente quando estou ali sentado, do vosso lado não encontro isso, acho estranho. A verdade é esta, há obra por mais que vocês a queiram esconder. Os viseenses podem ir ao Centro Histórico e vão ver a obra que está feita. Vão ver quem é que realmente ainda é que não baixou os braços e continua na luta para que o Centro Histórico volte a ser o que era, recuperando a nossa identidade, a identidade de gente que trabalha para alcançar o sucesso. Muito Obrigada”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- **QUARENTA** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD)**

– No uso da palavra intervém para dizer o seguinte: “A intervenção que eu trago hoje aqui, é uma intervenção muito curta. Tem a ver exactamente com o programa das comemorações dos novecentos anos do nascimento de Dom Afonso Henriques. Mas não posso fugir a pedir algum esclarecimento ao Senhor Deputado Doutor Ribeiro de Carvalho, até porque, também tinha pedido à Mesa esclarecimento sobre a intervenção para juntar as duas coisas”. *(Neste momento a Mesa interrompe a intervenção do Senhor Deputado)*. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Oh Senhor Deputado, está a fazer uma intervenção dentro da inscrição que tinha aqui? É que se fizer alguma pergunta ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, não lhe posso dar o uso da palavra para ser esclarecido”. -----

- **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD)** – Prossegue a sua intervenção do seguinte modo: “Exactamente Senhor Presidente. Não é preciso. Relativamente ao Centro Histórico e repetindo aquilo que o Deputado Pedro Ruas já disse aqui, eu estou convicto que a Câmara assume as suas responsabilidades e assumiu-as ao longo destes anos. Lembro só alguns dos trabalhos realizados pela Câmara no Centro Histórico: pavimentação das ruas, mas antes disso, as infra-estruturas, carros eléctricos, saneamento - águas e esgotos, que colocou no Centro Histórico para melhorar exactamente a qualidade de vida dos jovens, ou porventura, das pessoas que procurem aquela zona para morar. Depois também, a recuperação dos edifícios degradados, A recuperação de bairros, de jardins, espaços públicos para que as pessoas também tenham melhor qualidade de vida. Agora, é evidente que, falta aqui mais outra parte. Eu compreendo perfeitamente que os Senhores esqueçam exactamente as responsabilidades da Administração Central. E a responsabilidade da Administração passa também por localizar no Centro Histórico alguns serviços. A Câmara já começou a dar exemplos, nomeadamente transferindo para lá, ainda há bocadinho o Senhor Presidente referiu aqui, salvo erro, a sede de uma associação de aposentados, que vão ter uma actividade permanente ali. E a Loja do Cidadão, que foi a proposta da Associação dos Comerciantes? Porque é que ainda não há uma resposta e há um silêncio que nos incomoda,



relativamente à localização da Loja do Cidadão. Não era porventura um serviço que levaria gente ao Centro Histórico? Quanto ao resto, eu quero dizer que efectivamente, a preocupação da recuperação dos Centros Históricos, não é uma preocupação apenas nossa, nossa, viseenses. Nós olhamos para todas as cidades, isto é geral. O Senhor Deputado passeie nas Ruas de Lisboa, a nossa capital, numa tarde de domingo. As ruas da capital são desertas, a maioria das casas estão abandonadas. Nós passamos lá à noite, não vimos luz naquelas casas. Eu estou a falar não é numa zona restrita, é uma zona muito ampla, que vai desde o Terreiro do Paço até cá cima à zona da Gulbenkian. Nós não vimos luzes naquelas casas. Está tudo abandonado, ou então, transformaram-se em escritórios. Para além disso, desafio-o, claro que o Senhor não me vai dar resposta, mas era caso para perguntar ao Senhor Deputado que indicasse um Centro Histórico que não sofra exactamente os mesmos problemas que os de Viseu. A desertificação, a falta de pessoas, a falta de serviços, etc., etc. Passo então à minha intervenção, mas não podia deixar de dar também resposta à intervenção do Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, para manifestar a minha satisfação pelo programa que o Executivo Camarário preparou para comemorar os novecentos anos do nascimento d'El Rei Dom Afonso Henriques. Já agora, permita-me dizer também o seguinte, eu sei que a oposição não gosta muito de ouvir que os Deputados que apoiam o Executivo Camarário façam, não direi um elogio, mas façam uma declaração daquilo que tem sido o investimento sucessivo nos anos do mandato do Doutor Fernando Ruas. Eu sei que não gostam, mas nós no uso da verdade, temos efectivamente de dizer aquilo que é feito. E provavelmente, porque ninguém também ainda não o disse, mas estou convencido que os Senhores Deputados receberam o convite, e sabem exactamente o programa que está a desenvolver-se para comemorar os novecentos anos do nosso primeiro Rei de Portugal. Para aqueles que têm andado mais distraídos, lembro pelo menos, a descentralização de iniciativas que seriam impensáveis, levar conferências de alto nível científico e académico às freguesias. Saúdo aqui também os Presidentes de Junta: Torreita, Cavernães, Silgueiros, Povolide, que abriram os braços a este tipo de iniciativas, logicamente também com o apoio das paróquias e que permitiram que pessoas de meios rurais pudessem assistir a conferências deste tipo, o “Tratado de Zamora” nas origens da bula, do Papa. Tudo conferências com os títulos remencionados com o tempo de Dom Afonso Henriques e relacionados com a História de Viseu. De São Mamede a Ourique, o registo da ciência da fundação da nacionalidade, etc., etc. Mas para além disso, depois acções viradas para o meio urbano. Está previsto um congresso, quatro dias – dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove de Setembro – no Teatro Viriato, onde vêem os mais ilustres académicos debater exactamente, aquilo que foi debatido agora nos meios rurais, mas com uma profundidade muito maior. Questões relacionadas com a actividade bélica de Dom Afonso Henriques, no século do início da nacionalidade, século onze, século doze. Para além do congresso temos depois um concurso destinado às escolas de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino superior. Um concurso que pretende tão somente isto, que os alunos reflectam sobre o papel do nosso primeiro Rei de Portugal. E aqui não tem muita importância se ele nasceu em Viseu, ou se nasceu em Guimarães, mas é importante que as figuras centrais da nossa História sejam trazidas no século vinte e um, exactamente para as escolas, para que os jovens estudantes, e repito até ao ensino superior, possam reflectir sobre a personalidade do nosso primeiro Rei. E outras acções que estão também previstas: exposições temáticas sobre o poder, sobre a religião, sobre a arte. Vamos ter também oportunidade de poder assistir com agrado a estas exposições. E depois há outras acções que já decorreram, integradas também nas comemorações dos novecentos anos, lembrava as marchas, onde eu assisti a parte, mas vi que uma marcha infantil que recriou os tempos de Dom Afonso Henriques e vestiu as crianças de guerreiros. Também eles começaram já a viver isto. Há depois, nas acções previstas, um concerto, dia vinte e oito deste mês, é o “Concerto da Celebração”, com a Orquestra da



Filarmonia das Beiras e com os grupos corais do Concelho. Esta parceria chamando os grupos corais do Concelho para participarem numa actividade lúdica, mas que é uma actividade comemorativa também dos novecentos anos, é de louvar. Permitam-me agora apenas curtos comentários. Primeiro dizer que essas comemorações e ainda bem, estão acima de qualquer polémica política, relacionando exactamente, o nascimento de Dom Afonso Henriques com Viseu, ou com Guimarães. Nós que somos viseenses, penso que não temos dúvidas hoje e é bom que também assumamos isso, que Dom Afonso Henriques nasceu aqui. A tese do Doutor Almeida Fernandes, que foi publicada há dezanove anos atrás, primeiro na Revista Beira Alta, depois numa edição do Governo Civil e depois numa edição da Fundação Mariana Seixas, não deixa dúvidas. Também dizer-vos que nós temos que ter a consciência de que os grandes académicos que antes se pronunciaram a favor de Guimarães, mas que não havia documentação que justificasse o nascimento do homem, o nosso primeiro Rei em Guimarães, deixaram já cair essas teses, porque Guimarães apenas assenta as suas bases, justificando o nascimento do Rei, na tradição. Curiosamente há dias foi lançado um livro polémico, exactamente de Dom Afonso Henriques, de um indivíduo que não é investigado, de Guimarães, que contesta a data do nascimento, mil, cento e nove, foi efectivamente, meados Agosto, foi a data do nascimento de Dom Afonso Henriques. É a tese defendida por Almeida Fernandes. Guimarães nunca celebrou o aniversário do nascimento deste primeiro Rei, mil cento e nove, mas sim em mil, cento e onze. Pela primeira vez este ano quando Viseu vai celebrar os novecentos anos, também neste mesmo ano, celebrou os novecentos anos. Eles que fiquem com a nacionalidade que efectivamente Dom Afonso Henriques, depois cresceu, foi educado ali e o “Berço da Nacionalidade” que continue em Guimarães, agora não nos tirem a nós a possibilidade e o sonho de reivindicar o nascimento deste mesmo Rei aqui para Portugal. De qualquer forma, é bom que a Câmara se distancie desta polémica e a “*César o que é de César*”, que deixe exactamente aos académicos, que já andaram pelos meios rurais a explicar porque é que a tese de Almeida Fernandes é sustentada, não apenas pelos historiados, mas sustentada pelos documentos que ele analisou com profundidade, mas que não deixe também de reivindicar aquilo que é seu. Para além disso, acentuar que as comemorações reflectem o valor da História de Viseu e a importância do Concelho e da cidade, como ponto medieval no início da nacionalidade. Viseu efectivamente, é uma cidade muito importante no século doze, treze e catorze. As comemorações abrangem também diversos públicos. Abrange as crianças, jovens em idade escolar, gente das aldeias rurais do Concelho e o povo da cidade e os académicos que têm oportunidade de visitar exposições com grande qualidade, assim como têm também oportunidade de discutir estes assuntos no seu meio, no meio académico, quer no congresso, quer naquelas conferências. Dizer que uma frase que li no site da Câmara Municipal: “*Festejar o nascimento de Dom Afonso Henriques, na Câmara de Viseu, não impede que outras cidades comemorem a fundação da nacionalidade*” e decorrente, já lá vamos, desde a apresentação da tese de Almeida Fernandes. Não deixemos que Viseu continue a ver passar o tempo e não continue a comemorar o Nascimento de Dom Afonso Henriques. Já ouvi falar na criação de estátuas, toponímia da cidade, mas o melhor contributo que nós podemos dar, exactamente, ao nosso primeiro Rei de Portugal é este, é comemorar o seu nascimento. Muito Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Costa. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD) –

Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Realmente é difícil, muitas horas e um pouco cansativo, de qualquer maneira vale sempre a pena, a cidade, que é o Concelho que está em causa e nós fazemos este esforço, que é muitas vezes um esforço suplementar. Trago-vos aqui um assunto que me parece pertinente, hoje em dia discuti-lo, aliás, pensado entre nós e que tem a ver com alguns dos eventos que foram realizados





relativamente a Viseu. Passarei então a falar: O Dão tornou-se, em dezoito de Setembro de mil novecentos e oito, a primeira região portuguesa de vinhos de mesa a ser demarcada. Facto este, de enorme importância para a região e para o país, que contribuiu para que uma das mais tradicionais regiões vinícolas portuguesas iniciasse, no dia dezoito de Setembro de dois mil e oito, através da Comissão Vitivinícola Regional do Dão e os seus parceiros, as comemorações do Primeiro Centenário da Região Demarcada dos Vinhos do Dão. E foram muitos os momentos programados, ricos em aromas intensamente frutados, lembrando frutas doces como ameixas, cassis e flores como violetas, paladar estruturado, com taninos doces e concentrados, muita complexidade e elegância, que ocorreram desde dezoito de Setembro de dois mil e oito a seis de Junho de dois mil e nove, durante as comemorações do 1º Centenário da Região Demarcada dos Vinhos do Dão. Diferentes *palcos* no país, a convite do Dão, assistiram e contribuíram para promover e confirmar a fama da região demarcada, como produtora de tintos e brancos elegantes, complexos e surpreendentemente longevos. São estes acontecimentos, pela sua grandiosidade, que permitem saltar as muralhas do Dão e lhe dão, naturalmente, impulsos decisivos à transformação da região e do país. Permitam-me enaltecer, contudo, porque está ainda muito presente na minha retina, o “Primeiro Congresso Internacional dos Vinhos do Dão” realizado nos dias três, quatro, cinco e seis de Junho de dois mil e nove, cuja responsabilidade foi da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, em parceria com a Direcção Regional de Agricultura/Centro de Estudos do Dão em Nelas, Instituto Politécnico de Viseu e Escola Superior Agrária de Coimbra. Pela Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, local de realização do evento, passaram prestigiados especialistas nacionais e estrangeiros líderes de opinião, agentes económicos da região, professores e estudantes universitários que apresentaram inovadores estudos e conclusões sobre diferentes temáticas, tais como: Viticultura, Enologia, Economia e Marketing Vitícola, Enoturismo, Vinho Saúde e Bem-Estar, Vinho Território e Património. As suas *prelecções* que assentaram na força criativa, na inovação e no conhecimento científico levam-nos ao não contentamento com meras reformas orgânico-burocráticas. Temos de ter a capacidade de renovar renovando. Temos que aumentar o alcance dos campos visuais e simultaneamente reduzir a “*filoxera*” promotora das visões estreitas. A Comissão Vitivinícola Regional do Dão ao promover este género de eventos presta um enorme serviço à região e ao país. Como referiu o Presidente da CVR do Dão, Valdemar de Freitas, “o congresso permitiu terminar em pleno as comemorações do Primeiro Centenário da Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, destacando ter sido “um passo em frente para a Região e uma iniciativa que poderá ser um bom exemplo para o sector do vinho português”. O mundo está no nosso presente e no nosso futuro. E para o enfrentar necessitamos de determinação, de rigor, de confiança nas pessoas e nas instituições. Ninguém fará por nós o trabalho que só nós podemos fazer. É neste tipo de iniciativas que podemos beber saberes e pensar a partir de referências internacionais. Temos que nos medir e comparar com as melhores regiões de vinho do mundo. E razões não faltam. Referiu Paul White, participante no Primeiro Congresso Internacional dos Vinhos do Dão e um dos mais reputados críticos internacionais de vinho, ...“os Vinhos do Dão têm um potencial fantástico no mercado global ...e... possuem características únicas que os podem colocar no primeiro patamar de escolhas dos consumidores”. O crítico norte-americano, que se radicou nos últimos anos na Nova Zelândia, afirmou ainda que «Portugal é o mais excitante país de vinhos da actualidade, uma vez que detém um património de castas invulgar, que deve preservar, e, ao mesmo tempo, divulgar junto dos consumidores de todo o mundo que estão ávidos por conhecer vinhos diferentes do “mainstream”. Tendo presente o êxito da primeira edição, e de acordo com a vontade expressa pelo Presidente da CVR, Valdemar de Freitas, aceitemos o desafio da segunda edição do Congresso Internacional dos Vinhos do Dão, em dois mil e doze, porque a partir



da primeira quinzena de Setembro dar-se-á início à internacionalização do Vinho Dão em quatro mercados, a saber: Angola, Brasil, Canadá e Estados Unidos. Novos desafios justificam novas reflexões. Para que a consagração desta região seja ainda mais notória, dado o êxito alcançado na realização do Primeiro Centenário da Região Demarcada dos Vinhos do Dão, dinamizado pela Comissão Vitivinícola Regional do Dão, esperemos que o governo promova o consenso rápido entre o Dão, Bairrada, Beira Interior, Távora e Barosa e Terras de Sico e consagre o Dão como local de eleição para liderar a unidade certificadora do centro. Ou não seja o Dão a região responsável por mais de cinquenta por cento dos vinhos com denominação de origem vendidos na região centro de Portugal. Mas se por um lado constatamos estas iniciativas, bem sucedidas, desenvolvidas e organizadas pela gente da nossa terra, verificamos também que gente da nossa terra está impossibilitada de dar vida aos seus interiores (pessoal e territorial). O atraso verificado na aplicação e implementação do PRODER, nomeadamente do Subprograma três – Abordagem LEADER, no território da ADDLAP (concelhos de Viseu, Vila Nova de Paiva, São Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Vouzela) é preocupante. Ainda não há qualquer decisão para a gestão do mesmo (a primeira candidatura foi realizada em Julho de dois mil e oito e a recandidatura realizada em Março de dois mil e nove, sem qualquer decisão até Junho de dois mil e nove). Neste contexto, existe a opinião generalizada de que já existem danos e transtornos irreparáveis para o território, população, empresas, entidades e os próprios GAL's. São investimentos que não se fizeram, projectos adiados, riqueza e postos de trabalho por criar, fundamentais na actual conjuntura socioeconómica. A título de exemplo posso citar a Agrobeiras, prevista para Dezembro de dois mil e sete e o apoio ao evento Dão, Vinhos e Sabores. É, de facto, notório o desagrado e, até alguma desilusão por parte dos responsáveis destas entidades que, ao aguardar por terem as condições de trabalho para promoverem o desenvolvimento local, assumem o impacto negativo deste facto no território e na população. Paralelamente, com prejuízo para os promotores, verificam-se, ainda, atrasos significativos nos pagamentos relativos a anteriores programas (LÍDER Mais) como é do conhecimento de alguns dos presentes nesta Assembleia. É que desde dois mil e sete que este território – GAL - ADDLAP- está impedido de aceder aos treze vírgula cinco milhões de euros de fundos comunitários deste programa, inicialmente, pelo atraso na implementação do QREN e, posteriormente, devido à sobreposição parcial de territórios com a candidatura do GAL Lafões, para os concelho de Vouzela, Oliveira de Frades e parte de São Pedro do Sul, originando um impasse que se arrasta há sensivelmente um ano. Ou seja, está criado por parte do governo o desânimo entre todos aqueles que, genuinamente, se batem pelo progresso e pela inovação. Nada é pior do que a ilusão da mudança que deixa tudo na mesma. Espera-se uma resolução rápida do processo de avaliação das candidaturas, dado que o prazo previsto já expirou, de forma a não comprometer a implementação de projectos dos agentes locais (privados, empresas, autarquias e outras organizações sectoriais) que visam contribuir para a dinamização da economia local e para o desenvolvimento territorial da região do Dão, Lafões e Alto Paiva, através das seguintes acções: Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola; Criação e Desenvolvimento de Microempresas; Diversificação de Actividades Turísticas e de Lazer; Conservação e Valorização do Património Rural; Serviços Básicos para a População Rural. Como referia o Padre António Vieira que dominava as palavras, mas sabia que elas não substituem as obras. "O pregar que é falar, faz-se com a boca; o pregar que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras". É com a realização de obras que a região do Dão se compromete. Ao governo cabe a responsabilidade de não defraudar as expectativas criadas de realização de "obras" na região do Dão. É por elas que a região do Dão quer ser avaliada e julgada pelos cidadãos. É com elas que a região do Dão quer renovar a esperança de um interior esquecido,



empobrecido mas faminto de poder, continuar a mostrar o valor pessoal e profissional transmitido de geração em geração. Não há valor mais seguro do que a confiança que em nós deposita a sociedade. Todos sabemos da nossa obrigação de estar à altura desta confiança, projectando uma região que sirva o país e o seu desenvolvimento. Não desiludam quem vos elegeram e vos tem como referência. Inscrevam no vosso interior e exterior do rodapé visual: “A região do DÃO sempre em nós, nós sempre na região do DÃO”. A região do Dão pode dar muito ao país. O governo tem que apoiar neste processo de mudança. Eu sei que o medo e a incerteza ensaiam um regresso às instituições. Mas o silêncio corrompe. E o silêncio total corrompe totalmente. Precisamos de vozes límpidas, vozes audíveis, vozes justas, que nos ajudem a construir uma região mais forte, mais dinâmica, mais inovadora. Como referia Fernando Pessoa “*quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor*”. -----

- Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São Salvador. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ÁLVARO PERES PEREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SALVADOR - (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Trago aqui dois pontos principais da minha freguesia: O primeiro, é para dizer à Câmara Municipal que tem feito um trabalho maravilhoso com a limpeza do Rio Pavia. O Rio Pavia, quando cheguei há dezasseis anos era preciso tapar as janelas com redes mosqueira, que vocês conhecem todos, para os mosquitos não entrarem lá dentro. Hoje é uma limpeza total. Eu ia para a minha Junta tinha que fechar as janelas completamente e hoje felizmente, estão abertas para tomar ar. Parece impossível, mas é verdade, já lá há patos bravos. Os Senhores estão a rir-se não sei porquê? O pato bravo é a ave mais inteligente que há no país. Sabe que o pato bravo só corre águas límpidas e esconderijos e passa-se isso na minha freguesia, já vi eu. Quando se vêem à distância eles escondem-se, quando querem beber água pura vão ao Rio Pavia. Outro assunto, era o seguinte, era perguntar, até calha bem porque está cá o Senhor Vice-Presidente, está mais dentro desse assunto que eu pretendia, a nova ETAR convém, tem o princípio e que nos dá essa satisfação, gostaria de cá estar quando fosse essa inauguração, farei os possíveis, vamos lá ver. E agora para terminar, queria convidar toda a gente para que no dia vinte e quatro de Junho estivessem presentes na cidade de Viseu, porque certamente, como é habitual, vão lá percorrer vinte mil a trinta mil pessoas para ver as Cavalhadas de Vildemoinhos. Eu vou levantar aqui só uma ponta do véu: os carros são vinte e sete; figurinos no percurso aí uns oitocentos, não digo mais. No dia é que nós lá estamos porque de facto, é um grande cortejo a percorrer esta linda cidade de Viseu, que está cada vez mais bonita. Podemos considerar que é a cidade mais bonita da Europa, aquele nosso Rossio é espantoso. Acreditem que isto é a realidade e estou satisfeito de viver nesta cidade de Viseu. Vivo em Vildemoinhos, mas que já faz parte da cidade que tem evoluído tanto. Senhor Vice-Presidente, dou-lhe os meus parabéns, porque tem um bom jardim para receber as Cavalhadas de Vildemoinhos em vinte e quatro de Junho. Muito obrigado por tudo”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente e conte connosco, lá estaremos a ver as Cavalhadas na quarta-feira de manhã. Estamos mesmo a terminar Senhores Deputados, só mais um bocadinho. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São José”. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ - (PSD) – Solicita a palavra intervindo da seguinte forma: “Já se falou aqui nesta Assembleia, em eventos desportivos, culturais, também houve um Senhor Deputado que já falou também nas marchas, mas de facto, há dois eventos, incluindo as marchas, em que não podia deixar passar esta oportunidade. Um deles foi a “Festa das Freguesias” que decorreu até ontem, em que mais uma vez as nossas freguesias, as nossas colectividades, puderam trazer ao Rossio aquilo



que melhor se faz, que melhor se cultiva, o artesanato. Foram muitas as pessoas que por ali passaram e que de facto, se puderam maravilhar por aquilo que foi feito. Daqui o meu apreço, como viseense e com a responsabilidade que tenho numa Freguesia de São José, pelo trabalho que é desempenhado por essas pessoas. Também no passado sábado, a Avenida da Europa foi palco de mais uma das muitas manifestações culturais promovidas pela nossa Câmara Municipal. Na verdade, só quem esteve como eu e muitos outros que eu vejo aqui, na Avenida da Europa, pode ver e dar o testemunho da maravilha daquilo que se faz no nosso Concelho. Foram mais de seis centenas de figurantes que representaram com muita dignidade as escolas do nosso Concelho e as associações de Viseu. Não podia ficar indiferente também aqui, ao trabalho, ao empenho e à dedicação de tantos dirigentes das nossas associações, que gratuitamente prestam esse serviço. Aqui também é extensivo aos senhores professores, restantes colaboradores e aos pais, que como sabem prepararam um evento destes. Preparar as marchas leva muito tempo e para aquelas crianças que participaram ainda é mais difícil e se não tiverem o empenho dos pais, é preciso levá-los às escolas e isto é importante. Eu penso que é mais importante ainda para que de facto, não se percam estas tradições, em Viseu já é uma tradição as marchas da nossa cidade. Bem satisfeito fiquei ainda, penso que todos os viseenses devem ficar satisfeitos por isso, porque se tem verificado ao longo destes anos um grande aumento de escolas e colectividades inscritas e um aumento mais significativo nas classes mais jovens, daí termos a certeza de facto, que isto é para continuar. Em cada ano que passa nota-se uma preocupação no trabalho apresentado. Este trabalho só é possível graças aos colaboradores e ao empenho, como já referi, dos professores e de todos os dirigentes das nossas associações. Também não podia deixar aqui de mostrar todo o nosso apreço e reconhecimento à Câmara Municipal de Viseu, porque se não houver uma motivação, um apoio e para isso claro que têm que fazer um esforço financeiro para que isso aconteça, mas se não houver esse esforço as colectividades não podem participar. Por isto, um bem-haja à Câmara Municipal de Viseu, porque tem sabido apoiar as colectividades e só assim é que é possível não deixar perder a cultura dos nossos entes queridos, no sentido de continuar a preservar e a promovê-la. Era só. Muito obrigada”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “O Senhor Presidente da Câmara antes de nos deixar disse que com muita determinação que todos os dias enviava uma informação ao Secretário de Estado da Educação. Portanto, eu não posso deixar de aproveitar esta oportunidade, até porque o farei sempre, para também com igual determinação demonstrar que é, digamos, esta boa vontade e empenho em saudável convívio democrático que a bancada do Partido Socialista hoje teve na alteração da Ordem de Trabalhos da Assembleia, por conveniência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não tenha igual tratamento nas reuniões do Executivo Camarário, que como todos sabem foram alteradas de segunda-feira, como sempre e tradicionalmente ocorriam, para as quintas-feiras, havendo claramente manifesta inconveniência de um dos Vereador, nomeadamente do Vereador cabeça de lista das últimas eleições autárquicas, Miguel Ginestal. É este o reparo que eu quero deixar. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia e como é habitual, darei a palavra, neste caso, ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que está aqui também a representar o Executivo”. -----

- **QUARENTA E CINCO – SENHOR VICE-PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que foram colocadas, do seguinte modo: “Eu gostaria realmente, de esclarecer a Senhora Deputada, Doutora Fátima, e dizer-lhe que efectivamente, entendemos que a educação é um dever, mas é



também obviamente, uma obrigação. Queria também certamente, aproveitando uma documentação que é institucional, é da CCDR, o primeiro ano do “Mais Centro”, para que possa verificar que já há um atraso significativo no desenvolvimento do QREN, é de dois mil e sete a dois mil e treze. O que aqui está é de dois mil e oito, o que está feito é zero e para lhe lembrar que as candidaturas estão cá. Se for ver estes papelinhos todos correspondem a programas específicos a que o Município de Viseu se candidatou. No caso específico da educação, aqui tem, estes dinheiros não são dinheiros do Governo, nem são dinheiros da Câmara. São dinheiros da União Europeia, a que nós temos direito. Se for ver aqui, Viseu tem nada mais, nada menos, que só no primeiro ciclo do ensino básico - três escolas. Queria aqui realmente dizer, mas está cá o meu colega e até a pessoa que antecedeu, que efectivamente, a Câmara fez uma autêntica revolução ao nível das infraestruturas, digo categoricamente. O que nós herdámos eram ruínas de escolas completamente desactualizadas ainda no plano centenário e fizemos uma autêntica revolução. A Senhora não vê, obviamente, porque não quer ver. Uma autêntica revolução! Não conhece? E até também lhe digo mais, não queria realmente estabelecer diálogo com a Senhora Deputada, de maneira nenhuma. Eu acho que lhes falta autoridade moral para falar categoricamente e convictamente de quem já fez e de quem faz. Deve recordar-se há anos quando eu lancei, tinha essa cá atravessada já há muito tempo, um programa exactamente para a animação das crianças do primeiro ciclo do ensino básico – chamava-se “Viseu Jovem - Viseu Futuro”, recorda-se? Estava a ocupar um cargo de nomeação política, coisa que eu julgo que nunca tive, nem irei ter provavelmente, e sabe a colaboração que deu, zero praticamente, não é? A Senhora vai sempre demagogicamente falando da educação. Não é a falar, é a fazer! Defesa da honra minha Senhora, eu peço desculpa eu não ataco a honra de ninguém, peço desculpa. A colaboração que deu foi efectivamente, zero. Sobre ciência viva, desconhece o que temos feito em termos de ciência viva? Neste momento todas as crianças do primeiro ciclo do Agrupamento de Abraveses, estão a ir regularmente ao CEMI, recentemente inaugurado, aberto melhor dizendo, fazer ciência viva. Há duas sessões contínuas que nós fizemos, a exposição inter-activa sobre a prática pedagógica – pedagogia para o ambiente, com a recolha dos lixos. A Senhora é que disse que nós não sabemos o que é ciência viva. Então desconhece esse trabalho? Só agora para levar as crianças aos antigos moinhos da Balsa, evidentemente, só de transportes são cinco mil e poucos euros, só do Agrupamento de Abraveses e porquê? Por circunstâncias que me são alheias, eles não puderam participar na anterior exposição. Portanto, exposição inter-activa onde eles trabalham e vão continuar a trabalhar. Relativamente à Senhora Doutora Graça Pinto, o Senhor Presidente não está, mas efectivamente, já várias vezes até tenho sugerido ao Senhor Presidente que não lhe dê resposta, porque a Senhora também realmente se ofende por tudo e por nada. Qualquer coisa, é defesa da honra. Haverá aí tanta gente desonrada, francamente! É uma coisa que me faz uma confusão tremenda. A mim só me tocam na honra quando eu quero e quando eu deixo. Por amor de Deus, então defesa da honra? Não se pode dizer nada à Senhora, tira um texto dum contexto com uma facilidade enorme e portanto, eu por mim nem lhe dava resposta, era “fecho éclair” e pronto. Relativamente ao Senhor Presidente de São João de Lourosa, ele sabe do apreço que é manifestado depois, numa série de apoios e que não são só de índole financeira, são apoios muitas vezes em logística para as Cavalhadas de Teivas e igualmente se passa com as Cavalhadas de Vildemoinhos. Sobre as distinções do Senhor Presidente da Câmara, são realmente conhecidas e são no fundo, a reposição de uma justiça que por vezes é um tanto ou quanto esquisita e realmente também não me revejo nas palavras ditas relativamente aos Senhores Presidentes da Junta. Outro assunto que aqui foi trazido pelo Senhor Deputado Pedro Ruas relativamente ao Centro Histórico, quero dizer-lhe que é das coisas que mais gosto de discutir, é o Centro Histórico. Tenho obrigação de conhecer, conheço aprofundadamente, tenho obrigação disso e nunca um



Executivo fez tanto como este no Centro Histórico. Só relembrar que fomos a todos os programas que havia: Candidatámo-nos ao Programa URBAN, por exemplo; candidatámo-nos ao PROCON; candidatámos ao URBECON, para fazer o quê? Para fazer benefícios nos espaços públicos. Criámos uma sociedade de reabilitação urbana, que foi das primeiras do País, para tentar reabilitar os imóveis. Sobre isso convém dizer também, socorrendo-me de documentos oficiais, e portanto, este livrinho obtém-se facilmente na CCDR, se forem aqui verificar, estes documentos não são da Câmara obviamente, na página vinte e oito aí está: Foi por um concurso e nós aqui estamos com o investimento total para o centro da cidade, em grande parte para o Centro Histórico, de nove milhões, oitocentos e vinte e sete mil duzentos e setenta e sete, vírgula cinquenta e oito, com uma comparticipação de cerca de setenta por cento. Lamentavelmente todos os investimentos que fazamos no Centro Histórico, na reabilitação dos imóveis, desde que eles tenham habitação, a comparticipação é zero. Quando as pessoas falam, penso que talvez com menor conhecimento, falam - temos que levar os casais jovens para o Centro Histórico da cidade, os prédios que recuperámos agora que estão prontos, tudo aquilo que é habitação foi retirado, com a comparticipação comunitária em zero. É realmente algo muito esquisito. E aproveitando a presença do Senhor Secretário de Estado, o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho se o ouvisse, não tinha a mesma perspectiva que aqui traçou, ele disse realmente que isto são problemas, ainda há pouco tempo no Politécnico há cerca de um mês, aliás, num simpósio promovido pela Associação Comercial, que este problema do Centro Histórico de Viseu, é um problema do Centro Histórico da esmagadora dos Centros Históricos do País. Em Viana do Castelo os comerciantes estão muito descontentes. Talvez Guimarães por ser um pouco suigeneris, é que Guimarães tem um Centro Histórico rentável à volta do castelo, como também em Lisboa a parte que está ali próxima do castelo não tem grandes problemas. Já indo para a Baixa, por amor de Deus, basta ver a quantidade de casas e com nomes famosos que fecharam. Relativamente à machadada do Mercado Dois de Maio, efectivamente, eu não consigo perceber, foi dos processos mais participados. O Bloco de Esquerda fala muito da democracia participativa, parece que tem até o exclusivo da democracia participativa, eu recorde-me de uma das últimas participações ocorreu no auditório da Universidade Católica, completamente cheio, em que o Arquitecto Siza Vieira e o Arquitecto Madureira, apresentaram uma maquete branquinha, feita realmente à escala, daquilo que pretendiam fazer no Mercado. Toda a gente concordou. O Arquitecto veio aqui, fez jantares informais nos jardins da Casa do Miradouro, sem lugares marcados, para os senhores comerciantes falarem com o homem à vontade. Houve sessões de esclarecimento diversas vezes no Salão Nobre da Câmara e toda a gente aplaudia. Pensámos nós que efectivamente, tínhamos ali uma obra de arquitectura extraordinária, não há dúvida nenhuma, isso aí basta comprar qualquer livro de arquitectura, daqueles mais caros, eu não os posso comprar, mas gosto de ver, e lá vem aquela obra de Siza Vieira. Portanto, não me parece que isso tenha sido uma machadada. Falou no caso do Continente, por acaso o Continente, eu recorde-me, foi um dos primeiros dossiers que me veio parar às mãos, em mil novecentos e noventa, em Janeiro. Devem recordar-se do que estava para acontecer ao Continente, havia a ameaça, na altura não era Continente, era Prisunic e a ameaça era que ele iria para Mangualde, se não ficasse na localização em que ficou. Nessa altura ainda sublinhei que deveríamos fazer ali uma baía de acesso, porque a Avenida da Bélgica era a única entrada da cidade. Deve recordar-se e portanto, até é relativamente estreita, sete metros e meio, nessa altura penso que já tinha sido pavimentada com tapete betuminoso, que há muito tempo estava com paralelos e fizemos uma baía para realmente os carros poderem entrar para o estacionamento. É lógico que na altura ponderámos se deveríamos realmente perder aquele investimento para Mangualde ou não, obviamente não é? Sobre os espaços comerciais, hoje também a Associação Comercial, não está aqui ninguém realmente que



me possa contradizer, mas penso que é consensual que gostariam de ter, se calhar, outra área comercial dentro da cidade. As coisas naturalmente mudam e os hábitos das pessoas mudaram. Hoje os espaços públicos nos Centros Históricos estão quase todos eles recuperados. Há infraestruturas, por exemplo de gás que nunca foram utilizadas, mas que a Câmara obrigou e pagou até uma parte, para que as infraestruturas de gás estejam na galeria visitável da Rua do Comércio, em todas as ruas que nós recuperámos. A Praça Dom Duarte que recebeu inclusivamente, um prémio de “Recuperação do Património Arquitectónico Europeu”. Tudo isso, há investimentos no sentido histórico, realmente muito importantes e penso que, eu não franzia a testa de maneira nenhuma relativamente ao funicular, o funicular foi algo que nós apanhámos e ao mesmo tempo capturámos em bom tempo. Se não o fizéssemos certamente que haveria outra cidade que o iria apanhar: ou a Guarda, ou Braga, que era o segundo já, como aqui em Toledo que se está a fazer já, com uma segunda escada rolante. É realmente um atractivo, um chamariz da cidade. Bom e aí penso que também em termos de gestão financeira foi muito bem feito, porque temos setenta por cento a fundo perdido. Nós não nos podemos dar ao luxo de perder estes fundos. Portanto, nós pensamos fazer a articulação entre o funicular e os mini autocarros eléctricos, para conseguir fazer algo muito importante que é dotar de graduabilidade as pessoas que querem ir para o Centro Histórico. E no âmbito destas parcerias para a regeneração urbana não está só aquilo que aqui foi dito, o espaço intergerações na Rua da Nossa Senhora da Piedade, mas está também a reabilitação de imóveis. Está em curso, aliás com problemas, que certamente os Senhores sabem, no Largo da Prebenda apareceram achados arqueológicos com interesse museológico, vamos ter de musealizar, isso obriga a um esforço financeiro acrescido de mais de cem mil euros, porque nos obriga a mudar toda a estrutura do edifício onde vamos instalar uma escola de formação de hoteleiros para a restauração, com a ARESP protocolo já devidamente definido. Há aqui o próprio Orfeão de Viseu, que ali mesmo na zona limite da ACRRU, vai recuperar a sua sede Social na Rua do Matadouro. A Associação Comercial que irá recuperar o seu edifício, também, porque a Câmara se lembrou efectivamente, de vinte e dois parceiros. Se verificarmos estes documentos, nós fomos também escolhidos, não só porque tínhamos todos os processos muito adiantados e portanto, esta requalificação de regeneração urbana, na Avenida vinte e cinco de Abril e no Rossio, como na Rua do Carvalho, na Rua das Quintãs, no Largo das Quintãs, decorrem exactamente, porque a Câmara já tinha o processo bastante adiantado e no mérito da nossa candidatura em dez pontos possíveis, nós tivemos dez. Bom, e nós efectivamente temos obra feita, paga e ainda não recebemos um cêntimo do QREN, nem um sequer. Toda a documentação está pronta. Portanto, não me parece que no Centro Histórico, poderia dizer, os incentivos que damos para quem quer por exemplo, adquirir uma habitação antiga, num prédio antigo. Ainda há bem pouco tempo um conjunto habitacional entre comercial ficou realmente muito bem, a Câmara isentou do IMT cento e cinquenta mil euros pela compra dum edifício que estava em ruínas. As reduções nas isenções, melhor dizendo, diminuem durante não sei quantos anos, inclusive também para os prédios arrendados. A colaboração com a Secretaria de Estado da Habitação, relativamente à possibilidade de quem quiser reabilitar os seus prédios, ter IVA reduzido a cinco por cento e não os vinte por cento. Há portanto, um conjunto de incentivos para além daqueles que a Câmara tem para: a recuperação de fachadas; de telhados; construção de casas de banho, havia casas que não tinham isso; de cozinhas; recuperação ou substituição integral do sistema de electricidade. É por isso que pessoas insuspeitas, que ainda há pouco aqui estiveram, vieram visitar o Centro Histórico e dizem que efectivamente comparativamente com outros Centros Históricos, nota-se que há muitos casos de reabilitação e não são só promovidos pela Sociedade de Reabilitação Urbana, nem pela Câmara, são também pelos privados, porque vêem que têm gabinetes de apoio. Nós facilitamos, agilizamos muito toda a documentação, como sabem, sobretudo o



IPAR é uma estrutura extremamente pesada e complicada, sempre realmente muito complexa. Portanto, eu estou convencido que temos possibilidades de ter um Centro Histórico mais atractivo. Depois, há um conjunto de serviços públicos que podem ainda majorar estes recursos. Relativamente aquilo que o Senhor Doutor Mota Faria referiu a respeito dos mercados, efectivamente, foi assim. Eu recordo que uma das primeiras coisas que nós tentámos, foi travar o Mercado Vinte e Um de Agosto, porque entendemos que a sua localização não era a mais feliz. Tentámos inclusivamente transformar aquela infraestrutura num silo auto na altura, só que a construção já ia tão adiantada, com encargos já tão pesados, que não foi possível fazer essa reversão. É lógico que o Mercado tal como o conhecemos, o Mercado antigo, hoje não tinha capacidade de existência, aliás, os hábitos das pessoas já mudaram muito e não há tanta gente a ir à praça como antigamente. Relativamente ao Senhor Doutor António Vicente, queria realmente dar-lhe esta nota das comemorações do nascimento de Dom Afonso Henriques, penso que as dúvidas estão mais que desfeitas, o facto de que ele tenha nascido aqui e o “Berço da Nacionalidade” tenha surgido em Guimarães. A Loja do Cidadão foi proposta pela Associação Comercial, por um Secretário de Estado e que de repente pelos vistos bateu em retirada, calou-se não disse mais nada. Relativamente à situação da ADLAP e à Unidade Certificadora, bom, esta hesitação acho que realmente já leva tempo demais, com prejuízos exactamente no sector que é dos mais débeis que nós temos no nosso País, o sector primário. A Própria Câmara tem uma série de candidaturas ao PROVERE, que vai aguardando os resultados sobretudo para a intervenção da floresta. Vão-se sucedendo a apresentação das candidaturas, pedem-se mais esclarecimentos e a solução definitiva demora. Nós sabemos porque é que demora, nós sabemos que o processo do QREN, de todo o processo de verificação e de avaliação do QREN está enalhado em Bruxelas, esse é que é o problema. Nós estamos a viver no QREN dos adiantamentos que foram feitos, mas obra mesmo feita, devidamente certificada e avalizada para depois receber a comparticipação até à data, sabemos que as coisas não estão acabadas. Relativamente a São Salvador, na limpeza do Pavia, curiosamente também foi algo que nós candidatámos aqui. Nós candidatamo-nos a tudo a tudo, andamos sempre à procura de fundos comunitários, porque se não formos nós lá buscar, vão os outros municípios. Não foi aprovada, mas mesmo assim nós entendemos que deveríamos avançar com a limpeza. A recuperação estará totalmente feita quando tivermos construída a barragem, portanto nas cabeceiras do curso principal da Ribeira da Fraga que possibilitará então, sobretudo nos períodos de Estio, introduzirmos, digamos, água fresca. Relativamente à ETAR, queria dizer apenas que nós já adquirimos grande parte do terreno indispensável para a construção da nova ETAR, adquirimos cerca de setenta mil metros quadrados. Será realmente algo já muito moderno e portanto, pensamos fazer uma candidatura não aqui ao Programa Operacional da Região Centro, mas antes ao PEASAR, ao programa nacional, ao plano estratégico de abastecimento de águas residuais. Aliás, temos lá neste momento cerca de onze milhões de euros para perfazer os cinco, seis por cento, que nos falta para ter a cobertura total do Concelho. Estamos já a fazer os investimentos ao nível dos pequenos aglomerados e isso já não é feito aqui pela CCDRC mas pelo POVT, portanto há coisa de quinze dias tive uma reunião lá em baixo, na zona da Expo, exactamente para, uma vez que já temos o documento de enquadramento estratégico aprovado pelo Ministério do Ambiente era condição para podermos fazer as candidaturas. Pensamos portanto, depois vir a receber o “sim” de obras que têm também já um grau de maturação muito evoluído, isto é, são obras que estão todas adjudicadas e também no critério de avaliação teremos aí certamente nota máxima. Isto sublinha também que quem tiver projectos, mas mais de que projectos, já tiver concursos lançados, tem possibilidades de correr mais do que aqueles que estão à espera da candidatura, depois ainda lançam os concursos. Portanto, nós pedalamos e não fazemos mais que o nosso dever, que a nossa





obrigação. A ETAR, vamos ter que esperar é um investimento muito grande, será um investimento de valor superior a vinte milhões de euros. Será completamente diferente da actual, será uma espécie de uma fábrica, completamente fechada e usará provavelmente a tecnologia mais moderna que fomos colher agora na Alemanha, onde estão a desenvolver técnicas muito mais aperfeiçoadas, com um grau de eficiência muito superior. Relativamente a São José, enfim, a Festa das Freguesias e as Marchas são portanto, algo realmente de muito importante que são feitas há uma série de anos. São coisas que nós não inventámos ontem e surgem com naturalidade e certamente até ao nível dos próprios programas e planos, mais das associações, surge naturalmente no seu programa, no seu plano de acção, estes eventos. Queria ainda dar aqui uma nota ao Senhor Deputado Pedro Ruas, relativamente à articulação que nós pretendemos fazer entre o funicular e os mini autocarros eléctricos. Agora nesta altura, há sempre pessoas, às vezes penso que estão interessadas em confundir. Ainda há pouco tempo diziam, então como o funicular não faz sentido ter os mini autocarros eléctricos. Exactamente ao contrário! Faz todo o sentido articular os mini autocarros eléctricos com o funicular. E já agora também, o ano passado os mini autocarros eléctricos tiveram cerca de cinquenta mil frequentadores, sobretudo a linha do Hospital é realmente um grande sucesso, tem sensivelmente mais trinta a trinta e cinco por cento de utentes do que a linha do Centro Histórico, mas eu entendo, porque nestes casos a habituação também é importante. É lógico que quando nós reduzimos o preço/hora dos parquímetros, acabámos por criar também uma maior procura do uso do automóvel privado, mas era a oportunidade que nós tínhamos ao lançarmos um novo concurso. Portanto, os mini autocarros eléctricos têm sempre interesse em se manterem em articulação, isto é, quando as pessoas chegam no funicular ao Adro da Sé, sempre que possível devem ter à disposição o mini autocarro eléctrico para depois distribuir as pessoas. Portanto, só quem tiver realmente uma necessidade extrema do automóvel é que necessitará de ir com tanta frequência na sua viatura própria. Por último, o Senhor Deputado João Paulo Rebelo, relativamente às alterações das reuniões de Câmara, há um princípio que é muito claro, fui uma das pessoas que mais defendi este calendário, que é o que melhor serve os nossos municípios. Primeiro, nós andávamos sempre muito atrapalhados aos Sábados e aos Domingos, porque temos trabalho de representação e este é o melhor calendário que serve os nossos municípios. Portanto, entendemos que não o deveremos mudar. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Estamos quase a concluir, temos uma inscrição do público, que é o Senhor José Miguel Guiné, a quem eu vou dar a palavra. Eu sei que nos ouviu pacientemente, tem cinco minutos para poder fazer a sua intervenção”.

- QUARENTA E SEIS – SENHOR JOSÉ MIGUEL GUINÉ – Pede o uso da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito boa tarde a todos, já passaram seis horas mais ou menos, já estou um bocado cansado. Ao início a minha intervenção seria para falar um bocado da qualidade de vida. Acho que o tema está amplamente debatido. Não há dúvida para ninguém que vivemos na cidade que por excelência tem uma melhor qualidade de vida a todos os níveis e isso não é feito com uma “varinha de condão”. Isso sim, é com trabalho, isso é feito por homens, não é feito por santos, não é feito por milagreiros. Aproxima-me dizer que após quinze anos fora da minha cidade, onde tive a oportunidade de trabalhar no Porto e em Lisboa, incomparavelmente Viseu é uma cidade excelente para se trabalhar, para se viver, para se conviver e isso é resultado de uma obra feita por homens e não por super-homens. Estas coisas são mesmo assim, vivemos na realidade, super-homens fazem milagres e os nossos homens que... Antes de mais, queria dizer que não sou militante de nenhum partido, sou sim militante da cidade de Viseu, o que muito me agrada e muito me prestigia perante os outros. Relativamente à questão dos seniores, dizê-lo que relativamente a outras cidades, acho que Viseu não tem seniores, Viseu tem juvenis de



várias idades, desde os oito aos oitenta. Se calhar em Lisboa há idosos, mas Viseu conseguiu esse mérito de conseguir fazer com que os nossos idosos se sintam tão, ou mais jovens, que os restantes. Vou avançar, tinha mais algumas coisas para dizer, mas pegando um bocado nas palavras do Doutor Américo Nunes relativamente ao Centro Histórico, temos que reflectir e ver aqui uma questão, é óbvio, que as autarquias têm prioridades. Prioridades fundamentais são: chegar o abastecimento de água; chegar as vias de comunicação; chegar os esgotos; chegar as universidades; chegar os hospitais e centros de saúde às populações. Naturalmente que é importante reabilitar o Centro Histórico, mas como cidadão de Viseu acho mais importante uma ligação de auto-estrada de Viseu a Coimbra, acho mais importante a criação de uma universidade pública e acho que também é importante a ligação ferroviária, sendo Viseu uma cidade estratégica, que faz a ponte entre o litoral e Espanha, que isso aconteça. Mais, tive a oportunidade de trabalhar no Porto, no Metro do Porto, estratégia da Autarquia do Metro do Porto: primeiro vamos fazer o Metro; vamos fazer infra-estruturas, vamos dotar as populações de água; vamos dotar as populações de saneamento e então vamos pegar no Centro Histórico e vamos reabilitá-lo, coisa que está a ser feita. Comparando a taxa de recuperação dos edifícios históricos em Viseu, com aqueles que eu vi no Porto, Viseu supera largamente aquilo que foi feito, ou está a ser feito no Porto. Por alguma razão é, mais uma vez vos digo que isto não é o milagre da multiplicação de obras, é o milagre da multiplicação do trabalho. Relativamente ao QREN, o QREN vive numa neblina, vive assim num segredo, uma espécie de “caixa de Pandora”, a que só alguns iluminados têm acesso. Podia eventualmente criar-se fóruns regionais de explicação daquilo que é o QREN, para que é que destinam as verbas do QREN e nós não sabemos rigorosamente nada disso, para onde vão as verbas. Alguém saberá, infelizmente, nós cidadãos não sabemos. Outra coisa, é a importância das PME's. A importância das PME's é estratégica, todos sabemos que representa mais de noventa e nove, virgula nove por cento do tecido empresarial com uma facturação de cerca de cento e cinquenta mil milhões de euros e cria mais de dois milhões de postos de trabalho. Há que dar apoio a estas empresas, são as empresas que fazem parte do nosso tecido industrial no distrito. Não podemos esquecer as PME's, porque se vamos esquecer as PME's, esquecemo-nos de dois milhões de postos de trabalho, criamos postos de trabalho noutro lado, mas perdemos dois milhões. Havia aqui mais outras situações que tem a ver as alterações do pagamento ao Estado do IVA, mais redução da Taxa Social Única, tudo isso para dinamizar o crescimento das PME's, diminuição de IRS, novos empresários... Eu gostava como cidadão de dar os parabéns à minha cidade e que realmente mantenha esta estrutura e mantenha a postura de ser a cidade por excelência e plena do nosso Portugal. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do Seu lugar, profere as seguintes palavras: “Com a intervenção deste nosso concidadão está esgotada a nossa Ordem de Trabalhos. Muito Obrigado pela vossa participação, até à próxima reunião”.

----- A Sessão encerrou às vinte horas e catorze minutos. E do que passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)